

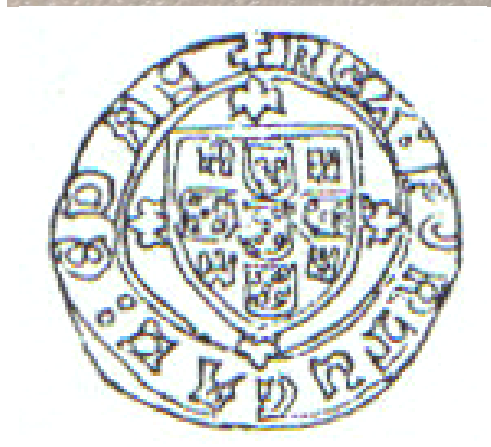


**Universidade do Algarve / Campo Arqueológico de Mértola**

**Circulação monetária na urbe de Faro.**

**O sítio da Horta da Misericórdia (D. Sancho I a D. Afonso V) 1185-1481**

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo,  
de Marco Paulo Gouveia Ferreira Valente**



**VOL. I**

**Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo**

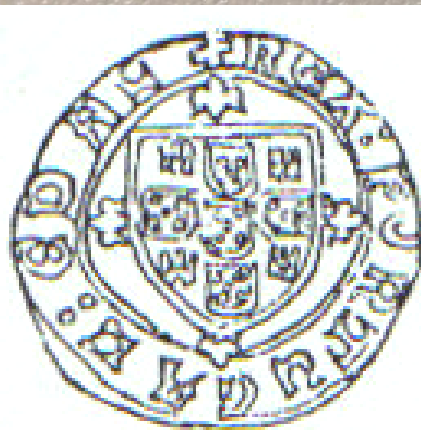
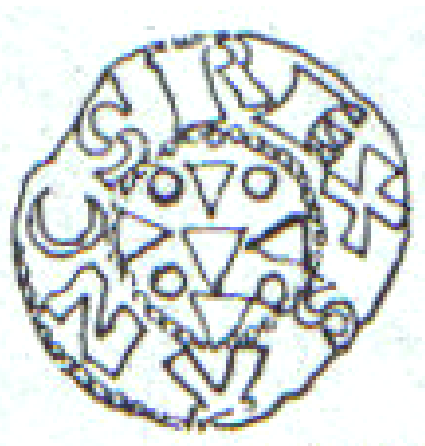
**2012**



**Universidade do Algarve / Campo Arqueológico de Mértola**

**Circulação monetária na urbe de Faro.  
O sítio da Horta da Misericórdia (D. Sancho I a D. Afonso V) 1185-1481**

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo,  
de Marco Paulo Gouveia Ferreira Valente**



**VOL. I**

**Orientadores da Tese: Prof. Dr. Luís Filipe Oliveira  
Prof. Dr. João Pedro Bernardes**

**2012**

*À minha mulher, filho, pais e sogros  
pelo tempo furtado à sua convivência*

## ÍNDICE

Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	5
Índice das figuras.....	6
1. Introdução.....	7
2. Questões metodológicas.....	9
3. A colecção.....	16
4. Caracterização da urbe de Faro .....	17
4.1 Das muralhas e da Vila-Adentro: a visão historiográfica de Faro .....	18
4.2 Estado actual dos conhecimentos das muralhas e da Vila-Adentro de Faro .....	29
4.3 O caso específico da Horta da Misericórdia.....	36
5. Contextualização histórico/numismática	
5.1 Época islâmica.....	40
5.2 Até à conquista de Faro (1249).....	46
5.3 Os séculos XIII e XIV.....	56
5.4 O século XV.....	65
5.5 Numismas cerceados (proposta de trabalho).....	76
6. Conclusão .....	83
7. Bibliografia.....	87

## **Agradecimentos**

Desejamos expressar o nosso sincero agradecimento às seguintes pessoas: a todos os professores e conferencistas do Mestrado em si, nomeadamente os nossos orientadores Dr. Luís Filipe Oliveira e Dr. João Pedro Bernardes, pela sua prontidão e acuidade científica, funcionários do C.A.M. e UAlg que tão prestimosos foram, e demais colegas, destacando o “grupo dos quatro” – Luís Filipe Maçarico, Rolando Melo Rosa<sup>1</sup> e Pedro Catarino Carlos, pelos fortes laços de amizade que também nos enlearam. Ao Dr. Paulo Marques (arqueólogo da EDIA) pelos prorrogamentos dos prazos de entrega dos vários relatórios de acompanhamento arqueológico de empreitadas da dita empresa. Ao Eng. Marco Mendes da Mota-Engil, por alguns dias em que nos deu dispensa possibilitando assim as nossas deslocações a Faro para estudo inicial e registo fotográfico, assim como elaboração de um primeiro esboço de listagem e leitura do espólio monetário.

Ao Sr. Manuel Faria, estudioso numismata do Porto, com o qual entabulamos profícuas conversações acerca das temáticas abordadas no presente estudo.

Um agradecimento póstumo, à Professora Teresa Júdice Gamito, pois foi graças ao seu labor que possuímos assim uma vasta série de numismas para estudo. À nossa esposa, pelo seu saber, companheirismo, conselho e auxílio nas horas de maior dúvida e incerteza, nosso rochedo basilar – assim como a execução das fotos dos exemplares, primeira transposição para uma listagem em formato Excel dos primeiros dados acerca de cada um dos numismas e apresentação de quadros e gráficos da nossa autoria.

---

<sup>1</sup> Ao Rolando fica um agradecimento especial, pela atenção dispensada a um amigo em dificuldades.

## Resumo

A presente dissertação visou a investigação da circulação monetária na urbe de Faro, designadamente no caso de estudo que é o da Horta da Misericórdia, desde o início do reinado de D. Sancho I (1185), até ao final do reinado de D. Afonso V (1481). Partindo de um total de 604 exemplares monetários, seleccionamos 319, que se adequavam ao âmbito proposto e ainda um ou outro a título meramente exemplificativo. Recorrendo a uma extensa base documental – se bem que com imensos hiatos no que toca a alguns monarcas em particular, como por exemplo nos casos de D. Duarte I ou ainda D. Dinis I, só para citar alguns exemplos – com a leitura crítica de algumas fontes, mormente as historiográficas e mais longínquas no passado. A partir dessa colecção numismática, procuramos inferir algumas conclusões, em alguns casos mais passíveis de resultados do que noutros.

Procuramos assim, obter leituras do passado, a que a numismática nos pudesse dar mais algumas respostas minimamente plausíveis.

O estudo que efectuamos permitiu-nos compreender a complexidade profunda de que se revestem os estudos numismáticos, neste caso, para este ponto específico do Algarve.

Buscamos apresentar e responder a questões tais como monarcas mais representados, tipologias monetárias, metais mais utilizados, proveniências, metrologia, cerceios, contextos. Procurando oferecer uma contribuição mais, face a estudos mais latos de âmbito histórico-geográfico, neste campo específico do saber humano.

**Palavras chave:** Numismática, Horta da Misericórdia, Arqueologia, Historiografia

## Abstract

This work aimed to investigate the circulation in the metropolis of Faro, in particular the case-study that we may observe at Horta da Misericórdia, from the beginning of the reign of King D. Sancho I (1185), to the end of the reign of King D. Afonso V (1481).

From a total of 604 coins, we selected 319, which were suited to the goal we expected to achieve and further other specimens proposed to give an example of which was intended.

Using a large document base - although with several gaps in relation to some monarchs in particular, as for example in cases of D. Duarte I or D. Dinis I, just to name a few - with a critical reading of some sources, especially the historiographical ones and those who were written in a much more distant past. From this numismatic collection, we infer some conclusions, in some cases more likely to achieve results than in others. We therefore seek thus to obtain readings from the past, hoping that the coins could give us much more minimally plausible answers.

The study we undertook allowed us to understand the profound complexities in which numismatic studies are embedded, like in this case, for this specific point at Algarve.

We seek, therefore, to present and answer questions such as most represented monarchs, monetary typologies, most used metals, sources, metrology, scripps, contexts.

Looking to offer a contribution, destined to uphold the elaboration of studies of broader historical and geographical scope, in this specific field of human knowledge.

**Key words:** Numismatic, Horta da Misericórdia, Archeology, Historiography

## Índice das figuras

<b>Figs. s/n</b> – capa e contracapa	Fotos da autoria da Dra. Marta Valente
<b>Fig. 1</b> – página 24	Figuras presentes na seguinte obra: <b>VAZ</b> , J. Ferraro (1973) – <u>Livro das Moedas de Portugal</u> . (S/e.) Braga. Presente na seguinte obra: <b>MANTAS</b> , Vasco Gil (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. p. 298
<b>Fig. 2</b> – página 36	Presente na seguinte obra: <b>GAMITO</b> , Teresa Júdice (2007) – <u>O Algarve e o Magreb (711-1249)</u> . Universidade do Algarve. Faro.
<b>Fig. 3</b> – página 39	Consultada no seguinte link: <a href="http://www.meteo.pt/pt/">http://www.meteo.pt/pt/</a> , dados do Instituto de Meteorologia de 2000, consultado a 24 de Abril de 2010
<b>Fig. 4</b> – página 44	Foto da autoria da Dra. Marta Valente
<b>Fig. 5</b> – página 44	Presente na seguinte obra: <b>CASTÁN</b> , Carlos; <b>CAYON</b> , J. R. (1991) – <u>Monedas Españolas desde los Visigodos hasta el quinto centenario del descubrimiento de America</u> . J. R. Cayon y Carlos Castán (ed.). Madrid.
<b>Fig. 6</b> – página 45	Foto da autoria da Dra. Marta Valente
<b>Fig. 7</b> – página 71	Fotos da autoria da Dra. Marta Valente Figuras presentes na seguinte obra: <b>VAZ</b> , J. Ferraro (1973) – <u>Livro das Moedas de Portugal</u> . (S/e.) Braga.

«...Se não te agradar o estylo, e o methodo, que sigo,  
terás paciência, porque não posso saber o teu genio;  
mas se lendo encontras alguns erros, (como pode suceder, que encontres)  
ficar-tehey em grande obrigação se delles me advertires,  
para que emendando-os fique o teu gosto mais satisfeito».  
Bento Morganti, *Nummismalogia*, Lisboa, 1737

## 1. Introdução

O presente da Humanidade no seu todo é, de facto, um pouco como o presente de cada homem, fruto das experiências passadas, impregnado pelas ilusões, pelos entusiasmos, pelos erros, pelos sucessos e insucessos que cada um de nós viveu. De resto, não se explicaria o consumo tão amplo que hoje fazemos da História, se não fosse a curiosidade de descobrir aquilo que éramos, para melhor conhecermos aquilo que somos, e assim construir com bases sólidas o que poderemos vir a ser.

Um regresso ao passado, portanto. Mas que passado? Para quem o contemple distraidamente, ele apresenta-se como um amontoado caótico de episódios desconexos, um frenético agitar de personagens incompreensíveis, uma sequência de alianças, vitórias, derrotas, guerra e paz, que se repetem monotonamente ao longo dos séculos.

Existe, porém, uma outra maneira de ver o passado, o modo característico dos seres racionais que querem compreender a realidade, o processo da História, que investiga, organiza os seus materiais e deles extrai um sentido complexo.

A Numismática apresenta-se-nos assim, como um espelho desse passado, fornecendo pistas que nos conduzem à sua compreensão, por parte do investigador que se interessa em saber mais sobre si mesmo e o mundo que o rodeia. A numismática e o comércio exercerão também a função (de acordo com os devidos contextos) de pontos de contacto entre mundos antagónicos.

Por tudo isto, buscamos assim realizar também uma viagem por este mundo, desconhecido para tantos, mas com tanto conhecimento posto ao nosso dispor. Desde o exemplo da hegemonia grega do mundo antigo, portadora e propagadora da ideia de dignidade humana e de liberdade individual, como vinte séculos depois a França Napoleónica espalhará pela Europa e pelo mundo inteiro os princípios defendidos pela Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade, Fraternidade).

Grandiosos conjuntos monumentais, residências sumptuosas dos deuses, gigantescas obras de defesa, de melhoramento dos solos, símbolos da economia local. Tudo isto se pode encontrar ao estudar a numismática, como contributo eterno do espírito e capacidades que nos definem enquanto seres humanos. Os numismas são a prova factual, o produto existencial de sociedades diversas, e dão-nos respostas, quer ao nível qualitativo, como ao nível quantitativo. É necessário efectuar as necessárias e correctas perguntas e abordagens, pois, voltamos a afirmar, as respostas lá estão.

Não existe em todo o mundo espécime numismático 100% igual a outro seu semelhante. Cada um destes apresenta-se à nossa curiosidade com uma fisionomia própria, bem diversa dos demais, e torna-se interessante justamente por ser diferente. Quer o campo da numismática, tal como o da sigilografia, são dois importantes meios de propaganda e afirmação do poder real, como podemos vislumbrar em alguns estudos, nomeadamente, (SERRANO, 2010). Num tempo em que muito poucos sabiam ler, a linguagem da arte – presente também na numismática – em virtude do seu uso diário era (ou pelo menos deveria ser) compreendida por todos.

Por tudo isto e muito mais é que pensamos que um estudo deste género deveria ser realizado. Também pelo facto de, no que diz respeito à malha urbana de Faro, ainda nenhum estudo deste tipo ter sido efectuado, nem em termos quantitativos, nem em termos qualitativos. O estudo destas centenas de numismas<sup>2</sup> poderá ser o primeiro passo. Faltam estudos deste género para as épocas nele abordadas. Convém destacar que são numismas provenientes de um contexto de escavação, com uma cronologia geral abrangente e existente em grande número.

Esperamos que esta análise seja verdadeiramente um contributo para o estado do conhecimento deste género de matérias. Para que outros estudos se possam seguir, pois temos consciência que “A história do dinheiro e das suas aplicações em Portugal na Baixa Idade Média encontra-se, em grande medida, por realizar. As consequências desta omissão,

---

<sup>2</sup> *Convém referir que, apesar de termos 319 fichas em anexo, uma corresponde a uma fivela que terá sido fragmentada em pequenos rectângulos, o que causou confusão e fez crer estarmos na presença de numismas islâmicos de época almóada, o que não é de todo o caso, conforme será abordado mais adiante. As escavações foram levadas a cabo pela Professora Teresa Júdice Gamito no sítio da Horta da Misericórdia. Sem o seu trabalho, este ensaio jamais seria possível de ser efectuado. Aqui lhe prestamos a nossa singela homenagem.*

dado o carácter estruturante do tema, têm sido significativas e reflectem sérias deficiências na análise dos mais diversos contextos medievais.”<sup>3</sup>

## 2. Questões metodológicas

Seguidamente iremos tratar de algumas questões metodológicas, incluindo alguns aspectos que pretendíamos tratar na presente tese mas os quais não nos foi possível fazer, expondo qual a razão pela qual tal perspectiva não foi abordada.

A similaridade de cunhagens, não só de legendas, como iconográfica torna-se muitas das vezes um óbice quanto à determinação de cronologias. Veja-se o caso dos dinheiros de D. Dinis I e de D. Pedro I. Com efeito, a chave para distinguir com segurança, os dinheiros dos dois reinados é a letra de abertura, uma vez que o resto da legenda das diversas variantes pode coincidir. A título de exemplo, podemos observar o seguinte:

- Na ficha n.º 151 do inventário do vol. II, observamos um exemplar monetário de Dinheiro de D. Dinis I que possui a seguinte leitura, quanto ao seu averso: D:RDX:PORTVGL;
- Na ficha n.º 129 do inventário do vol. II, notamos um exemplar monetário de Dinheiro de D. Pedro I que possui a seguinte leitura, quanto ao seu averso: P(...)E(...);
- Já no caso da ficha n.º 276 do inventário do vol. II, verificamos que num exemplar monetário de Dinheiro, não é possível determinar qual o monarca que o terá cunhado, uma vez que na legenda observável, apenas é legível o seguinte: (...)RDX:PORTV(...);

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Sérgio Carlos – *Os Preços em Portugal na Baixa Idade Média – Metodologia, Políticas e Práticas*. [Disponível em [http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/SergioCarlosFerreira\\_Texto.pdf](http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/5th/SergioCarlosFerreira_Texto.pdf)]. [Consultado 07.10.2010]. Não só da Baixa Idade Média, também de toda a época medieval plena (apesar de existirem mais estudos publicados acerca destes tempos) há inúmeros, imensos, ousamos dizer dados que ainda não estão disponíveis por falta de estudo e/ou publicação de um número considerável de numismas provenientes dos mais diversos trabalhos arqueológicos um pouco por todo o País. Um destes exemplos mais recentes é observável no artigo de Miguel Telles Antunes. O autor, afirma que no Castelo de Castelo Branco surgiram alguns numismas – numa publicação por ele consultada, mas aos quais não teve acesso – de cerca de quatro dezenas de exemplares da 1ª Dinastia, além de dois exemplares de Blanca de Henrique IV de Castela, que poderiam estar relacionadas com movimentações militares associadas à batalha de Toro (1476). Nas palavras do autor: “Estas ocorrências são sobremaneira interessantes, dada a generalizada falta de dados.” (ANTUNES, 2011:727).

- Referimos que no caso de D. Dinis I, no seu anverso, a leitura usual é a seguinte: D:RCX:PORTVGL; no caso de D. Pedro I, no seu anverso, a leitura usual é a seguinte: P:RCX:PORTVGL. Uma vez que nos casos dos Dinheiro de D. Dinis I e D. Pedro I, apenas a letra de abertura presente no seu anverso permitir determinar com 100% de certeza qual o monarca legível, nos casos de cerceio, ou de desgaste pelo uso ou pelo tempo nessa área, a determinação do monarca fica assim comprometida. Este foi o caso do numisma n.º 316 do inventário, onde o cerceio do exemplar exactamente no local onde estava situado o monograma do monarca constituiu assim um óbice face à sua classificação exacta.<sup>4</sup>

Por outro lado, as dimensões e o peso também se podem sobrepor. Desta forma, não é seguro fazer a atribuição das peças sem uma leitura clara da letra de abertura/inicial do nome. Sendo este o caso, pensamos que será necessário admitir a impossibilidade de fazer a atribuição, como acontece em muitas outras situações – foi o que fizemos em alguns casos, e que podem ser observados nas fichas em anexo, caso dos números 45, 83, 84, 99, 131, 141, 211, 213, 234, 276, 285, 295, 296, 297, 298, 305, 306 e 316 (que também podem ser de D. Afonso IV) e dos números 49, 100, 115, 166, 175, 178, 209, 212, 280, 282 e 303 (que só poderão ser de D. Dinis I ou de D. Pedro I).

Desejávamos ter tido a possibilidade de consultar algumas obras mais de alguns autores, tais como João de São José ou Sarrão, mas não nos foi possível.

As conclusões passíveis de ser retiradas – de um estudo que continua em permanente actualização – ainda passam pela manutenção de várias linhas hipotéticas e subsequente prosseguimento dos estudos, com vista a apercebermo-nos da(s) hipótese(s) mais plausível(eis).

O estabelecimento de uma cronologia precisa, face ao estrato determinado em que surgiu o numisma é o primeiro passo a ser realizado, caso se possua essa informação com precisão. Ou seja, caso o estrato não tenha sofrido nenhum tipo de remeximento.

Após esta constatação, com o auxílio de quaisquer outros elementos (artefactos) que possibilitem a percepção daquela realidade que ficou “congelada” numa determinada altura temporal, seguiremos rumos mais prováveis. Se não vejamos, se o estrato possuir cinzas ou

---

<sup>4</sup> “ Os tipos de anverso e reverso reportam-se a modelos anteriores, conhecidos desde Afonso III: cruz equilateral, no anverso, cantonada por estrelas e crescentes e, no reverso, as quinas cortando a legenda e escudetes com pontos em aspa.” (TEIXEIRA, 2002:37).

outros elementos que indiciem uma destruição violenta, certamente que traduzirão uma realidade diversa de um cenário de abandono.

Ainda que a destruição violenta se pudesse ter manifestado por uma série de causas que convinha também determinar (naturais ou antrópicas). Durante o processo de reconstituição portas se vão abrindo e cerrando, logicamente.

Poderemos até, de acordo com o evoluir dos conhecimentos face aos contextos em si, estar perante cenários que nem foram aqui abordados, ou meramente referidos. Ainda possuímos mais questões que respostas, em determinados aspectos que as condicionantes aqui abordadas não nos permitiram solucionar.

Voltamos a frisar que não nos foi possível articular os numismas, com qualquer nível arqueológico (U.E.) porque, de acordo com informações prestadas pelos nossos orientadores, não havia qualquer registo desse tipo que nos permitisse definir algum considerando, quanto a esta problemática específica – nomeadamente os contextos, que eram de revolvimento. Assim, não nos foi possível estabelecer possíveis relações com os diversos materiais provenientes das diversas campanhas arqueológicas.<sup>5</sup>

Tendo este facto em consideração, esperávamos que a análise numismática articulada com as realidades arqueológicas conhecidas e publicadas, logo acessíveis, nos pudesse dar mais algumas respostas quanto à circulação monetária e cronologias apuradas de ocupação da Horta da Misericórdia.

Efectuamos um pequeno questionário enviado por correio electrónico às empresas de arqueologia que sabíamos de antemão terem escavado no interior do espaço amuralhado<sup>6</sup>, mas como não tínhamos o conhecimento de todas as que tinham procedido a esse género de trabalhos, enviámo-lo a uma série de empresas que o poderiam ter efectuado. Das cerca de nove empresas contactadas (Era, Dryas, Gearque, Neoépica, Arqueologia & Património, Novarqueologia, Archeoestudos, Arqueohoje e Palimpsesto), apenas três (Neoépica,

---

<sup>5</sup> Quando possuímos mais informações quanto à estratigrafia do local podem estabelecer-se considerando mais englobantes quanto, por exemplo, aos materiais cerâmicos presentes nas diversas unidades estratigráficas (GONÇALVES, 2003:237-252). E assim, estabelecer cronologias quanto aos diversos materiais que tenham surgido nas ditas UE's.

<sup>6</sup> “Para outras intervenções realizadas em Faro, dispõe-se de informação na base de dados Endovélico e nos respectivos processos no arquivo do IGESPAR. No entanto, quando os relatórios dos trabalhos não se encontram ainda entregues, torna-se impossível obter qualquer tipo de dados sobre os mesmos.” (VIEGAS, 2011:96).

Archeoestudos e Arqueologia & Património) nos responderam ao repto, apenas para confirmar que não tinham realizado qualquer tipo de trabalho em Faro.<sup>7</sup>

O questionário consistia no seguinte:

“Venho por este meio pedir informações relativamente ao facto de a vossa empresa poder ter escavado na urbe de Faro.

No âmbito do Mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo e da tese que me encontro a ultimar desejava obter as seguintes informações:

1. Quantas e quais as intervenções que a vossa empresa poderá ter tido na urbe de Faro;
2. Dessas escavações e/ou acompanhamentos, quais as/os que terão abarcado os períodos cronológicos que vão do reinado de D. Sancho I ao de D. Afonso V (1185 a 1481) e que contextos encontraram dessas épocas;
3. Encontraram alguns exemplares numismáticos dos monarcas que medeiam entre estes períodos cronológicos? Se sim, de que monarcas (nacionais e/ou estrangeiros)?;
4. Por último, surgiram alguns numismas islâmicos nessas intervenções? De que épocas?

Agradecendo desde já a resposta a este meu mail – cujos agradecimentos serão devidamente descritos na redacção da tese em si – sem mais de momento, com os meus melhores cumprimentos e bem hajam.”

---

<sup>7</sup> Não queremos com este facto efectuar qualquer tipo de juízos de valor, mas apenas e tão somente constatar uma evidência, que outros colegas se têm apercebido, no contexto lusitano, e para tal citamos apenas três: “Reconhecemos que, mais do que qualquer outro especialista, o arqueólogo tem tendência em guardar para si, enquanto não dispõe de dados suficientes, os resultados das suas pesquisas. Isso tem que ver, como é sabido, com a falta de protecção da propriedade científica, e que urgia considerar e legislar, mas talvez, em alguns casos, com um incompreensível (para a Ciência) sentimento de posse. A falta de comunicação entre os vários especialistas não acarreta apenas um dispêndio suplementar de esforço, mas igualmente uma perda de tempo na direcção das pesquisas.” (BARBOSA, 1990:13); “Recentemente, as intervenções na área urbana de Faro sucedem-se ao ritmo da renovação urbanística, conhecendo-se já os resultados de algumas delas que foram objecto de publicação, aspecto que constitui, no entanto, uma excepção, no panorama da arqueologia urbana em geral, regra a que a cidade de Faro também não escapa.” (VIEGAS, 2011:94); “Deixando-se orquestrar por uma sociedade de empreiteiros e de outros «promotores», onde as fotos dos «arqueólogos» a escavar se tornam em mais um ícone turístico ou um emblema publicitário, os arqueólogos estariam a prostituir-se de maneira impudica. Ora, se a Arqueologia é uma profissão recente, será bom que não nasça já com os tiques da que alguns chamam «a mais velha profissão do mundo»...” (JORGE, 2000:13).

Visávamos com este questionário, apenas e somente verificar da existência de numária coeva do nosso objecto de estudo no interior do espaço amuralhado. Poderíamos assim abrir e complexificar o estudo em si.

Apresentamos seguidamente um exemplo que nos permite exemplificar assim o que era atrás pretendido. As sondagens arqueológicas realizadas na antiga fábrica de cerveja, da responsabilidade da Dra. Dália Paulo e do Dr. Nuno Beja, tiveram por objectivo a reabilitação do edifício da antiga fábrica de cerveja Portugália e requalificação da área envolvente<sup>8</sup>. Efectuaram-se duas sondagens foram executadas no extremo sul do espaço amuralhado. Do que nos interessa demonstrar na presente tese, obtivemos a seguinte informação:

1. Na quadrícula 1 (alçado 01), surgiram dois numismas de D. Sancho II em bolhão (dinheiros), no nível 1
2. Na quadrícula 2 (alçado 02), surgiu um numisma de D. Sancho II em bolhão (dinheiro), em nível de entulhos; 1 ceutil de D. João III em cobre e também em nível de entulhos e, finalmente um numisma de D. Dinis I em bolhão (dinheiro), no nível 1
3. Na quadrícula 3 (alçado 03), surgiu um ceutil em cobre de D. Afonso V; dois reais pretos de D. João I em cobre; três dinheiros em bolhão de D. Sancho II e dois dinheiros em bolhão indeterminados, de um qualquer destes monarcas (D. Afonso III, D. Dinis I ou D. Afonso V<sup>9</sup> [SIC])

---

<sup>8</sup> Pretendiam responder às seguintes questões: 1 – Qual teria sido a ocupação anterior: espaço público, praça de armas ou edificação permanente, em que épocas e de que tipo; 2 – Compreender o que foi o castelo medieval, definindo a configuração de uma das torres da muralha (PAULO, 2001).

<sup>9</sup> Poderá ter ocorrido aqui um presumível erro de impressão, uma vez que no reinado de D. Afonso V já não existem dinheiros. Muito possivelmente, o monarca aqui referido visava ser D. Afonso IV. Mesmo assim, não nos podemos deixar de interrogar qual o porquê de D. Pedro I ter sido descartado como hipótese, uma vez que as suas cunhagens (como anteriormente demonstramos neste ponto relativo às questões metodológicas) são em tudo similares às de D. Dinis I, diferindo apenas a letra de abertura.

Aferimos assim, no que diz respeito à presente tese que, surgiram os seguintes exemplares numismáticos:

<b>Quantidade e tipologia</b>	<b>Monarca</b>	<b>Metal</b>
6 dinheiros	D. Sancho II	Bolhão
1 dinheiro	D. Dinis I	Bolhão
2 dinheiros	Indeterminados (D. Afonso III, D. Dinis I, D. Afonso IV – aos quais acrescentamos D. Pedro I)	Bolhão
2 reais pretos	D. João I	Cobre
1 ceutil	D. Afonso V	Cobre

Permitem-nos os seguintes doze numismas recolhidos corroborar as seguintes hipóteses:

1. São todos cunhados em metais ou ligas metálicas de uso corrente, como o eram o cobre e o bolhão (não existem exemplares em prata ou em ouro). Por tal, muito possivelmente utilizados em actividades de uso corrente, como o são as trocas comerciais;
2. Os dinheiros de D. Sancho II representam 50% dos numismas encontrados. Também na Horta da Misericórdia, os numismas deste monarca são dos mais representados. Tal facto ajuda a corroborar a “injecção de monetário” (nas palavras dos Drs. Maia e Maia, referentes ao caso de Tavira) deste monarca, também aqui, na Vila-adentro de Faro;
3. Os numismas em cobre, também são de monarcas, aos quais se encontraram muitos tipos (caso de D. João I) e um invulgar número de numismas (caso de D. Afonso V), no sítio da Horta da Misericórdia.

Tudo isto que foi mencionado anteriormente serviu para ilustrar o que pretendíamos executar com o mapeamento dos achados numismáticos na Vila-adentro nas diversas intervenções arqueológicas de que fomos tendo notícia. Mas sem resposta ao nosso repto, não nos foi possível trilhar tais caminhos.

Procuramos também com o catálogo que surge em anexo no IIº volume, deixar um pequeno contributo para estudos de outros tipos, mas com a questão monetária como sistema de vasos comunicantes, pois temos também a perfeita consciência que “O estudo de um tema como os preços medievais arrasta consigo uma série de problemas de difícil resolução. Desde a escassez de produção historiográfica nacional à indefinição da metrologia, passando pela dispersão dos registos e pela aridez das questões monetárias, o investigador depara-se, assim, com sucessivos desafios.”<sup>10</sup>

A grafia específica do campo da numismática aqui utilizada foi a das obras consultadas, nomeadamente no caso do glossário exposto no Volume II da presente tese.

Por certo alguma bibliografia ficou por consultar, mas tal como nos casos seguidamente citados, não nos foi possível fazê-lo, quer fosse por impedimentos de ordem laboral, como de inexistência de tais obras nos locais onde tínhamos acesso para consulta. A temática ligada às questões da numismática ainda é escassa ou nula em muitas bibliotecas nacionais.<sup>11</sup> Um artigo (que infelizmente para nós ainda se encontra no prelo e que muito desejávamos poder ter tido a hipótese de consultar) é revelador do mapeamento que falávamos atrás e só possível com estudos como o presente, contribuindo assim (esperamos) para um melhor conhecimento dos aspectos ligados á Numismática em si, e não só. Falamos do artigo de Luís Fraga da Silva e Eduardo Mendonça Vargues, que partindo de um poster apresentado em 2011 abordam o mapeamento e conclusões passíveis de retirar do dito, seus contributos para a Arqueologia e não só: “Uma colecção numismática de invulgar interesse científico. Introdução ao seu estudo histórico-geográfico.”. Esperemos vê-lo brevemente fora do prelo, pois oferece-nos, entre outros aspectos, o conhecimento da catalogação de 889 moedas medievais portuguesas e 295 islâmicas, dentre achados monetários ocorridos em sítios do Algarve Ocidental.

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Sérgio Carlos (2007): *O Preço do Vinho em Portugal na Baixa Idade Média*, In *Douro 22 Estudos & Documentos*, pp. 113-143.

<sup>11</sup> Conforme o afirmava Mário Gomes Marques, acerca do cenário observado em 1996, tal continua a observar-se ainda hoje. Há uma inexistência de uma “escola numismática portuguesa” (MARQUES, 1996:35), que a liberte do papel de mera ciência auxiliar, nomeadamente da arqueologia. Ainda há um longo caminho a percorrer.

### 3. A colecção

De um total de 604 exemplares, abrangendo uma cronologia tão ampla, desde *Semisses* em chumbo de *Balsa* e *Ossonoba*, até numismas de 1 franco belgas, ontem como hoje, a numismática procedente deste local específico ilustra assim o “*melting pot*” ou cadinho, como preferirem, de culturas que Faro e esta região algarvia sempre foi, desde o passado mais longínquo até aos nossos dias. Os 319 espécimes presentes no segundo volume em fichas individuais (fruto da elaboração por nossa parte de um trabalho precedente de inventariação dos numismas), resultam duma análise e enquadramento do seu estudo no âmbito do presente Mestrado<sup>12</sup> – o que não implica que os restantes 285 exemplares não venham a fazer parte futuramente de um estudo mais amplo, quanto mais não seja, para servir o propósito de seriação dos ditos.

Maioritariamente são moedas cunhadas em cobre ou bolhão (liga metálica de baixo valor, geralmente com uma pequena quantidade de prata e maioritariamente de cobre).

Moedas certamente utilizadas nas transacções do dia a dia. De prata apenas possui dois exemplares (0,6% de um total de 319 exemplares estudados), de ouro, nenhum. Serão fruto de transacções comerciais neste espaço, ou a sua itinerância poderá ter tido outra(s) explicação(ões)?

Desde logo, a quantidade de numismas por analisar augurava boas perspectivas face à prossecução deste nosso trabalho. Procuramos seguir os objectivos enumerados por quem se dedica a estudos de tal índole, de há algum tempo a esta parte (MARQUES, 1982).

Princípios base estes<sup>13</sup>, comuns a todos os estudos que se dediquem de uma forma científica a este campo vasto do saber, que esperamos ganhe gradualmente o seu lugar de

---

<sup>12</sup> O âmbito cronológico escolhido prendeu-se com o seguinte motivo: “Nascida no século XII, sob a influência simultânea dos dois sistemas monetários – o de remota inspiração carolíngia e o muçulmano – que então vigoravam na Península, foi só na segunda metade do século XV que a numária portuguesa perdeu as suas primitivas características medievais e se integrou nas tendências próprias da época moderna.” (MARQUES, 1996:9). Assim sendo, abordamos a temática em questão no âmbito do Mestrado em época medievla.

<sup>13</sup> Passamos a enumerar os principais, citando-os:

- a) “Individualizar, mediante exame dos exemplares existentes, as espécies monetárias e respectivas variantes, procedendo à sua caracterização em termos tipológicos e metrológicos.
- b) Definir a cronologia das espécies assim individualizadas.
- c) Identificar essas espécies com as denominações conhecidas por outras fontes, nomeadamente as documentais e literárias.

destaque como ciência ou mesmo como mero auxiliar processual e com o grau de precisão necessário, com o passar dos tempos e o evoluir da investigação no que a esta temática especificamente diz respeito. Esperamos ter executado de seguida a necessária e cuidadosa pesquisa, salvaguardadas as inerentes condicionantes e agravantes, claro está.

#### 4. Caracterização da urbe de Faro

*Graças também à Arqueologia, sabemos hoje que muitos dos pequenos templos rurais foram durante algum tempo compartilhados entre as comunidades muçulmana e cristã. Havia uma sabedoria natural na utilização dos espaços, não desprovida de atritos naturalmente, porém parece ter sido dominante um certo equilíbrio na convivência de comunidades de cultos diferentes.*

(TORRES, 2008: 11)

Faro<sup>14</sup> personifica talvez, como já anteriormente foi afirmado, um cadinho de culturas e de povos, nomeadamente de cristãos e muçulmanos, Oriente e Ocidente juntos. Os tempos históricos não consistiram apenas em guerras, conquistas e reconquistas. Também houve tempos e episódios de convivência pacífica entre as várias comunidades que compunham o

- 
- d) *Inserir as espécies individualizadas em sistemas monetários coerentes, reconstruindo estes a partir dos exemplares que as representam, ou confirmando e corrigindo as informações escritas que sobre os mesmos existam.*
  - e) *Traçar os perfis dos numerários circulantes nas diversas épocas e nos diferentes estados.*
  - f) *Fornecer achegas para o cômputo das massas monetárias lançadas em circulação, sempre que não existam dados documentais fidedignos sobre a matéria.*
  - g) *Extraír, de todos os dados recolhidos da observação dos exemplares, mormente os de natureza metrológica, e da análise dos documentos que com eles se relacionam, o máximo de informações que possam contribuir para um mais perfeito conhecimento da história monetária e, consequentemente, da história económica da humanidade.*
  - h) *Respigar, de todos os dados concernentes às espécies monetárias e aos exemplares que as representam, o máximo de informações sobre a história política, social, artística e tecnológica das épocas a que correspondem.*
  - i) *Estabelecer as áreas geográficas de difusão das espécies monetárias, contribuindo, assim, para o melhor conhecimento das rotas comerciais.” (MARQUES, 1982:14-15). Esperamos segui-los da melhor forma, então.*

<sup>14</sup> A localização de Faro terá tido por base razões de estratégia posicional geográfica: “The choice for the location of Ossonoba was decisive and an early one (...) because of its difficult access from the sea. These difficulties became a natural and effective defensive system to the city.” (GAMITO, 2004:133).

tecido humano de toda esta região.<sup>15</sup> Os dados da Arqueologia, nomeadamente das escavações da Professora Teresa Júdice Gamito na cidade de Faro parecem corroborar essa sã convivência, quer no que aos espaços habitacionais e particularmente no que aos locais de culto dizia respeito:

“As escavações que efectuamos na cidade de Faro confirmam não ter havido no interior da cidade islâmica, naquela zona, diferenciações nas casas dos seus habitantes, (...) relativamente a quem as utilizava, pelo que não as deveriam também existir entre as comunidades muçulmanas, cristãs ou judias. (...) a mesquita encontrar-se-ia no local da Sé, onde anteriormente se encontraria a igreja dedicada a Santa Maria, e tal como em época romana ali se encontravam o Fórum e os templos romanos.”

(GAMITO, 2007:25)

De seguida iremos analisar o estado dos conhecimentos acerca do espaço amuralhado de Faro, partindo de análise da historiografia – não raras vezes desfasada da realidade factual – e dos conhecimentos que a Arqueologia foi colocando ao nosso dispor com o passar dos tempos e o aprimorar das técnicas de registo, parte integrante do evoluir da própria ciência arqueológica.

Posteriormente observaremos o caso específico da intervenção tida na Horta da Misericórdia, realizando, por fim, uma contextualização histórica acerca dos numismas nosso objecto de estudo.

#### **4.1 Das muralhas e da Vila-Adentro: a visão historiográfica de Faro**

O estado dos conhecimentos acerca das muralhas de Faro, como veremos em seguida, num percurso cronológico, busca apresentar um fio condutor, que comprove que, quanto mais específico se torna uma busca pela realidade arqueológica do espaço amuralhado, mais escassos se tornam as nossas informações. Daí a importância, cremos, de um estudo

---

<sup>15</sup> “As relações de compromisso, de apoio e de protecção entre a Península Ibérica e o Magreb fizeram-se sempre sentir ao longo dos séculos e em todas as épocas e circunstâncias. (...) o apoio, nem sempre isento de interesses, concedido a alguns nobres durante o reino Visigótico, por Bizantinos e autóctones; o domínio Árabe, que veio dali também, com o apoio de povos locais, os Berberes (...) A colaboração nas fainas da pesca fez-se sempre, cá e lá. Por vezes facilitando a criação de núcleos familiares estáveis e o nascimento de descendentes que se radicavam lá ou cá. As ligações entre o Magreb e o território português, em particular o Algarve, foram sempre constantes e profundas, e são ainda hoje recordadas.” (GAMITO, 2007:11).

como o presente – aliado sempre a demais estudos de espólios diversos, executados e/ou a executar por parte de outros colegas, não só acerca desta, como das demais intervenções tidas no interior do espaço amuralhado e na sua envolvente.

Pretendemos neste ponto seguir uma perspectiva cronológica acerca do estado dos conhecimentos sobre Faro, desde Pinho Leal, passando por Baptista de Lima, Américo Costa, Abel Viana e toda uma série de estudos mais recentes acerca do tecido amuralhado da cidade de Faro. Por último analisamos uma série de testemunhos e perspectivas de colegas arqueólogos, assim como de investigadores de outras áreas afins (nomeadamente aspectos ligados à História da Arte), de forma a obtermos considerandos mais concretos e fiáveis acerca da temática abordada.<sup>16</sup>

Imensos são os episódios históricos citados por Pinho Leal, mas inicia este autor por dar uma série de pistas – pese embora possam em alguns casos estar ligadas à tradição, até ver e a Arqueologia o comprovar ou pôr em causa – que se tomavam à altura (finais do século XIX) por válidas. Iremos descrever em seguida, aqueles – episódios – que estão mais ligados às diversas fortalezas de Faro e suas proximidades. Nos idos de 1874, aproximadamente, descreve que Faro distava cerca de “(...) 8 kilometros a O. da antiga Ossonoba, com excellente porto, defendido por três fortalezas em bom estado e pelo qual faz grande commercio.” (LEAL,1874:140).

Apesar de Pinho Leal opinar a espaços sobre figuras da nossa história, revelando assim um aspecto de parcialidade nas suas descrições, os informes que nos dá acerca de Faro revelam-se úteis. Em primeiro lugar, porque dá conta de que Faro, não só pela sua posição natural, mas também por todas as suas riquezas circundantes, sempre foi um ponto apetecível do ponto de vista estratégico. Daí as várias destruições causadas por episódios bélicos ao longo da sua história e as respectivas reconstruções. Mas também dá conta de aspectos relacionados com factores geológicos, subentendidos através da descrição sumária de terramotos e furacões, que de tempos a tempos assolavam esta região.

---

<sup>16</sup> *Infelizmente, não nos foi possível dirigirmo-nos a Faro pessoalmente, para verificarmos «in loco» e através dos nossos próprios olhos os considerandos obtidos a partir da leitura das fontes. A quantidade de trabalho e direcção de uma equipa de acompanhamento – constituída presentemente por quatro elementos – entre 10 a 12 horas por dia, aliada à quantidade avassaladora de sítios a inventariar, descrever e em estudo para publicações futuras e próximas, não nos deu absolutamente nenhuma margem de manobra para o podermos fazer. Temos a perfeita consciência que o nosso trabalho fica desta forma enfermo. Esperamos que as condicionantes apresentadas possam mitigar esta nossa falha.*

Em 1927, Raul Proença apresenta-nos uma cidade de Faro insípida, mesquinha e banal (segundo o mesmo), por força da perda de identidade dos seus espaços patrimoniais: “A pouco e pouco foram desaparecendo as casas com terraços e açoteias, as janelas de adufas, os pátios descobertos à mourisca e as delicadas chaminés do sul; e o que se tem construído modernamente (palácios-hospitais e casas bancárias *manuelinas*), concebido fora da tradição, do ambiente e do próprio destino dos edifícios, são verdadeiras aberrações da lógica construtiva, *erros estéticos e contrasensos geográficos*(...)” (PROENÇA,1927:233).

Menciona D. Afonso III, referindo que este cercou Faro de mais fortes muralhas, o que dá ideia que as muralhas anteriores não cumpriram a sua função tão eficazmente. Menciona também os dois terramotos de maior memória, o de 1722 e o de 1755.

Apesar das escassas informações apresentadas nesta obra, no que diz respeito a este trabalho em si, também nos dá uma pequena visão acerca dos espaços físicos da cidade de então e quais eram os de maior destaque, do ponto de vista deste autor. Também fica uma ideia já da perda de identidade que os espaços algarvios têm conhecido, de uma forma acentuada por todo o século XX e nos alvares deste século XXI, por força de um terrorismo empreiteiral (a expressão é de nossa autoria)<sup>17</sup>, através do qual se tem descaracterizado não só os espaços urbanos, mas também toda uma orla costeira e que deve sempre ser denunciado e testemunhado – na pior das hipóteses, para que as gerações que nos sucedem possam fazer mais e melhor (também é nossa a função de formadores de massa crítica e esclarecida).

Em 1933, Baptista de Lima, começa por dar um apanhado da evolução administrativa de Faro. Depois, resume informações de autores que o precederam, relativamente à descrição histórica acerca desta cidade, nomeadamente Pinho Leal.<sup>18</sup> E por aqui se quedam as suas considerações acerca de Faro, na mera refutação ou descrição das conclusões e hipóteses levantadas por Pinho Leal.

---

<sup>17</sup> Mas também podemos dar conta aqui da seguinte citação, que se mantém ainda hoje assaz pertinente e facilmente observável, à semelhança das figuras típicas caricaturadas por autores como *Eça de Queirós* e ainda tão facilmente reconhecíveis: “No «embelezamento» das nossas vilas e cidades, sente-se constantemente a mão pesada do mestre de obras, da bronca concepção pedreiral.” (VIANA, 1939:25).

<sup>18</sup> Aqui este autor refuta uma afirmação de Pinho Leal, referindo que em 1270 (SIC) o rei cobrou a vila de Farão, ou seja, que a readquiriu, recuperou. Afirma que muito provavelmente el Rei D. Afonso III em 1250 a povoou e mandou cercar de muros mais fortes e de torres.

Américo Costa em 1938 também se dedicou a extensa descrição acerca de Faro, na sua obra Diccionario Chorographico, em cerca de 46 páginas. Desta descrição podemos destacar as seguintes conjecturas:

1. Em resultado de escavações praticadas por estas alturas teriam sido encontrados vestígios de construções cartaginesas e romanas (alusão, porventura, às escavações de Abel Viana, ocorridas em 1933);
2. Os restos da muralha que ainda circundava a vila seriam obra dos *mouros*;
3. Nas derrocadas muralhas da antiga vila teriam sido achadas lápides que confirmavam a reutilização de materiais provenientes da antiga Ossonoba. Estas reutilizações teriam sido realizadas, quer sob domínio *mauritano*, quer sobre as ordens de D. João IV, que em alvará de 11 de Julho de 1644 a teria mandado guarnecer de muralhas;
4. Menciona várias inscrições e cipos de época do domínio romano encontrados reutilizados<sup>19</sup> nos seguintes locais: Baluarte da Mesa dos Mouros (uma lápide), na Torre do Poço das Naus virada ao mar (três cipos), na Porta da Vila (um cipo), dentro do castelo para nascente (uma lápide) e finalmente, por cima da porta da Senhora do Repouso (um fragmento).

Continua realizando citações de Pinho Leal e procurando obter uma explicação para o nome de Faro, citando os Beni Harúm, como os príncipes que lhe teriam dado o seu nome.

Não existem mais informações quanto aos espaços amuralhados da actual cidade de Faro.

Uma opinião de Abel Viana, recolhida em 1939, apraz-nos aqui registar. Despretensiosa e romântica, como Abel Viana nos habituou a ser. Crítico e observador. O autor faz uma crítica mordaz ao estado das coisas em que se deixou cair as muralhas de Faro, desde os bairros de lata que lhe retiravam visibilidade, aos depósitos de lixo que a ladeavam em certos locais. Diz que só lhe falta uma coisa, uma fachada, “ (...) uma face histórica e cenográfica, que desde a estação do caminho de ferro até além do Largo de S. Francisco aniquile a presente anomalia.” (VIANA, 1939:24). De interesse para a nossa temática

---

<sup>19</sup> Já André de Resende tinha mencionado vestígios da antiga grandeza de Ossonoba, conservados nas muralhas de Faro, através de uma série de epígrafes. Mas, apesar dessa constatação, afirma que Ossonoba se localizava nas ruínas de Milreu, em Estói (VIEGAS, 2011:79).

reproduz as seguintes afirmações, que vindas de um colega arqueólogo e de tão minucioso como era sobejamente conhecido reproduzimos em seguida:

“Ora, a muralha de Faro conserva-se intacta. Não é a muralha do romano, nem a do moiro, nem a de qualquer época da reconquista cristã e domínio português, mas tem um pouco de tudo – o que não vem para aqui esclarecer ou demonstrar. Baste saber-se que, até por efeito de reconstruções e adaptações ocorridas através dos séculos, é curioso mostruário da arquitectura militar de épocas diversas, abrangendo-as a quási tôdas. A muralha de Faro, tem, actualmente, apenas duas interrupções mais sérias: uma no local onde edificaram a Fábrica da Cerveja, outra no ponto em que se afogou nas vastas edificações do Governo Civil. Ali, foi completamente arrasada, até os alicerces; aqui pode ser reconhecida na série de passadiços que servem interiormente diversas repartições públicas. De mais grave mutilação a salvou, sem dúvida, o superior critério de D. Francisco Gomes, ao mandar construir o «Arco da Vila a dentro». Outro que não fosse o prelado egrégio, mais certo seria o desaparecimento dêsse trôço da muralha farenses. O ilustre antístite, que em tôdas as suas operosas iniciativas soube de modo eminente aliar ao fim utilitário a expressão artística, dotou Faro com o elegante monumento que é o Arco da Vila, determinando que por trás dele se ficasse vendo a muralha, (...) E tal maneira e cautela houve nessa avultada obra que ficou intacto o arco árabe – raridade arqueológica não só de Faro mas de todo o País!” (VIANA, 1939:25-26).

Em poucas palavras, resumiu este ilustre colega os conhecimentos e o que era vislumbrável acerca das muralhas de Faro nos idos de 1939. O desrespeito e incongruências de quem tem o poder para reger os arranjos urbanísticos também na altura se faziam sentir.

Para estudar, descrever e compreender as alterações ocorridas em muralhas de épocas diversas, há que descrever, estudar e compreender também toda uma série de fenómenos que gravitam na sua órbita. Os jogos de interesses e influências são também a este respeito facilmente observáveis. “E que dizer daquele supremo insulto, daquela gritante vergonha para o brio dos farenses, asperamente criticado por quantos visitam Faro e deparam com semelhante sacrilégio! – de consentirem na Porta de Afonso III, no Arco do Repouso, no valiosíssimo e raro espécimen da defesa militar árabe, a construção de uma casa, uma

simples moradia particular assente na face do respeitável brasão da cidade!”<sup>20</sup> (IDEM, 1939:26-27).

Ana Margarida Arruda, em artigo publicado em 1997, afirma que a cidade pré-romana de *Ossonoba*<sup>21</sup>, que tal como Balsa (e segundo informes de Estrabão), pertencia à área de influência dos Túrdulos localizava-se na pequena colina que nos nossos dias é circundada pela muralha medieval. Seria, ainda no 1º milénio a.C. uma ilha com bons ancoradouros (ARRUDA, 1997:247).

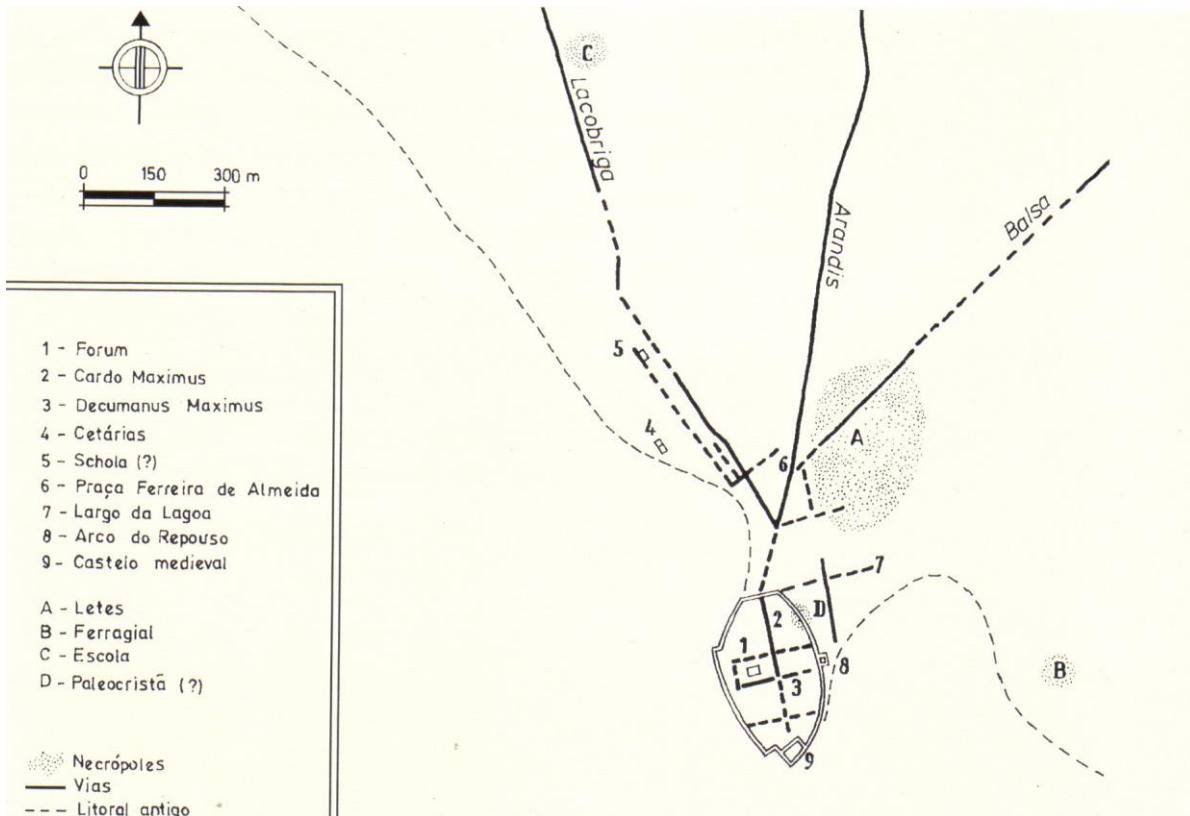
Vasco Gil Mantas, elabora uma caracterização de *Ossonoba*, em 1997, com base em fontes clássicas<sup>22</sup>. Afirma que em época romana a cidade possuía dois núcleos principais, situados respectivamente no Largo da Sé (mencionando as ruínas de um templo cujo pódio se conserva em bom estado) e ao longo da praia localizada a Noroeste (MANTAS, 1997a:296).

---

<sup>20</sup> Não nos foi possível dirigirmo-nos a Faro, por razões anteriormente apresentadas, para constatar ainda acerca desta ou outras atrocidades que tivessem sido entretanto e de lá para cá cometidas. De Norte a Sul este país é pródigo neste tipo de situações, infelizmente. Também gostaríamos de ter consultado o Plano Director Municipal de Faro e demais imagens de arquivo camarário, quanto a projectos que tenham destruído e alterado a fisionomia ou escondido alguns trechos dos antigos troços amuralhados, mas a situação de indisponibilidade física para corresponder a esta situação foi a mesma que evocamos anteriormente. Foram mais algumas condicionantes à elaboração deste trabalho.

<sup>21</sup> Aproveita ainda para traçar alguns paralelismos entre as povoações de Faro e de Castro Marim (que tão bem conhece, por intermédio das extensas e intensas campanhas de escavações que aí desenvolveu): “Escavações recentes na área urbana da cidade permitiram recolher alguns materiais arqueológicos da Idade do Ferro: cerâmicas áticas, de verniz negro e de figuras vermelhas, e ânforas de tipo ibero-púnico (GAMITO, 1993). Este espólio, assim como dois pratos de peixe de fabrico muito possivelmente norte africano (e em tudo semelhantes aos recolhidos em Castro Marim nos níveis dos séculos IV e III a.C.), depositados no Museu Lapidar Infante D. Henrique, fazem pensar num grande paralelismo dos dois sítios arqueológicos, pelo menos do ponto de vista do comércio marítimo.” (ARRUDA, 1997: 247-249).

<sup>22</sup> “As fontes clássicas indicam que o território algarvio foi ocupado, antes da chegada de Túrdulos e de Celtas na segunda metade do I milénio a.C., por um povo não indo-europeu, o dos cónios. A este fundo populacional, com o qual talvez possamos relacionar o Promontorium Cuneus, vieram juntar-se os emigrantes céltico-túrdulos, talvez entre os séculos V e III a.C., sem esquecer a fixação de elementos púnicos em povoações já existentes ou fundadas na altura. A população do Algarve nos inícios do século II a.C. era, assim, uma população mista, na qual dominava o elemento céltico-túrdulo.” (MANTAS, 1997a:284).



**Fig. 1 – Caracterização urbana de Ossonoba (Faro)**

A existência de dois eixos ortogonais (*Cardo* e *Decumanus*) permitem atestar acerca da romanidade do urbanismo de Faro, assim como os achados epigráficos – que na sua opinião reflectem uma profunda romanização e um ambiente próprio dos grandes centros portuários<sup>23</sup> – surgidos nessas áreas (IDEM, 1997a:297). Relativamente à muralha árabe de Faro, produz a seguinte afirmação: “É possível que a muralha árabe de Faro assente numa muralha romana tardia, como sugere a localização das portas em relação ao *Cardo* e ao *Decumanus*” (IBIDEM).

Francisco Lameira, em 1999, apresenta na sua obra a opinião de dois investigadores de renome (Justino Maciel e Vasco Mantas), que advogam uma espécie de osmose construtiva na cidade de Faro, plasmada de modelos pré-romanos, relacionados com a morfologia em

<sup>23</sup> “A economia de Ossonoba assentava em actividades relacionadas com funções produtoras e distribuidoras assim como em actividades de tipo administrativo. Numas e noutras o mar tinha um papel preponderante, sem que esqueçamos, naturalmente, a componente rural da economia antiga.” (IBIDEM).

morro do terreno, e com modelos romanos, apresentando um *cardo* e um *decumanos* facilmente reconhecíveis no espaço físico citadino.

Segundo o mesmo Francisco Lameira (com base em conclusões de Vasco Gil Mantas), no século IV d.C. ter-se-iam abandonado as zonas baixas da cidade de Ossonoba e edificado um perímetro amuralhado delimitando a área citadina e que teria correspondido à povoação proto-histórica, na zona que hoje é conhecida por Bairro da Sé. Durante o domínio bizantino Ossonoba desempenha um importante papel como centro militar, entre os anos de 552 e 624. Para Teresa Gamito e Justino Maciel, o núcleo amuralhado que envolvia a cidade foi reforçado por esta altura. Os três torreões poligonais ainda observáveis na actualidade (1999) seriam disso testemunho, uma vez que pela sua forma se diferenciavam das pré-existências romanas de forma semicircular.

Em época islâmica, a Alcáçova e a Medina mantêm-se agregados numa só área, a actual Vila-Adentro. “A alcáçova situava-se no canto sul, sendo então envolvida por muralhas com torreões, não só na parte exposta ao exterior, mas também na parte voltada para dentro da cerca de muralhas que envolvia a medina. (...) A alcáçova é adaptada a castelo após a reconquista cristã e descaracterizada no nosso século ao construir-se, no local, uma unidade fabril. Por sua vez a medina era envolvida por muralhas, que actualmente permanecem na sua quase totalidade(...)” (LAMEIRA,1999:22). Das entradas que se conservam actualmente, uma delas é a do Arco da Vila – referido anteriormente por Abel Viana ao elogiar a obra de D. Francisco Gomes – e que é o único exemplar de arco em ferradura que ainda permanece em todo o Algarve, do século XI, presumivelmente.

Uma outra entrada, que ainda permanece é a do Repouso (da dinastia almohada), junto à qual se encontram duas torres albarrãs para defesa da mesma.

Francisco Lameira menciona uma Atalaia, mandada construir nos arrabaldes da vila, no ano de 1355, por D. Afonso IV. Por baixo dela se edificou posteriormente a ermida de Santo António do Alto e a casa do ermitão e a dita torre sofreu também um acrescento, por via da sua adaptação a estação elevatória de água.

No que diz respeito à cerca seiscentista, sabe-se que a mesma foi edificada em resultado da Restauração de 1640 e foi custeada por membros do clero, ficando assim também os principais equipamentos religiosos colocados sob a protecção de tal cerca. O clero, assim como a restante população, ainda tinha bem presente na memória o saque perpetrado pelo

2º Conde de Essex em 1596. Uma qualquer invasão espanhola eminente, durante as Guerras da Restauração, também tolhia os ânimos dos habitantes de Faro. Uma vez que essa invasão nunca veio a suceder, a cerca e valas que a delimitavam foram sendo entulhadas e caindo em desuso. O terramoto de 1755 causou-lhes também avultados danos, mas, até finais do século XIX era ainda esta cerca a delimitadora do espaço urbano. De finais do século XVIII era a porta do Arco da Vila, da autoria de Francisco Xavier Fabri, arquitecto ao serviço do Bispo D. Francisco Gomes de Avelar, e cuja intervenção já foi mencionada anteriormente, como um bom exemplo de conduta e cidadania, quer em termos arquitectónicos, como paisagísticos e patrimoniais.

Em 1833, a praça de Faro é tomada, no contexto da guerra civil, entre Liberais e Miguelistas, que se encontrava perto do seu final, e na qual a vitória pouco tardaria a sorrir às cores liberais. Foi tomada pacificamente. O receio de um contra ataque por parte das forças de D. Miguel I levou a que se tomassem medidas para se proceder à fortificação e armamento desta praça de guerra e defesa da cidade. Alguns tramos da cerca seiscentista foram então reaproveitados, mas o estado de ruína a que muita dessa mesma cerca tinha chegado levou a que novos trechos fossem edificados de raiz. Nos nossos dias três baluartes foram já postos a descoberto: na Horta do Ferragial, na Rua de Loulé (n.ºs 2 e 4) e defronte do Cemitério da Esperança.

Na primeira metade do século XX as suas muralhas foram rasgadas nessa zona, de forma a permitir o livre acesso de viaturas ao local.

Nas últimas duas dezenas de anos do século XIX, a abertura de novas estradas fez com que se efectuassem grandes mudanças ao nível urbanístico. A cerca seiscentista que rodeava a urbe deixa assim de constituir o seu limite físico. A partir da década de sessenta do século XX dá-se uma verdadeira explosão de construções e de torres de betão, no interior do centro histórico.

Num artigo de Helena Catarino (CATARINO, 2002c), testemunhamos uma alusão aos trabalhos de Estácio da Veiga, quanto à investigação arqueológica no Algarve e do longo caminho que ainda falta percorrer, no estudo do povoamento rural e dos recintos fortificados, na transição da antiguidade tardia para o período islâmico. Menciona o facto da existência de resultados de escavações, antigas e recentes, que lamentavelmente não iam

sendo publicados. Este é um problema com o qual todos nos debatemos, infelizmente, nos nossos trabalhos e estudos arqueológicos, não só na região do Algarve.

Indica, que nas fontes, e quanto ao século IV, se faz alusão à presença de dois bispos (Vicêncio ou Vicente e Ithacio) em dois concílios, o que comprovaria que Ossonoba seria então uma diocese fortemente romanizada e cristianizada. Faro teria apenas muralhas atribuíveis ao Baixo Império. Algumas fontes escritas referem o domínio Bizantino de Ossonoba “facto difícil de comprovar no estado actual da investigação.” Citando P. Goubert (1950), F. Lopes (1958-59) e D. Fernando de Almeida (1962) diz: “Dá-se como exemplo o facto de Cesário, derrotado por Sisebuto, em 624, se ter refugiado e mandado fortificar Ossonoba (Faro).” Não parece (na opinião da autora), que Faro tenha sofrido destruições, voltando a ter bispo na segunda metade do século VII.

“Como já referi, embora não existam resultados arqueológicos que comprovem a presença bizantina, a cidade já estaria amuralhada quando Cesário, em 624, se fortificou em Faro. (...) Assim, os tramos de muralhas que ainda subsistem poderão corresponder ao traçado do perímetro urbano tardo-romano, com sucessivas reconstruções e acrescentos bizantino/visigóticos, islâmicos e medievais posteriores à reconquista, consumada em 1249 por Afonso III.” (CATARINO, 2002c:35).

Pode ser que com o avanço dos trabalhos arqueológicos se comprove estratigraficamente os vestígios que possam dar conta talvez, da ocupação bizantina e continuidade visigótico/emiral. E também através da publicação contínua dos resultados de escavações antigas e recentes se possam atingir resultados mais fiáveis, pois face ao que nos é apresentado no estado actual dos conhecimentos, não existem dados suficientes para podermos formar opiniões mais seguras.

Não se sabe mais sobre a época islâmica, e sobretudo sobre os primeiros tempos da sua presença. Sabemos que a diocese de Ossonoba é conquistada por ‘Abd al-‘Aziz em 713.

Em finais do século IX, sublevações de carácter independentista – de acordo com as crónicas – provocam mudanças no tecido amuralhado. Bakr B. Yahyâ B. Bakr torna-se senhor de Ossonoba: “Estabelecido em Santa Maria do Ocidente (datará desta altura a alteração do nome da cidade), aí reforçou as muralhas, dotou-as com portas de ferro, fez várias construções (...)” (IDEM, 2002c:31).

Ao descrever castelos do período omíada no Algarve central, Helena Catarino apresenta a seguinte afirmação: “Mas, apesar das várias intervenções arqueológicas (antigas e recentes), são nulas as informações estratigráficas associando restos de edifícios com o respectivo espólio, que permitam uma boa síntese sobre a evolução da topografia urbana durante a antiguidade tardia e o período islâmico.” (IBIDEM, 2002c:35). Efectivamente, a autora aponta aqui um aspecto a ter em conta por todo e qualquer investigador, a cautela, que nos possibilita ajuizar – sem traçar qualquer cenário baseado apenas em pressupostos – acerca de uma realidade, apoiados apenas em factos e considerando assim as suposições, pelo que as define como tal, o estado de meras suposições.

Menciona Pinheiro e Rosa (1975:59-129) para referir o traçado do *Cardo* e do *Decumanos* e Abel Viana (1952:23) para mencionar a existência de cerâmicas romanas a 6/7 metros de profundidade – não indicando, porém, se a muralha desceria ou não a tal profundidade. Fala do seu aparelho que apresentava reutilizações de materiais romanos em alguns tramos. Menciona ainda que, a face exterior das torres, por vezes heptagonal, poderá coincidir com o período visigótico/bizantino. O que é relevante nesta afirmação, é que são traçados paralelos com um caso conhecido, o de Borj Younga, na costa da Ifríquia. Reparações e acrescentos das muralhas, só muito provavelmente durante o governo de Yahyâ B. Bakr (época omíada), e isto de acordo com as crónicas – volta novamente a frisar. A autora termina as suas considerações (relativamente aos aspectos que dizem naturalmente respeito ao caso específico de Faro) da seguinte maneira:

“No estado actual dos conhecimentos apenas pode constatar-se a presença de torres semicirculares, ou heptagonais, na defesa urbana de Faro, sendo estas certamente de origem tardo-romana ou bizantina, com sucessivas reparações.” (CATARINO, 2002c:42).

Teresa Júdice Gamito (2002) apresenta algumas suposições que colidem com as opiniões de outros colegas, nomeadamente quando refere a dado trecho: “Julgo que as primeiras torres do sistema defensivo de Faro sejam as torres cilíndricas (...) cuja cronologia se situa por volta do século IX (...)” (GAMITO, 2002:840). A autora faz alusão aos Homens da Idade do Ferro, que não teriam sentido a necessidade da construção de

muralhas para se defenderem.<sup>24</sup> Claro está, que sabe perfeitamente que as muralhas que podemos vislumbrar nos nossos dias são fruto de acrescentos, reparações e modificações executados ao longo das eras.<sup>25</sup>

#### 4.2 Estado actual dos conhecimentos das muralhas e da Vila-Adentro de Faro

De 2007, gostaríamos de comentar um artigo muito interessante, da autoria de Adriaan De Man, que aborda as problemáticas relativas aos perímetros amuralhados de três cidades: Conímbriga, Coimbra e Faro<sup>26</sup>. Iremos tratar em seguida das que se enquadram no âmbito deste trabalho. Uma das sucessivas limitações, a qual tem sido possível vislumbrar ao longo da observação da opinião de muitos dos autores anteriormente apresentada, prende-se com os lugares comuns historiográficos. Pese embora o facto de muitos ou alguns não corresponderem a inverdades absolutas, nunca se poderá tomar os mesmos “factos” aí descritos como dados adquiridos e verosímeis. A atribuição de períodos cronológicos bem definidos, com base no estudo de recintos amuralhados afigura-se como uma tarefa mais complexa do que à partida se podia imaginar. “Mas a atribuição quase folclórica de algumas cronologias tem muito a ver com preconceitos históricos e arquitectónicos, como é o caso das correntes classificações bizantinas ou islâmicas em mais do que uma cidade da antiga Lusitânia.” (MAN, 2007:68).

Não nos podemos olvidar, que a arquitectura defensiva califal hispânica, mantinha alguns traços comuns com o mundo pré-islâmico, quer ao nível de formato, como do aparelhamento de silharia, só para dar um exemplo.

Uma outra problemática prende-se com a análise das sucessivas fases construtivas e suas limitações, com a existência ou não de troços intactos de estruturas originais, análise

---

<sup>24</sup> A presença de vestígios da Idade do Ferro estão documentados na intervenção do Quintal da Judiçiária (GAMITO, 2007:64), ou ainda em diferentes publicações (ARRUDA, 2005) e ainda (PAULO, 2007:21).

<sup>25</sup> “Today, the location of Faro, ancient Uxûnuba, and its walls still impress us. Although the walls we see there today had been built in Roman times, reinforced by the time of the Byzantine occupation of the town and again in the Islamic period” (GAMITO, 2004:138).

<sup>26</sup> Não podíamos deixar de referir um trabalho, que preconizava uma revalorização monumental do Algarve “tão esquecido e ignorado” (SANTOS, 1965:17). No mesmo, é apresentada uma planta topográfica de Faro, inédita – em 1965 – contributo mais para o conhecimento do espaço amuralhado, executada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos em finais do século XVIII, possibilitando-nos assim “apreciar como era a «Vila-dentro», a Vila intra-muros, hoje incompletamente conhecida, e destruídíssima pela incúria de muitas gerações. (IDEM, 1965:16). Nesta mesma planta, verificamos que o espaço hoje denominado por Horta da Misericórdia fazia parte integrante da cerca conventual, por essa altura (PAULO, 2007:25).

das respectivas fundações. Qual o mobiliário associado – como por exemplo a cerâmica –, adossamentos e sobreposições podem ser reveladores também de cronologias mais precisas.

Mas, por outro lado, podem estas revelar imprecisões cronológicas, caso não sejam evidentes os traços da(s) época(s) em que a(s) dita(s) ocorreu/ocorreram.

O autor baseia-se em Alarcão para descartar a romanidade das muralhas de Faro, uma vez que vislumbrando o paramento visível na actualidade, não se observam quaisquer características romanas no dito. Contudo, afirma que o sector Sudoeste, assim como a zona meridional podem demonstrar a hipótese contrária. Esta última hipótese necessitaria de mais intervenções arqueológicas de fundo nestas áreas, para que pudesse ser corroborada ou não. Na zona do Arco da Vila (ainda de acordo com o autor), “não se identifica qualquer configuração pré-islâmica.” (IDEM, 2007:71).

A dificuldade de atribuição de cronologias mais precisas prende-se com o fenómeno que alguns autores apelidam de “fusión Islam-Roma” (ideia que o autor foi buscar às obras de Torres Montealegre e de López Vasquez). Este fenómeno manifesta-se “ (...) sob a forma de silharia de tipologia considerada imperial, redispota num padrão regular, a soga e tição, com faces alternadas (...)” (IBIDEM, 2007:73). Parafrazeando Fernando Valdés Fernández, Adriaan De Man afirma que a estrutura de muralhas omíadas, mesmo quando edificadas de raiz, demonstra características tardo-romanas ou bizantinas. Tal consiste no duplo paramento com enchimento interno, sem torres no paramento interior. O ideal de grande aparelho, cortado em módulos iguais e com assentamento em esquadria, em última instância, imitação dos padrões em estuque ou taipa em muralhas islâmicas é notório – veja-se o caso das muralhas de Moura, que foram entretanto parcialmente demolidas e se localizavam junto ao edifício camarário.

Sem escavações é extremamente difícil atribuir uma cronologia mais precisa, e diferenciar uma arquitectura romano-visigótica de uma romano-bizantina ou bizantino-emiral. Não é abusivo assim “ (...) considerar a existência de uma continuidade conceptual entre a fortificação do Baixo Império e, pelo menos, as mais precoces soluções islâmicas, no respeitante à posição do aparelho.” (MAN, 2007:74).

A Doutora Catarina Viegas, na sua tese de doutoramento, acerca da ocupação romana do Algarve, traça em 2011, o quadro até então conhecido relativamente a Faro, no que ao

campo da Arqueologia diz respeito. A problemática da localização de Faro que se colocou nos séculos XVI (André de Resende situava-a em Milreu) e XVII (Frei Vicente Salgado colocava-a em Estói), atravessou assim muitos séculos (VIEGAS, 2011:79). Ainda no século XIX, Estácio da Veiga, durante a realização das suas “explorações” por território algarvio (era natural de Tavira), centra as suas atenções em Milreu, identificada ainda com Ossonoba. Apenas nos anos 30 do século XX<sup>27</sup> se corrigiu o erro de identificação de Ossonoba, através dos trabalhos arqueológicos tidos no Largo da Sé (IDEM, 2011:84).

Abel Viana identifica Faro com Ossonoba, através dos achados de Mário Lyster Franco (dos quais ele também tomou parte inicialmente, relacionando assim os seus achados com os achados do seu colega) e também recorrendo à por si designada como “prova geológica” – esta consistia apenas no seguinte, Milreu não era porto de mar, visto que era impossível navegar no rio seco e corresponder assim às descrições de autores clássicos acerca de Ossonoba, logo jamais poderia ter sido Ossonoba (IBIDEM, 2011:86).

A redescoberta do mosaico do Oceano, segundo informação obtida através do Doutor José D’Encarnação, atesta a presença de indivíduos ligados a uma corporação de *naviculários* ou mesmo *quatorviros* da civitas. Não restava assim dúvida que se estaria perante um edifício público (IBIDEM, 2011:90).

A fundação de Faro continua ainda envolta em considerandos historiográficos a que nenhum autor conseguiu ainda dar resposta cabalmente. As primitivas muralhas de Faro não são de fácil atribuição cronológica, uma vez que os dados conhecidos, não só ao nível bibliográfico, mas também a nível arqueológico são diminutos.<sup>28</sup> Os Cónios, seus míticos fundadores, não passam disso mesmo, de episódios míticos e lendários<sup>29</sup>. Apesar de para alguns autores ser passível de observar a existência de um *Cardus* e de um *Decumanos*, só alguns tramos da muralha o poderiam indiciar, mas para tal, novas intervenções

---

<sup>27</sup> “Segundo os relatos de Pinheiro e Rosa, arranjos no pavimento do Largo da Sé, em 1870, já tinham permitido identificar vestígios antigos, mas foram silenciados de imediato «para não haver interferências e entraves de arqueólogos» (ROSA, 1984). Posteriormente, em 1883, terão ocorrido obras no edifício da câmara municipal, sugerindo que também aí teriam aparecido estruturas arqueológicas” (IBIDEM, 2011:84).

<sup>28</sup> As escavações conduzidas pelos Drs. Dália Paulo e Nuno Beja demonstram, contudo, uma intensa ocupação desta parte da cidade desde o século IV a.C. até ao século XX (PAULO, 2007:24).

<sup>29</sup> Os Cónios, Cuneos ou Cinetes (dependendo das fontes consultadas) existiram mesmo. Não se trata aqui de contestar a sua existência ou não, mas sim de contestar a fundação de Faro pelos mesmos, pois não se possuem provas cabais de tal ter assim sucedido.

arqueológicas de fundo teriam de ser realizadas. Assim, talvez pudéssemos responder não só a esta como a outras questões.

Questões relativas à presença de bispos ou sua ausência em concílios, não são mais do que isso mesmo, factos em si que pouco ou nada servem para provar acerca da malha urbana e recinto amuralhado respectivo – quer no século IV (presença de bispos), como em época bizantino/visigótica (ausência de bispos).<sup>30</sup>

Apesar das crónicas confirmarem o reforço do tecido amuralhado no século IX<sup>31</sup>, os registos estratigráficos que associam estruturas a espólio eram nulos pelo menos até 2001 – segundo Helena Catarino, e como já vimos anteriormente.

Os diversos cataclismos de ordem natural que afectaram sobremaneira esta urbe, nomeadamente os que tiveram lugar em pleno século XVIII, vieram causar destruições e remeximentos, que obstam em alguns casos à efectivação de leituras estratigráficas plenas e concordantes entre si. Também as intervenções antrópicas, quer através de episódios bélicos diversos e já identificados, como através de actos criminosos de lesa património (estes ocorridos ao longo de todo o século XX) e de intervenções que descaracterizaram por completo toda a trama amuralhada, vieram retirar espaço de manobra a quem queira realizar leituras mais coerentes acerca dessa dita trama. A opinião de Adriaan De Man parece-nos que deva ser levada em linha de conta, e que as intervenções por si advogadas poderiam responder a imensas questões levantadas hipoteticamente aqui e ali por outros colegas. A questão da tentativa de atribuição cronológica das torres poligonais, heptagonais ou octogonais, plasmando uma conceptualização encerrada na compartimentação estanque do objecto em si mesmo, parece-nos que encontra uma resposta, que apesar de levantar ainda mais dúvidas, se torna com o autor acima citado, a mais cabal de entre todas as restantes<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Porém, a questão levantada pela Prof. Teresa Júdice Gamito tem a sua pertinência. Sabemos, das escassas fontes documentais conhecidas, que Cesarius, famoso chefe bizantino, após a derrota às mãos de Sisebuto, vê o seu território reduzido à zona do Algarve, constituindo-se Ossonoba, o seu quartel-general e principal centro bizantino na Península Ibérica (GAMITO, 1996:260). A ausência de bispos de Ossonoba nos Concílios da Igreja Católica entre o III Concílio de Toledo (589) e o VIII Concílio também realizado em Toledo (653), seria explicada pelo domínio efectivo bizantino desse espaço. (IDEM, 1996:261). Escavações arqueológicas, seguindo o método de registo, não só das estruturas positivas, mas também negativas e suas complexas sobreposições, poderiam dar respostas a todas estas questões.

<sup>31</sup> E mesmo anterior à ocupação islâmica (GAMITO, 1996:262).

<sup>32</sup> Segundo a Prof. Teresa Júdice Gamito: “As torres heptagonais ou octogonais constituem, por outro lado, um traço distintivo entre as construções defensivas bizantinas, como se pode observar em Constantinopla (Istambul), ou em Évora, na torre de Sisebuto, ou mesmo em Antioquia.” (IDEM, 1996:263). Para além

Há assim lugar a mais dúvidas do que certezas. Voltamos a frisar que os conhecimentos acerca do(s) tecido(s) amuralhado(s) de Faro pecam ainda, nestes inícios do século XXI, por escassos. Como sucede com relação a demais centros urbanos algarvios.<sup>33</sup>

A caracterização do espaço amuralhado (nomeadamente no que aos dados provenientes da arqueologia diz respeito) tornava-se pertinente, pois, como verificaremos em seguida, temos mais dados do que os obtidos nas intervenções arqueológicas efectuadas no interior da urbe em si. Foram diminutas as intervenções<sup>34</sup> e muitas das vezes – se não a maior parte – nunca há financiamento disponível para o estudo exaustivo do espólio em si, seja de que tipo for.

De consulta às bases de dados do Endovélico – durante o ano de 2010 e até ao mês de Setembro de 2011, data da última consulta efectuada, conforme presente nos anexos do volume II – comprova-se o que foi afirmado no ponto anterior. Ainda muito resta por fazer.

Encontramos mais quatro resultados (?) para todo o concelho de Faro, mais de dois anos após termos efectuado uma primeira consulta. Apresentamos em anexo um quadro com os sítios arqueológicos identificados na freguesia da Sé, em Faro. Podemos destacar então o seguinte:

1. De um total de 102 sítios/achados isolados, apenas 29 correspondem à freguesia da Sé;
2. Desses 29 sítios/achados isolados, apenas 6 correspondem ao período medieval pleno;

---

*disso, afirma que devemos ter em linha de conta “o modo facetado como os torreões defensivos se apresentam a partir de uma determinada altura, e não de raiz.” (IBIDEM, 1996:263). Também não será displicente o artigo de Edison Cruxen, no qual se defende a influência da arquitectura militar franca em Portugal. Influência que viria já desde a participação do Mestre Gualdim Pais na IIª Cruzada, onde durante 5 anos tomou conhecimento acerca de algumas das mais avançadas soluções de arquitectura militar da época. E que tal como o afirmara Mário Barroca, haveria de ter uma influência decisiva na evolução da arquitectura militar portuguesa (CRUXEN, 2006:164). As hipóteses de estudo são imensas, caberá à Arqueologia, porventura, a palavra final.*

<sup>33</sup> *Como é o caso, por exemplo, de Albufeira. “Refira-se que a muralha que cercava a antiga vila, mencionada nas fontes escritas do século XIV, foi construída sobre uma muralha primitiva aí existente, cuja origem se desconhece por não ter sido objecto de qualquer intervenção arqueológica.” (NOBRE, 2009:21).*

<sup>34</sup> *Mesmo que em anos recentes se tenham multiplicado o número das intervenções, as mesmas ficam na maior parte dos casos restritas ao âmbito dos relatórios finais em termos de apresentação dos resultados das mesmas. Futuramente, com a disponibilização dos relatórios online no portal do arqueólogo, esse óbice talvez possa vir a ser ultrapassado.*

3. Mantêm-se actuais as constatações de vários colegas arqueólogos, segundo as quais muito ainda está por fazer, mas que sem intervenções não podem avançar os respectivos estudos;
4. Registamos também que alguns dos sítios inventariados se encontram destruídos, tendo sido detectados, ou à posteriori ou mediante alguma denúncia, uma vez que a lei existe, mas quase nunca é cumprida (já tal observamos e constatamos que sucede, tal como muitos colegas, de Norte a Sul do país).

Faltam intervenções, conforme o afirma a nossa colega Helena Catarino: “No Algarve central, onde se encontram as melhores terras do maciço calcário do Barrocal, pode afirmar-se que a civitas romana, diocese paleocristã/visigótica, e primeira capital da Kura de Ocsonoba, conservou a mesma localização, sob a actual cidade de Faro. Mas, apesar das várias intervenções arqueológicas (antigas e recentes), são nulas as informações estratigráficas associando restos de edifícios com o respectivo espólio, que permitam uma boa síntese sobre a evolução da topografia urbana durante a antiguidade tardia e o período islâmico.”(CATARINO, 2002c:35).

“O local onde se implanta a actual Sé de Faro parece ter uma longa história de sacralidade, apesar de não existir qualquer comprovação arqueológica evidente. De acordo com a tradição, aqui se estabeleceu a primitiva basílica paleocristã, depois transformada em mesquita e, finalmente, convertida em igreja cristã após a conquista da cidade por D. Afonso III (LOPES, 1848, p.343). As origens do actual templo identificam-se nos meados do século XIII. Conquistada a cidade em 1249, ter-se-á iniciado a construção de uma igreja matriz. De acordo com um documento revelado por Alberto Feio, em 1251 o arcebispo de Braga, D. João Viegas, encarregou dois dominicanos (Pelágio e Pedro) de edificarem a igreja de Santa Maria de Faro (FEIO, 1951), o que parece veio a acontecer. No entanto, tal edifício, que alguns autores sugerem ter sido concluído por 1271 (ROSA, 1984, p.16; PAULA, 1993), "deve ter sido exíguo" (LAMEIRA, 1999, p.28) e, no reinado de D. Dinis, o monarca determinou a venda de um imóvel nas imediações do templo, para que este pudesse ser ampliado (MASCARENHAS, 1974). Dessa intervenção dionisina, que presumivelmente privilegiou um plano tripartido de cariz paroquial (semelhante ao de São Clemente de Loulé, Santa Maria de Tavira e tantos outros templos construídos um pouco

por todo o país), nada sabemos, uma vez que, na viragem para o século XIV, nova campanha de obras reformulou radicalmente o edifício.

Data, assim, do século XV o essencial da obra que chegou até nós.”<sup>35</sup> Sabemos, por informação prestada pelos nossos orientadores e presente na bibliografia da Doutora Teresa Júdice Gamito, que o sítio da Horta da Misericórdia sofreu muito possivelmente contaminações de terras provenientes das escavações de Afonso do Paço, Abel Viana e Mário Lyster Franco na zona da Sé. As mesmas poderão ter trazido consigo alguns numismas.<sup>36</sup> De qualquer das formas, todos os numismas são provenientes do interior do espaço amuralhado (a fazer fé que mais nenhuma outra contaminação de nenhum tipo tenha ocorrido até então, de fora para dentro das muralhas).

Por último, verificamos assim, que a um primeiro momento historiográfico, que se situará entre os considerandos de André de Resende no século XVI e que se repercutirá até aos inícios do século XX, sucede um segundo momento, no qual os dados da Arqueologia retiram o manto que vela a leitura do passado de Faro. Com Mário Lyster Franco e Abel Viana, a localização de *Ossonoba* fundamenta-se relativamente à localização da actual cidade de Faro. Trabalhos subsequentes de estudo e análise de colegas relacionados directamente com as questões patrimoniais reafirmam e fundamentam essa hipótese inicial.

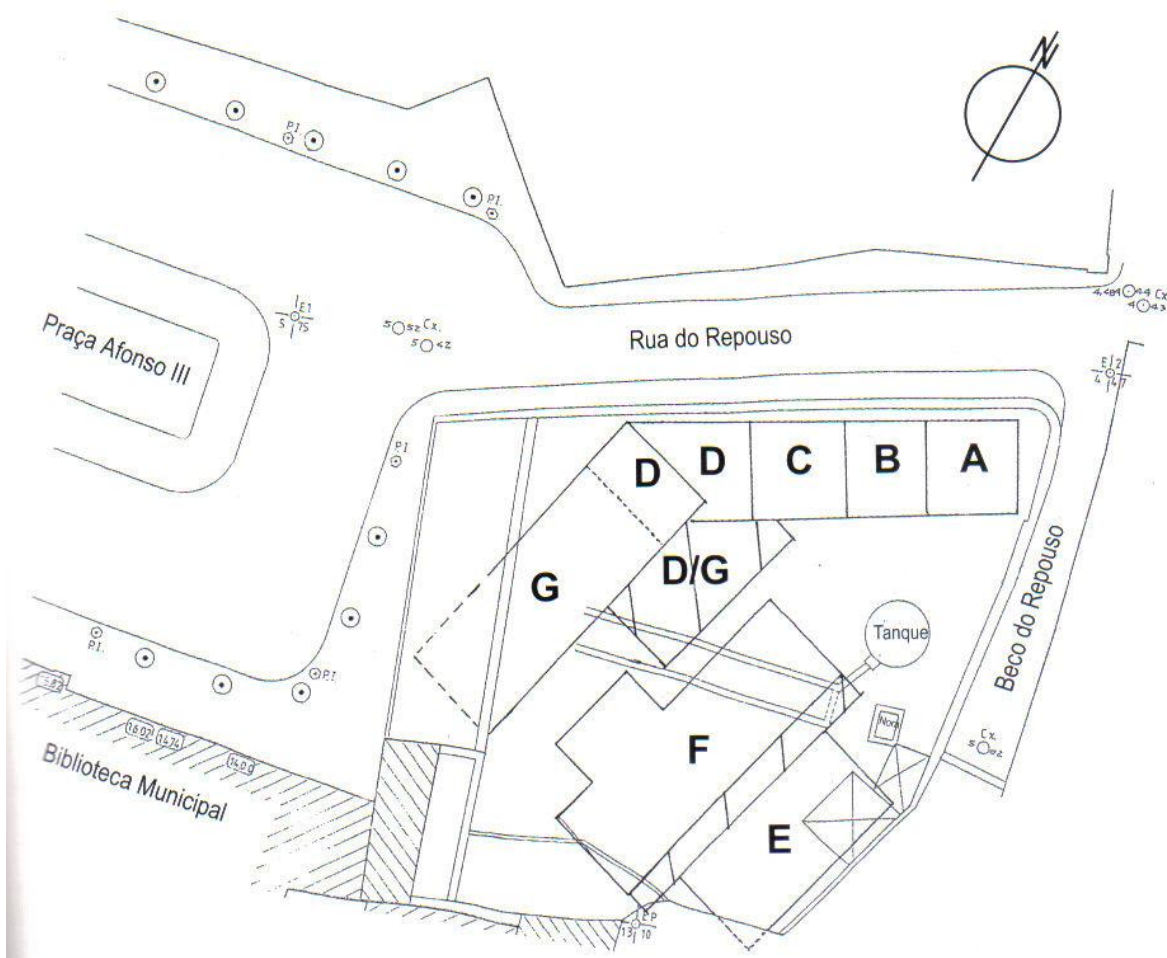
A análise do espaço amuralhado da urbe de Faro conhece processo idêntico, e pese embora ainda falte, porventura, uma escavação (que dadas as actuais condições se apresenta como de difícil execução, pois o nível freático obsta a uma escavação em profundidade logo nas primeiras dezenas de centímetros) que fundamente uma série de hipóteses, as que foram atrás mencionadas abordadas por colegas investigadores, em finais do século XX e nestes inícios do século XXI, parecem ser as mais plausíveis e bem fundamentadas até ao momento.

---

<sup>35</sup> In <http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74873/>

<sup>36</sup> Nomeadamente de períodos romanos e pré-romanos, uma vez que do espólio numismático proveniente da Horta da Misericórdia fazem parte alguns numismas de tais períodos históricos. O local da Sé já tinha oferecido importantes achados romanos em 1933 (com intervenção de Abel Viana) e em 1940 (com intervenção do seu colega Mário Lyster Franco). Desta última intervenção surgiram inclusive, os alicerces de um grande templo romano (VIANA, 1952:20-21).

### 4.3 O caso específico da Horta da Misericórdia



**Fig. 2 – Localização das diversas sondagens tidas na “Horta da Misericórdia”**

Com início em 1984 surge assim um projecto de investigação para a cidade de Faro, da responsabilidade do sector de Arqueologia da Universidade do Algarve, liderado por Teresa Júdice Gamito<sup>37</sup> e intitulado “O presente do passado de Faro”. Neste contexto, efectuam-se intervenções arqueológicas na necrópole da Rua das Alcaçarias, na Horta da Misericórdia e no sítio onde se localizam as instalações da Polícia Judiciária de Faro<sup>38</sup>. (VIEGAS,

<sup>37</sup> “No entender desta investigadora, a cidade romana não excederia a área do amuralhado medieval (aliás de origem romana), e devia situar-se «sobre um pequeno ilhéu», possuindo «algumas villae sumptuosas no seu arrabalde»” (IDEM, 2011:90).

<sup>38</sup> “O povoado antigo, pré-romano, cujos vestígios foram revelados nas escavações do Pátio da Polícia Judiciária e foram datados com recurso ao rádio-carbono, teria nesta zona, na opinião de T. Gamito, o seu

2011:90). Quanto ao caso específico da “Horta da Misericórdia”<sup>39</sup>, será porventura um espaço onde podemos obter uma leitura contínua da ocupação do espaço intramuros de Faro (GAMITO, 2007) – apesar dos remeximentos causados por diversas calamidades naturais, como presumivelmente o foram os terremotos de 1755, 1353, 1309 e 1169<sup>40</sup>.

De época islâmica não existem, porém, espécimens numismáticos – pelo menos de todos os espécimens que já foram identificados até ao momento, durante o presente estudo.

Nem um único *fals* de cobre que fosse sequer. Questão tida em linha de conta, sem sombra de dúvida, uma vez que “Os níveis islâmicos foram os que produziram vestígios mais abundantes, tendo sido possível recuperar vários vasos de cerâmica e outros objectos” (GAMITO, 2007:59).

Este facto não corrobora as conclusões da Dra. Teresa Gamito, segundo a qual, os espaços próximos à muralha urbana seriam mais pobres em termos ocupacionais e as residências mais ricas se situariam num ponto mais elevado e resguardado defensivamente, nomeadamente, a zona designada por *castelo* (fórum romano, igreja de Santa Maria, Mesquita, e Sé actual), sendo ainda à data (2007), o lugar mais nobre e importante da cidade antiga. Mas a numismática nunca poderá ser vista como um compartimento estanque, face à problemática em si e à ocupação do espaço no interior do recinto amuralhado. Esse era de facto um espaço nobre, e os artefactos posteriormente postos a

---

*limite Norte (...) os vestígios mais antigos identificados remontariam, como se referiu, à Idade do Ferro, tendo-se atingido níveis do séc. V-VI a.C. já sob as águas do nível freático, o que veio a dificultar o prosseguir dos trabalhos nesta zona. De um modo geral, pode afirmar-se que a conservação, quer dos vestígios romanos quer dos anteriores, se encontrava bastante afectada pela ocupação medieval islâmica e mesmo posterior que se encontrou neste local.” (IDEM, 2011:90).*

<sup>39</sup> *Com a extinção das Ordens Religiosas, este espaço foi amputado e vendido até 1840, fazendo anteriormente parte da cerca e do Convento de Nossa Senhora da Assunção, actual Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique. Apenas em “1981 o museu reabre na sua totalidade. Logo no ano seguinte a autarquia solicita à Santa Casa da Misericórdia uma proposta para aquisição dos terrenos que confinam com o convento, actualmente designados Horta da Misericórdia, para ampliação do Museu.” (PAULO, 2007:131-132).*

<sup>40</sup> *“Quanto aos trabalhos arqueológicos realizados na Horta da Misericórdia, existe referência a campanhas de escavações nos anos de 1983 e 1984, 1993, 1996 a 1998/2000. Os dados disponibilizados na base de dados Endovélico revelam a existência de dois grandes momentos de destruição marcados por derrubes formados por materiais de construção. Segundo a arqueóloga responsável, correspondem a um ou dois terremotos (...) «o mais recente do princípio do século XVI (possivelmente de 1532) e o outro dos séculos XII/XIII (talvez consequência da ocupação da cidade pelos cristãos ou mesmo outro terramoto importante)» (ENDOVÉLICO, CNS 1102). (VIEGAS, 2011:92).*

descoberto, durante campanhas que se desenrolaram entre os anos de 1984 e 2000 comprovam-no<sup>41</sup>.

A localização deste local indiciava boas perspectivas prévias ao início das intervenções arqueológicas levadas a cabo, uma vez que:

- Encontrava-se localizado no interior da Medina e próximo a uma das entradas principais do espaço amuralhado, o Arco do Repouso;
- Apresentava uma superfície aberta, em virtude da demolição há algum tempo atrás de casario do século XIX.

As primeiras intervenções arqueológicas demonstraram, através da existência de achados importantes no local, das quais destacamos o surgimento de um fragmento de candelabro (muito certamente da Mesquita maior), que esta era uma zona relevante em termos de ocupação do espaço intramuros<sup>42</sup>.

Os vestígios do terramoto de 1755 também eram perceptíveis no registo arqueológico, comprovando e sendo testemunho do elevado grau de sismicidade da zona. Também os terramotos de 1169, 1309 e 1353 apresentam registos estratigráficos em Faro da sua passagem e alto teor destrutivo (GAMITO, 2007). Do ponto de vista da tectónica de placas, Portugal Continental encontra-se limitado a sul pela falha Açores-Gibraltar, que marca a fronteira entre as placas euro-asiática e africana. Resultado deste enquadramento, têm sido os sismos de magnitude moderada a forte, que se têm feito sentir nesta região, ao longo dos tempos. A zona sul portuguesa constitui por isso, uma área de sismicidade relativamente sensível.

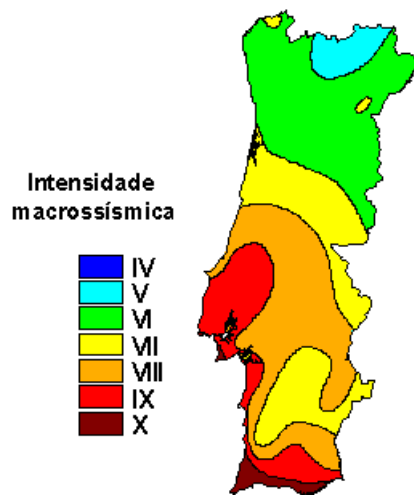
Através da análise de sismos históricos (relatados em catálogos sísmicos) e observações arqueológicas, é possível obter a figura abaixo<sup>43</sup>, que representa uma carta de isossistas onde se exprimem os valores máximos de intensidade, segundo a escala de Mercalli Modificada, dos sismos sentidos no território português.

---

<sup>41</sup> As várias intervenções da Professora Teresa Júdice Gamito, não só no espaço da Horta da Misericórdia, mas em outros pontos intramuros comprovam, no seu entender, a existência de uma população mercantil rica, a partir dos achados por ela efectuados (GAMITO, 2004:138).

<sup>42</sup> “Na campanha de 1999, refere-se a descoberta de latrinas datadas do período visigótico-bizantino, e, no ano seguinte, existe indicação da presença de estratos romanos.” (VIEGAS, 2011:92).

<sup>43</sup> In, <http://www.meteo.pt/pt/>, dados do Instituto de Meteorologia de 2000, consultado a 24 de Abril de 2010.



**Fig. 3 – Carta de isossistas da intensidade sísmica nacional**

A geomorfologia de Faro, dadas estas características inerentes à sua localização geográfica, obsta a que algumas leituras sejam de fácil percepção, nomeadamente também quanto aos movimentos eustáticos<sup>44</sup>.

Para além destes pormenores, uma miríade de leituras, pormenores e contextos foram, encontram-se a ser e serão estudados futuramente, contribuindo para o progresso individual também de uma série de investigadores (só possível porque as escavações ocorreram e em virtude dos achados postos a descoberto). Mas contribuindo mais ainda, de uma maneira geral para o avolumar dos conhecimentos de uma zona, de uma cidade, de toda uma região e como testemunho da presença e/ou passagem de várias civilizações por todo este espaço, acentuando assim o seu carácter universalizante.

Ou seja, este sítio espelha a evolução da cidade de Faro ao longo dos tempos e para tal deveria ser, no nosso entender – e partilhando nós da opinião já preconizada pela Professora Teresa Júdice Gamito – preservado, musealizado e por conseguinte visitável.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> “Quando se pretende estudar o urbanismo antigo de Faro o problema fundamental reside nas alterações geomorfológicas, com destaque para os movimentos eustáticos. Só assim é possível interpretar o urbanismo da cidade romana, construída parcialmente em áreas sujeitas, em época posterior, aos efeitos da transgressão marítima, de natureza e amplitude ainda difíceis de definir.” (MANTAS, 1997a:296).

<sup>45</sup> Também como o afirma a Dra. Dália Paulo: “Apesar desta proposta não especificar o uso para o espaço denominado Horta da Misericórdia, colocando apenas a esplanada da cafetaria para esse lado, provavelmente, a ideia era musealizar os trabalhos arqueológicos que tinham sido realizados e que estavam previstos continuar, sob a responsabilidade científica da Prof. Doutora Teresa Gamito, da Universidade do Algarve.” (PAULO, 2007:139). De destacar que em 2007, “para uma mais correcta gestão do património arqueológico existente no subsolo da cidade, a equipa de Arqueologia do Museu Municipal estabeleceu uma Carta de Sensibilidade Arqueológica” (VIEGAS, 2011:95).

## 5. Contextualização histórico/numismática

*Vil metal, a maldita mamona do Evangelho. Foi devido ao dinheiro que se esboroaram fronteiras societárias. (...) Os reis e nobres procuram-no por todos os meios, não hesitando muitas vezes trocar a cota guerreira pela capa do mercador. (...) Ter ou não ter começou a impor-se como o modo da diferença.*

(MATTOSO, 1993: 475)

Como poderemos observar ao longo da presente contextualização histórico/numismática, a moeda, o dinheiro em si torna-se necessário – na guerra por forma a financiar e abastecer exércitos, no comércio para fomentar a existência de trocas comerciais de produtos por um valor estipulado em termos monetários. Aliadas aos estudos monetários encontram-se uma série de problemáticas que por vezes nos podem parecer alheias a tal campo de estudo em si, por vezes encerrando contextos e panorâmicas muito mais abrangentes e necessárias do que aquilo que o nosso intelecto se consegue aperceber num determinado momento. Tal é o caso do estudo/leitura e análise crítica das fontes, que para os períodos abordados na presente tese são escassas<sup>46</sup> em todos os campos e os estudos numismáticos, ainda que incrementados nos últimos tempos, também vão sendo poucos.

### 5.1 Época islâmica

Há escassez de informação para épocas medievais, não só do espaço urbano, mas também concelhio de Faro, mesmo assim, os informes citadinos superam sobremaneira os

---

<sup>46</sup> Escassas também no que diz respeito à presença de uma comunidade judaica, economicamente activa e próspera na cidade de Faro: “Dans le Gharb al-Andalus, malgré le peu de documents existants, il y aurait eu d’importantes communautés juives dans les principales villes maritimes, surtout Lisbonne et Faro.” (TORRES, 2004:107).

rurais, o que indicia (de acordo com os dados que possuímos actualmente) a influência que a cidade<sup>47</sup> exercia sobre a campina.

Há que saber questionar as fontes escritas, pois podem surgir registos documentais contendo descrições que induzam em erro, por exemplo, no campo dos espaços geográficos, quanto à identificação/localização de espaços urbanos tais como Faro e Albarracín, atribuindo assim o leitor erroneamente especificidades de uma à outra:

“Pese a la escasa explicitud, la relevancia territorial del nombre es evidente, ya que, a grandes rasgos, definía una de las tres grandes zonas geográficas del territorio andalusí. En efecto, la noción del *garb* es inconcebible sin su opuesto, el *šarq*, es decir, la zona oriental o Levante. La contraposición entre esas dos partes queda de manifiesto en la existencia de dos ciudades de idéntico nombre y que se ubicaban en cada uno de dichos ámbitos, Sta. María del Occidente (actual Faro) y Sta. María de Levante (Albarracín).”<sup>48</sup>

Os erros de leitura de produtores de documentos também são observáveis durante a consulta e análise das fontes e podem também eles induzir em equívocos:

“No texto: *Shantara* (que a ser certo seria ‘Sintra’), por *Shantamariyya*, nome por que era conhecida Faro. Trata-se, portanto, de um evidente lapso de copista, devido à semelhança gráfica entre os dois topónimos em árabe.”<sup>49</sup>

Sabemos que Faro, sob o domínio islâmico, surge citada em inúmeras das escassas fontes escritas disponíveis, atestando as suas qualidades portuárias, marítimas e comerciais:

“Por outro lado, o mouro Arrazí faz referências às urbes do Garbe que atestam a continuidade urbana: entre outras, Santarém, Lisboa, Ossoyoba, Coimbra. São consideradas as qualidades portuárias de Ossoyoba (...)

---

<sup>47</sup> “A principal cidade romana e tardo-romana da região mantém a denominação de Ossoyoba até ao século XI quando, governada por uma família local de conversos (*muladis*) e certamente sob imposição de uma forte comunidade *mocárabe*, começa esta cidade a ser conhecida por Santa Maria de Faro (Al Harun). Por essa altura ainda subsistia na cidade um episcopado cristão personificado no prelado Iulianus cuja lápide funerária, há muito perdida, foi recentemente reencontrada. Com os seus 7 hectares de área muralhada – sensivelmente o mesmo que Évora, Mértola ou Silves – Faro era uma cidade de tamanho médio que nunca perdeu o seu papel de metrópole regional.” (TORRES, 1997:433-434).

<sup>48</sup> GARCÍA SANJUÁN, Alejandro – *Caracterización Geográfica Del Garb Al-Andalus en las fuentes árabes medievales*. *Medievalista* [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. ISSN 1646-740X]. N.º 6, (Julho de 2009). [Consultado 22.08.2010].

<sup>49</sup> REI, António – *O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘îd al-Maghribî*. *Medievalista* [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>]. N.º1,(2005). [Consultado 13.07.2009].

Almunime, baseando-se em Al-Bakri (século XI), refere (...) Faro como porto movimentado e local de construção naval” (BLOT, 2005:212-213)

Ainda de acordo com os informes de vários cronistas árabes, sabemos que Faro era uma cidade rica e próspera durante os vários períodos de domínio islâmico.<sup>50</sup> O que há ainda de islâmico no subsolo de Faro? Existirá algo ainda preservado no tempo, sob a superfície que a arqueologia poderá ainda desvendar? O caso da Horta da Misericórdia parece comprová-lo, pondo assim em causa as afirmações da geógrafa Teresa Barata Salgueiro, quando esta afirma que: “(...) não sofremos influência do povo árabe, tirando um caso ou outro, pouco significativo, que se resume a alguns bairros: Os traçados irregulares, característicos da cidade muçulmana, não enformam nenhuma cidade portuguesa e apenas são expressivos em dois bairros lisboetas, sendo talvez ainda possível identificar sinais desta malha nos cascos de Évora e Faro.” Para esta autora, os Muçulmanos não fundaram cidades em Portugal e o pouco que construíram em cidades já existentes a Sul do país, onde a sua presença teve mais peso, não deve ter resistido por muito tempo, visto utilizarem materiais pouco resistentes na construção (SALGUEIRO, 1992:14).

Segundo Orlando Ribeiro, embora muitas das construções muçulmanas fossem feitas com materiais efémeros, não significa que a estrutura da malha existente tivesse morrido aquando da destruição das mesmas, e o Professor dá o exemplo de Olhão, em que as novas construções seguem a malha antiga: “Poderiam citar-se mais exemplos desta persistência da planta muçulmana, quer no casco desse tempo (Faro, Elvas), quer nos bairros reservados aos infieis (Mouraria de Moura, com as suas três ruelas sinuosas). Quando, no século XVIII, casas de pedra e cal substituem as barracas de palha dos pescadores de Olhão, é ainda este traçado de ruas que prevalece: impressionante exemplo de um elemento estranho profundamente incorporado na tradição urbana.” [Ribeiro, 1994:145].<sup>51</sup> Também as escavações da Prof. Teresa Júdice Gamito e de vários colegas em muito contribuíram para a

---

<sup>50</sup> “We know that it might have been a rich and famous town, celebrated by it’s church, as Alib b. ‘Umar al-Udri tells us: It is a large building with huge silver columns, either in height or diameter. It is impossible for a person to embrace one of them with his two arms. (...) We know from Ibn Háucal that: Ukkûnuba was a big, famous town, rich in different products.” (GAMITO, 2004:137). “The reports of travels we find in the Arab literature, the famous masalik wa-l-mamalik, reported the characteristics of Ukkûnuba and its territory that are confirmed by the archaeological evidence found in the area.” (IDEM, 2004:138).

<sup>51</sup> SAMPAYO, Mafalda G. Teixeira de (2001): *O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas*. ISCTE\_Mestrado em Desenho Urbano. [Disponível em <http://www.pluridoc.com>]. [Consultado 18.03.2009].

desmistificação da ideia, que o “outro” árabe nada de novo tinha trazido consigo<sup>52</sup>, ou que de palpável se podia ainda vislumbrar ou mesmo encontrar presentemente.

Não partimos do pressuposto que a numismática deva ser entendida como um meio único de perceber uma ou várias realidades, que somente um trabalho de detective de gabarito pode ajudar a solucionar, contribuindo assim, para uma melhor compreensão de realidades plausíveis, de verdades aproximadas a essa mesma realidade, que nunca é perceptível na sua plenitude. O estudo numismático é mais um contributo em todo o processo cognitivo historiográfico.

### **Numismas islâmicos**

Não existem numismas islâmicos provenientes do sítio da Horta da Misericórdia. O que poderá explicar-se pelo facto de em contextos islâmicos os ditos numismas só surgirem – em quantidade – em contextos de acumulação de tesouros. Mas tais conceptualizações ainda carecem de mais estudos a todos os níveis (local, regional, nacional e peninsular): “Quant aux informations d’ordre négatif, on peut donner, me semble-t-il, l’exemple de la rareté des trouvailles monétaires sur les sites de la péninsule occupés à l’époque musulmane. (...) Cette rareté pose incontestablement un problème, non résolu pour l’instant, d’autant plus qu’elle est «relative» plutôt qu’absolue; on ne trouve que rarement des monnaies musulmanes en fouille, ce qui ne veut pas dire que l’on n’en trouve pas d’une façon plus générale. (...) Mais le problème ne me paraît pas vraiment avoir été posé à l’échelle de la péninsule toute entière alors que l’on devrait commencer à pouvoir le faire.” (GUICHART, 2001:16-17).

---

<sup>52</sup> “As relações estabelecidas entre os povos Ibéricos, Cristãos e Muçulmanos, ora de guerra, ora de paz, permitiram de certa forma o intercâmbio mercantil e intelectual entre esses dois mundos e, portanto, a sua valorização cultural. Para esse entendimento contribuiu igualmente o povo Hebreu, instalado desde longa data nos entrepostos comerciais de maior nomeada e que exercia actividades mercantis, facilitadas pelo facto das suas comunidades se encontrarem espalhadas pela Europa e pelo mundo islâmico.” (ARAÚJO, 2009:68).



**Fig 4 – Fragmento de fivela**

De facto, numa primeira observação, parecia estarmos na presença de Dirhems almóadas, o que fazia sentido face ao local onde tinham surgido<sup>53</sup>.

Conforme se vê na figura 4, apesar do estado do espécimen em si, tudo indicia tratar-se de um Dirhem almóada (fig.5).



**Fig. 5 – Dirhem almóada**

Apenas as marcas do corte em duas das pontas, neste e em mais um outro fragmento, para além da fivela em si (fig.6) e a comparação entre tamanhos, tipo de metal, levou-nos a perceber que não estávamos na presença de numismas islâmicos de nenhum tipo. O exame atento dos indícios levou-nos a essa conclusão.

---

<sup>53</sup> “Após a submissão do *Ándalus* aos *almóadas*, todas as *taifas* cessaram as emissões monetárias, passando a circular a espécie *almóada*, de módulo, peso e título diferentes da moeda anterior, sendo a de prata de formato quadrado – o *dirham* e, de início, o *meio dirham* (...) é frequente o aparecimento de algumas destas moedas no *Algarve*, em especial as de prata.” (MARINHO, 1997: 476).



**Fig. 6 – Fivela**

Apresentamos o resto da fivela, tal qual como a dita chegou aos nossos dias. Segue nos anexos, na parte respeitante ao catálogo, na ficha com o n.º 190.

Se esta fivela não existisse, muito certamente que os dois fragmentos da dita continuariam classificados como possíveis numismas almóadas, induzindo assim, parcialmente em erro, qualquer investigador que utilizasse essa informação para defender um qualquer ponto de vista.

Já vimos tal situação acontecer, nomeadamente para aventar de uma qualquer presença visigótica num determinado local, com base num numisma duvidoso (que verificamos na altura tratar-se de uma moeda com carimbo espanhol do século XVII, mais precisamente do ano de 1654, 1655, 1658 ou 1659) e que poderia assim talvez servir para traçar algumas conjecturas quanto à guerra de fronteira, durante o período da Restauração e circulação monetária por essa altura.<sup>54</sup>

Mais uma vez, gostaríamos de deixar aqui claro a nossa posição, de que a numismática nunca deve ser entendida em si mesma, mas numa perfeita articulação com os demais aspectos, artefactos e indícios surgidos num qualquer contexto de índole arqueológica.

Senão, seríamos erradamente levados a concluir que não tinha existido ocupação islâmica em Faro, uma vez que não se tinham encontrado numismas que tal indiciassem.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Na obra, *As Moedas Romanas do Museu da Guarda*, da autoria do Padre João Parente, é-nos apresentado um “Tesouro de Numão”, supostamente enterrado em período visigótico (a fazer fé num «hipotético decanumium de Bracara Augusta»), que mais não é do que um numisma de “4 maravedis resellados (selados, ou carimbados)” de Filipe IV, cunhada num destes anos: 1654, 1655, 1658 ou 1659. Assim, um tesouro, que supostamente teria sido enterrado em período visigótico, passaria a ser contextualizado de uma maneira diferente. A fazer fé que o numisma apresentado estaria enterrado com todos os restantes numismas romanos, teria sido um tesouro enterrado não em épocas romana ou visigótica, mas sim, já em pleno século XVII – talvez por um colecionador que tivesse vivido em tal época.

<sup>55</sup> O que ainda falta são mais estudos acerca da presença islâmica aos níveis da história económica e social, devido a uma multiplicidade de factores: “On sait que les progrès dans l’histoire sociale et économique de l’Andalus sont ralentis non seulement par l’obstacle que représente la méconnaissance de l’arabe et par le nombre assez faible dès chercheurs, mais aussi par la relative pauvreté des sources.” (GUICHART, 2001:15).

## 5.2 Até à conquista de Faro (1249)

D. Sancho I aproveitou a passagem pelo porto de Lisboa dos cruzados da terceira cruzada, na primavera de 1189, para atacar o Algarve. Tomou o castelo de Alvor e atacou Silves (que era na época uma das mais populosas e cultas cidades do ocidente peninsular).(RODRIGUES, 2000:31)

Foi acordado que a cidade seria para os portugueses e o saque para os cruzados. Após uma rápida conquista dos subúrbios, portugueses e cruzados depararam-se com uma encarniçada resistência que durou 43 dias. D. Sancho I passou então a intitular-se rei de Portugal e dos Algarves. Durou pouco tempo esta conquista, já que em 1190 Iacub Almançor cercou a cidade de Silves com um exército e com outro atacou Torres Novas, que apenas conseguiu resistir durante 10 dias.

O título de "Rei do Algarve" foi pela primeira vez utilizado por D. Sancho I de Portugal, aquando da primeira conquista de Silves, em 1189.<sup>56</sup> Silves era apenas uma cidade do império almóada, posto que nesta altura todo o Andaluz se achava unificado sob o seu domínio. Assim, D. Sancho usou alternadamente nos seus diplomas as fórmulas "Rei de Portugal e de Silves"(ARAGÃO, [1966]:149), ou "Rei de Portugal e dos Algarves"(IDEM, 2000:32); excepcionalmente, conjugou os três títulos no de "Rei de Portugal, de Silves e do Algarve".

O único motivo que pode justificar esta nova titulação régia prende-se com a tradição peninsular, de agregar ao título do monarca o das conquistas efectuadas (assim, por exemplo, os Reis de Leão e Castela eram também "Reis de Toledo, de Sevilha, etc."). Com a reconquista muçulmana de Silves, em 1191, o rei cessou de usar este título.

Pretendemos assim, seguidamente, definir uma série de linhas hipotéticas de estudo, de acordo com o estado actual dos conhecimentos, relativamente a um exemplar numismático de D. Sancho I<sup>57</sup>, surgido durante escavações da responsabilidade da Professora Maria

---

<sup>56</sup> Em alguns organismos, mesmo públicos, continua-se a defender a ideia que D. Afonso III, em meados do século XIII, foi o primeiro rei de Portugal, a usar o título de "Rei de Portugal e do Algarve".

<sup>57</sup> Moeda (ficha n.º 207 do inventário presente no volume II) que terá representados os quatro cravos utilizados para pregar Cristo na cruz, cravos esses que seguem a seguinte tradição: Quanto aos cravos e à Cruz de Cristo, ocorre algo ainda mais berrante. Há uma tradição que conta que a Imperatriz Santa Helena desenterrou os cravos utilizados para prender O Cristo à Cruz no século IV. Segundo esta lenda, a

Teresa Júdice Gamito, tidas no sítio da Horta da Misericórdia, em Faro. Um numisma será apenas e sempre um numisma<sup>58</sup>, mas poderá também ser uma peça do puzzle histórico, podendo corroborar ou mitigar teorias conduzindo a uma interpretação acerca não só do local onde foi encontrado, mas de toda uma região. Tudo isto de acordo e conjuntamente com uma multiplicidade de indícios e hipóteses plausíveis, como é claro.

A existência deste exemplar, no local onde foi descoberto, impõe uma série de questões que pretendemos tratar seguidamente podendo trazer assim alguma luz sobre este assunto.<sup>59</sup>

Existe um contexto perfeitamente atribuível cronologicamente que nos permita saber se o numisma surge em níveis cristãos ou muçulmanos? As diversas catástrofes de origem natural, das quais se destacam os terremotos e os tsunamis terão causado remeximentos vários dos substractos antrópicos ao longo dos tempos? Uma qualquer relação cronológica precisa do numisma ter-se-á assim perdido irremediavelmente? Ou o estrato onde foi encontrada manteve-se bem definido?

Para além destas, procuraremos também responder a toda uma série de interrogações, com base em factos conhecidos – do pouco que ainda se sabe do passado histórico de Faro, em termos arqueológicos. A antiguidade do local, para além de constituir um ponto estratégico cobiçável desde há milénios, originou uma série de testemunhos da presença humana neste espaço geográfico. Isto, aliado às catástrofes naturais e aos vários episódios

---

*Imperatriz teria mandado confeccionar um freio para o cavalo de seu filho com um dos cravos (que se encontra hoje em Carpentras). Com outro fez um círculo para o capacete de Constantino, e diz-se que este círculo faz parte hoje da coroa de ferro dos reis lombardos, em Monza. O terceiro cravo teria servido para acalmar uma tempestade no mar Adriático... O caso é que na atualidade, em diversas igrejas da Europa, se veneram supostos cravos da Paixão de Cristo, totalizando dez(!) destes. Surpreendente, se partirmos do suposto que eram quatro os cravos para prender os crucificados - um em cada pulso e um em cada pé. Outros se encontram em Veneza, Trévaux, Florença, Sena, Paris e em Arras.*

<sup>58</sup> O testemunho de uma moeda isolada é sempre precário, como podemos constatar a título de exemplo para épocas mais recuadas no tempo: “É certo que no Monte Molião se encontrou uma moeda de chumbo de Cilpes, o que, considerando as características da circulação deste tipo de moeda, poderia significar o predomínio de Cilpes sobre Lacobriga no século I a.C., se o testemunho de uma moeda isolada não fosse tão precário.” (MANTAS, 1997a:291). Tal, porém, não impede que se possam traçar hipóteses prováveis, a partir da sua presença, que nos coloquem como investigadores que somos, para além da mera referência e descrição do referido numisma.

<sup>59</sup> Sabendo nós, de antemão, que numismas destes períodos são escassos, quanto à sua perda – em contextos que depois se tornarão os arqueológicos, alvo de nossas escavações e estudos: “Comparable sequences of coins from the excavation around the Roman Temple in Évora, and from other sites in Portugal, show that the renewing process of coins during the reign of the first Portuguese Kings in the post-Islamic period suffers from a time-lag [TEICHNER 1991/2; 1995, 360 fig. 1, upper diagram). For this reason, only a small number of coins of Dom Sancho I and Dom Afonso II were lost in the years immediately after the end of the Reconquista. (GONÇALVES, 2003:250).

bélicos que acarretaram consigo destruições e remeximentos vários poderá ter inviabilizado uma atribuição precisa quanto à cronologia do achado numismático.

Voltamos a frisar que dado nosso estado actual dos conhecimentos, face ao numisma em si e ao contexto em que surgiu, pretendemos expor teorias plausíveis, que expliquem o porquê da presença do dito numisma naquele preciso local.

Caso o espécime numismático tenha sido encontrado numa unidade estratigráfica de cronologia claramente islâmica – sem nenhum tipo de intrusão de níveis cristãos ou posteriores – tal facto poderá significar uma das seguintes hipóteses:

- Ser fruto do saque praticado em época islâmica, fruto de depredações em território cristão. Esta hipótese, caso existissem mais alguns exemplares deste monarca, ou de restantes monarcas cristãos peninsulares, teria um índice de probabilidade mais fiável. Uma coisa são vários exemplares numismáticos (p. ex. tesouros)<sup>60</sup>, que possibilitam uma leitura inequívoca quanto a este aspecto, outra coisa é a existência de um único exemplar, sem nenhum outro tipo de materiais preciosos a ele associados – numismáticos ou não.
- Ser testemunho de trocas comerciais em tempos de paz ou de estabelecimento de alianças entre grupos civilizacionais teoricamente opostos em todos os níveis, numa época conturbada, também em território algarvio, como o era a de D. Sancho I. Mas para tal, um só exemplar também oferece leituras inconclusivas.<sup>61</sup> Mas, claro está, se surgiu num nível islâmico bem definido é porque entrou em época islâmica na Medina de Santa Maria (Faro).

---

<sup>60</sup> *Como por exemplo, os achados de numária islâmica, conjuntamente com a presença ou não de outro tipo de bens preciosos, efectuados em terras nórdicas, fruto de depredações de vários povos vikings em territórios muçulmanos. De realçar o facto de que a esses tesouros muitas das vezes se encontram associados uma série de materiais em metais nobres, fruto desse mesmo saque, tais como anéis, tiaras, cálices, etc. Deste modo, cenários de saque e enterramento em esconderijos próprios ou improvisados para tal efeito são mais facilmente identificáveis, proporcionando eventualmente dados mais conclusivos. “No século X, diversas incursões conduzem-nos a Santiago de Compostela e a Lisboa. Investem mesmo até ao Norte de África, como o testemunham peças de prata árabes encontradas na Noruega.” (COHAT, 1991:32-33). E ainda, “Os Vikings utilizam a prata a peso como moeda de troca e vão mesmo ao ponto de fundir adornos para as necessidades do comércio. Não recusam, porém, as moedas estrangeiras e deixam que os dirhams (...) provindas do Califado de Bagdade lhes invadam os mercados.” (IDEM, 1991:85).*

<sup>61</sup> *Os exemplares de numária cristã, que terão sido encontrados em Tavira, em níveis islâmicos anteriores à Reconquista da cidade pelas hostes cristãs, podem oferecer algumas pistas para território algarvio, que também poderão corroborar qualquer um destes cenários hipotéticos. Esta informação foi-nos fornecida pela Dra. Sandra Cavaco – à qual agradecemos – que conjuntamente com a Dra. Jaquelina Covaneiro foi responsável pela escavação tida no Convento da Graça em Tavira.*

Se o numisma foi encontrado em níveis claramente cristãos – incluindo quaisquer intrusões de alguma dessas épocas, como é lógico – poderá também significar o seguinte:

- É prova da reutilização monetária. As moedas nesses tempos valiam pelo seu peso, pelo seu valor metálico.<sup>62</sup> Eram reutilizadas posteriormente à sua cunhagem em vários reinados. Há notícia inclusive de denários romanos e outros espécimens numismáticos que chegavam a circular em tempos medievais.<sup>63</sup> Deste mesmo local (Horta da Misericórdia) há inclusive provas de recunhagem em tempos de D. Afonso V como ceutil de um real preto de D. João I.<sup>64</sup> Ou seja, mesmo os numismas cunhados em metais menos nobres certamente circulavam em épocas posteriores. Geradores assim de confusão, caso os níveis em que surgem os numismas não sejam claros e iniludíveis.

Caso não seja possível aferir com precisão o contexto em que surgiu este numisma, todos os cenários evocados anteriormente se tornam plausíveis. As contaminações das escavações de Afonso do Paço na zona da Sé também poderão ter trazido consigo tal exemplar? De acordo com informação de Teresa Gamito, apercebemo-nos que em algumas quadrículas das sondagens executadas na Horta da Misericórdia, os vestígios desse tipo específico de contaminação eram perceptíveis. Tal é o caso da quadrícula A, onde se podem observar materiais aí depositados num espaço com cerca de 5 metros de profundidade. Ora o numisma de D. Sancho I surgiu na sondagem G, onde não surgem referências a esse género de contaminação. Poderemos então supor que a moeda terá sido encontrada num nível preservado, ou pelo menos identificável.

---

<sup>62</sup> *Se bem que as moedas de meio dinheiro e dinheiros fossem uma liga de metais, normalmente também com uma percentagem significativa de cobre, não eram prata pura. Mas eram valiosas o suficiente (mesmo sendo moedas de trocos, por assim dizer) para serem alvo de cerceio e utilizadas assim pelo seu peso e cambiados todos os seus fragmentos.*

<sup>63</sup> *“(...) há abundantes provas documentais e arqueológicas de que (...) também as provenientes de outros estados, nomeadamente de Bizâncio e do mundo muçulmano, continuaram a ser usadas (...) Assim, quando, possivelmente no segundo quartel do século XII, surgiram as primeiras moedas portuguesas, as populações que então ocupavam o território do novo reino usavam, não apenas os dinheiros de bolhão cunhados pelos soberanos de Castela, mas também dinares, quirates e alguns dirhames lavrados pelos almorávidas e pelos reis de taifas que lhes sucederam e ainda, quase seguramente, as moedas homólogas remanescentes das abundantes emissões da época califal.” (MARQUES, 1996:15).*

*E que dinheiros de um determinado reinado, circulavam até em outros reinados subsequentes: “It has been shown that Dinheiros of Dom Sancho II circulated until the early 14<sup>th</sup> century.” (GONÇALVES, 2003:250).*

<sup>64</sup> *Moeda (ficha n.º13 do inventário presente no volume II). Exemplar inédito, que seja do nosso conhecimento, não só neste, mas nos restantes contextos conhecidos e publicados. Talvez com o evoluir dos estudos e publicações destes géneros monetários, o seu carácter invulgar possa assim ser comprovado ou posto em causa, abrindo assim caminho a diferentes interpretações.*

Hipóteses de sã convivência ou pelo menos proximidade – mesmo que fora de portas – parecem estar a ser encontradas em tempos e intervenções arqueológicas recentes. Para tal, veja-se o resultado da intervenção tida na Hospedaria Beira Rio, em Mértola:

“Merece um destaque especial a pedra de soleira da porta que separa o átrio do salão da casa n.º 1. Nesta pedra, gasta pelo uso, estão gravadas quatro cruces. A representação dos símbolos cristãos é inequívoca e só podem significar o desejo de marcar religiosamente o espaço da família. Ora, pela tipologia dos artefactos, pela dinâmica estratigráfica e pelos paralelos funcionais da habitação, é indubitável que estamos perante uma casa de época muçulmana – certamente do período almóada, ou seja, meados do século XII. Este facto vem confirmar a existência de um bairro cristão – moçárabe – ou de algumas famílias cristãs instaladas à beira do rio e fora da muralha da cidade. (...) Este bairro com inegáveis marcas de um certo poder económico, teria sido habitado por uma população de comerciantes possivelmente relacionados com o intercâmbio fluvial.” (LOPES, 2008)

Parece que o mesmo facto se verificou em campos opostos em Faro, como podemos observar na descrição dos resultados de uma intervenção da empresa Dryas Arqueologia nos edifícios da Santa Casa da Misericórdia:

“Fontes históricas conhecidas referem a expulsão da comunidade islâmica do recinto amuralhado quando da recuperação do poder político da região pelos cristãos. As estruturas adossadas ao muro pré-existente que identificámos resultariam então de uma requalificação urbana do espaço ribeirinho e sua reconversão em área doméstica, provavelmente ocupada por parte daquela população. Com efeito, as características das estruturas e a componente artefactual associada permitem-nos avançar a hipótese de se tratar de um outro ponto de fixação da comunidade islâmica (para além das Hortas), após a sua saída do núcleo amuralhado (RODRIGUES 2006)” (CORGA, 2008).

Manutenção de um espírito de protecção à actividade comercial em ambos os lados da contenda?<sup>65</sup> Mera tentativa de controlo da população conquistada, mantendo-a por perto do

---

<sup>65</sup> Não nos esqueçamos, a título de exemplo para períodos anteriores, que mesmo em época visigótica, a actividade comercial (mesmo entre facções antagónicas) teve a sua protecção: “mesmo durante o intolerante

espaço amuralhado? Ou ainda ambas? Outros testemunhos parecem revelar a tentativa de manter abertas as vias e mantidas as relações comerciais.

Mesmo em épocas de confrontação militar, o comércio entre o Norte cristão e o Sul islâmico poderá não ter sido afectado (pelo menos na sua totalidade), como o parece confirmar a seguinte notícia tida em finais do domínio muçulmano nos Algarves: «Na incursão de Paio Peres Correia conta-se que, após a tomada de Aljustrel, foi pedida ajuda para passar a serra a um mercador que “andava vendendo suas mercadarjas amtre os Mouros e os Christãos”.»<sup>66</sup> (MACIAS, 2005: 93/94).

António Borges Coelho também corrobora essa opinião, pelo que observou ao estudar o Foral de Lisboa de 1179, com relação aos produtos que aí eram transaccionados e não só: “Pelos vistos, as hostilidades não extinguiram o comércio com o mundo muçulmano.” (COELHO, [2004]: 381). Mais adiante, Borges Coelho volta a acentuar tal constatação, comentando acerca dos forais de D. Sancho I, quando afirma: “O poder régio está interessado em defender a segurança dos caminhos e do comércio e protege os mercadores cristãos, judeus ou mouros.” (IDEM, [2004]: 384), ideia reforçada ainda uma vez mais quando se lê: “Por outro lado, as medidas dos forais destinadas a proteger os «viatores» cristãos, mouros e judeus mostram um poder régio interessado na segurança dos caminhos e no reforço do comércio.” (IBIDEM, [2004]: 389).

Se há este reforço da actividade comercial pelo lado cristão, é de supor, que nesses momentos, também do lado muçulmano a actividade comercial fosse alvo de protecção e/ou fomento, uma vez que não se protegem mercadores de um lado se o outro lado estiver em guerra aberta, total e permanente connosco.<sup>67</sup>

---

*domínio godo, houve uma atitude protectora relativamente aos comerciantes oriundos das margens mediterrânicas (1994:79), o que ajudou a assegurar a continuidade mercantil com a orla Atlântica.” (FERNANDES, 2005:50).*

<sup>66</sup> *Ao longo da história, em todos os tempos, as épocas de guerra, especialmente para quem detivesse o monopólio de mercadorias necessárias às múltiplas forças em contenda, eram forma de enriquecimento rápido e um risco a ser corrido pelos que desejassem avidamente enriquecer. Terá sido aqui o caso? Fruto de trocas comerciais efectuadas por uma minoria, ou o resultado de um comércio generalizado, mesmo em épocas de guerra aberta?*

<sup>67</sup> *Também no reinado de D. Afonso Henriques e subsequente de D. Sancho I, a condição de Évora durante as operações almôadas de 1184, 1190 e 1191, permanecendo isolada atesta da importância da actividade comercial entre mouros e cristãos. “Com efeito, Évora passou a desempenhar um papel económico de primeira importância. As actividades comerciais que então ali se desenvolveram não beneficiavam só os cristãos, mas também os muçulmanos que se consagravam às transacções de fronteira.” (MATTOSO, 1993:79).*

Talvez à protecção que era dada a mercadores mouros não fosse alheia a tentativa de progressão para terras também ao Sul – estratégia diplomática que seu pai Afonso Henriques preconizara com Ibn Qasi e que não fora a morte deste último talvez tivesse produzido efeitos diversos na História do Sul Peninsular, mas a História não é feita de ses.

O tecido peninsular é muito *sui generis* e apresenta um *melting pot* de culturas e influencias várias. A influência moçárabe, nos destinos políticos ibéricos, está continuamente a ser posta a descoberto nos nossos dias, quer por arqueólogos, como por historiadores. O papel que tais moçárabes desempenharam na História da Península Ibérica, também está por apurar nos seus múltiplos aspectos.<sup>68</sup> E podemos-nos interrogar acerca de qual teria sido o desfecho político peninsular se não tivesse sido sujeito ao duplo fanatismo religioso vindo da Europa, por acção da Santa Sé e das Cruzadas, assim como do Magreb, por intermédio dos almorávidas, seguidos dos almóadas – que tanto exacerbou e revoltou também muçulmanos e moçárabes que já cá estavam havia gerações no território peninsular. Verificamos aliás, que após o fim do poder aglutinador almóada, a Reconquista seguiu passos mais lestos no território português. A arte da diplomacia observa-se, muitas das vezes, se não por palavras, pelos gestos e atitudes que são colocados em prática e que uma observação atenta dos textos e dos artefactos algumas das vezes permite deslindar plenamente, ou pelo menos procurámo-lo fazer.

Por último, quanto ao aspecto simbólico da cruz e dos quatro pregos observados no reverso deste exemplar de D. Sancho I. Uma analogia possível de fazer, no campo das mentalidades de então poderia ser a seguinte. S. Marcos, no século IX, foi o Santo em redor do qual Veneza se congregou, como símbolo do poder e da força desta cidade estado itálica. No equilíbrio delicado da balança de poderes na Península Itálica, Veneza, enquanto jovem potência, necessitava quer de legitimidade teísta como militar. No caso português de finais do século XII (e no seguimento das hábeis estratégias políticas de D. Afonso Henriques, o *Miles Sancti Petri*), onde uma jovem nação se pretendia demarcar dos seus

---

<sup>68</sup> *As peças que a Arqueologia, História e demais ciências sociais vão permitindo juntar, possibilitam-nos ir obtendo a pouco e pouco mais alguns conhecimentos, em muitos dos casos apenas deduzidos a partir dos dados disponíveis até ao momento: “À Coimbra, par exemple, la présence mozarabe semble avoir été toujours largement majoritaire (...) Lisbonne et ses alentours, densément peuplés, avaient aussi une importante (et, probablement, majoritaire) communauté mozarabe (...) La capitale de cette region, connue encore au dixième siècle sous son ancien nom romain d’Ossonoba, devient, au siècle suivant, Santa Maria de Faro. Cette nouvelle dénomination serait impensable si la communauté chrétienne n’était pas dominante.” (TORRES, 2004:108). Mesmo que alguma desta informação possa ser refutada, em alguns aspectos (MOLÉNAT, 2004:207-212).*

vizinhos cristãos da Península Ibérica, com vista à sua independência política, a legitimidade teísta oferecida pela figura de Jesus Cristo suplantava a de qualquer Santo em termos de hierarquia eclesiástica. Espanha (a futura), unia-se em torno de S. Tiago<sup>69</sup> e das suas pretensas relíquias. A cruz do Cristo seria assim um importante símbolo no auxílio hegemónico e independentista português, pois tal como na célebre lenda de Constantino, o “In Hoc Signo Vinces” (com este símbolo vencerás), torna-se com o passar dos tempos mais uma certeza – todo o processo de “fabricação” do pretense milagre de Ourique – supostamente ocorrido em dia de S. Tiago, como era conveniente – surgido numa época tardia aos acontecimentos nele narrados, também o parece indiciar<sup>70</sup>.

Nos sinais de validação dos documentos condais e régios portugueses, no período que medeia de 1096 a 1189, o elemento cruciforme é sempre uma constante (MATTOSO, 1993:12-13)<sup>71</sup>.

Urgia também satisfazer o Papado para a obtenção de legitimidade enquanto reino independente. De referir que na orla de subsequentes numismas portugueses, e ao longo de diversos reinados (p.ex. caso dos cruzados em prata) a cruz e a legenda observada por Constantino plasman-se à realidade numismática portuguesa e evidenciam o espírito de cruzada que animou assim processos como a reconquista e a expansão portuguesa, mesmo que esta última apenas numa primeira fase.

Os primeiros anos do reinado de D. Afonso II foram marcados por violentos conflitos internos entre Afonso II e as suas irmãs Mafalda, Teresa e Sancha (a quem seu pai legara em testamento, sob o título de rainhas, a posse de alguns castelos no centro do país - Montemor-o-Velho, Seia e Alenquer -, com as respectivas vilas, termos, alcaidarias e rendimentos), numa tentativa de centralizar o poder régio, o que foi resolvido apenas com o

---

<sup>69</sup> Santo invocado também nos primórdios pelas hostes portuguesas, mas que com o passar dos séculos e no eterno baile das relações internacionais – com contínua mudança de par/aliança política – chega a ser substituído pelo S. Jorge de Inglaterra e subsequente grito de batalha e evocação.

<sup>70</sup> Também anteriormente, no reinado de D. Afonso Henriques, quando este obtém a vitória na batalha de São Mamede, esta pretensamente ocorre no dia de S. João Baptista, data repleta de simbolismo. “A mutação cósmica do solstício marcava uma decisiva mudança política. O santo que nesse dia se venerava anunciara a vinda de Cristo. Parecia agora proclamar o aparecimento de um novo reino, destinado a tomar na Cristandade um lugar de relevo.” (MATTOSO, 1993:57)

<sup>71</sup> Dando lugar assim à “(...) ideia de um poder legitimado pela graça de Deus. Este aspecto remete, do mesmo modo, para um princípio que recua aos primeiros reis de Portugal, alicerçando-se na tradição romana e cristã.” (FREITAS, 2012:16).

confisco dos bens e exílio para Castela ou recolhimento a mosteiros das infantas (MATTOSO, 1993:114-115).

O reinado de Afonso II caracterizou um novo estilo de governação, contrário à tendência belicista dos seus antecessores. Afonso II não contestou as suas fronteiras com Galiza e Leão, nem procurou a expansão para Sul (não obstante no seu reinado ter sido tomada aos Mouros a cidade de Alcácer do Sal, em 1217, mas por iniciativa de um grupo de nobres liderados pelo bispo de Lisboa), preferindo sim consolidar a estrutura económica e social do país. Usou apenas do título: *rex Portugaliae*. (ARAGÃO, [1966]:154). O primeiro conjunto de leis portuguesas é de sua autoria e visam principalmente temas como a propriedade privada, direito civil e cunhagem de moeda.<sup>72</sup> Foram ainda enviadas embaixadas a diversos países europeus, com o objectivo de estabelecer tratados comerciais.

Apesar de, como já dissemos, não ter tido preocupações militares, enviou tropas portuguesas que, ao lado de castelhanas, aragonesas e francesas, combateram bravamente na célebre batalha de Navas de Tolosa na defesa da Península Ibérica contra os muçulmanos (IDEM, 1993:117).

Curiosamente, ou não, não encontramos claramente espécimes numismáticos de D. Afonso II entre os 319 já identificados no presente estudo, nem nos restantes que perfazem o total de 604. Quebra pura e simples de contactos comerciais durante este reinado com estas terras mais a Sul? A ausência de numismas parece indiciá-lo, mas também não identificamos qualquer espécime numismático islâmico entre os 604 analisados e a presença islâmica é facilmente comprovada por uma série de outros artefactos e estruturas, perfeitamente identificáveis no local. O facto é que não existem inequivocamente numismas de D. Afonso II neste espólio – apenas os exemplares duvidosos com os n.<sup>os</sup> de inventário 283 e 290, que tanto podem ser deste monarca, como de D. Sancho II.

No reinado de D. Sancho II conquistaram-se as derradeiras praças alentejanas e ainda a maior parte do Algarve moderno, na margem direita do rio Guadiana; à data da sua deposição e posterior abdicação, restavam do Algarve muçulmano apenas pequenos enclaves em Aljezur, Faro, Loulé e Albufeira, os quais, devido à descontinuidade territorial

---

<sup>72</sup> Convém mencionar que “A raridade das espécies e de outra documentação escrita, tornam os estudos ponderais e da composição das ligas metálicas dos dinheiros e mealhas dos primeiros reis, extremamente difíceis, nomeadamente de Afonso Henriques a Afonso II.” (TEIXEIRA, 2002:28).

e à distância que os separava de Niebla, se tornaram independentes do seu domínio.<sup>73</sup> De referir que as conquistas leonesas de Mérida (1228) e Badajoz (1229 ou 1230) também encorajaram as hostes cristãs do reino de Portugal.

Assim sendo, *de facto*, Sancho II de Portugal afigurava-se como o segundo rei português a poder usar o título de rei do Algarve, na esteira de seu avô — o que provavelmente só não fez devido às suas outras preocupações internas, designadamente a guerra civil que o opôs ao seu irmão, o conde de Bolonha e infante Afonso.

Foram claramente identificados 28 numismas deste monarca, o segundo mais representado deste espólio (conforme podemos observar no Quadro 1 em anexo), englobando cerca de 8,8% do total de exemplares numismáticos.<sup>74</sup> Atendendo ao facto de do reinado de D. Afonso II, aparentemente não possuímos qualquer espécimen neste conjunto a estudo parece-nos ser revelador do interesse cristão por estes territórios mais ao Sul.

Retoma de relações comerciais, ou o sinal da retoma da Reconquista e da proximidade cada vez mais evidente e avassaladora do novo senhor cristão que aí se avizinha?

Mais algumas hipóteses que parecem corroborar as acima levantadas e a considerar podem advir da seguinte situação observada em Tavira: “O número invulgar de dinheiros de D. Sancho II recolhidos neste estrato, para além de apoiar a ideia de abandono violento (...) indicia ou uma ocupação da acrópole de Tavira, por conquistadores cristãos, logo após a sua tomada, ou uma forte injeção de numerário cunhado por este rei em terreno islâmico (...)” (MAIA, 1999:12). No que diz respeito a D. Sancho II, terão sido encontrados também em Tavira (informação disponibilizada pela nossa colega Dra. Sandra Cavaco) dois numismas de D. Sancho II em níveis claramente islâmicos. Em Mértola, em conversas com o Dr. Cláudio Torres, também ficamos conhecedores de que surgiram numismas de D. Sancho II em níveis islâmicos, sinais das hostes cristãs que se aproximavam e cobiçavam cada vez mais estes territórios a Sul – conforme esclarecimento prestado pelo nosso

---

<sup>73</sup> *Dando azo a uma tática concertada de conquista para Sul. “A sequência das operações mostra que a tática dos Espatários consistiu em ocupar a linha do Guadiana antes de assediar as cidades algarvias, para assim as separar das suas fontes de abastecimentos a partir da Andaluzia.” (MATTOSO, 1993:124).*

<sup>74</sup> *“only with the issues of Dom Sancho II that a strong increase in the recovery of lost coins may be identified” (GONÇALVES, 2003:250). Facto a que também não sera alheia a quantidade de moedas emitidas durante este reinado, época de moeda abundante (GUIMARÃES, 1995:198).*

interlocutor. A numismática parece assim corroborar a historiografia mais recente face também ao volume de dados que o registo arqueológico vai trazendo à luz do dia.<sup>75</sup>

### 5.3 Os séculos XIII e XIV

D. Afonso III, subido ao trono em 1248, encarregou-se da conquista dos derradeiros enclaves mouriscos no Algarve, assumindo em 1249 o título de "Rei de Portugal e do Algarve"<sup>76</sup>, que não mais deixaria de ser utilizado pelos seus sucessores até ao fim da monarquia em Portugal. Hábil estratega e homem político, em 1249 efectuou essa expedição ao Algarve, operação de prestígio face a enclaves debilitados pelas campanhas cristãs de anos anteriores. Legitimação pelo poder das armas de um monarca que buscava assim também agradar o Papado, uma vez que conquistava território muçulmano para a Cristandade – conforme pedido ao Papa em 1245 (MATTOSO, 1993:133).

Surgem 13 exemplares perfeitamente identificáveis deste monarca no presente estudo, constituindo assim cerca de 4,1% do total de numismas (Anexos – Quadro 1). Há uma quebra superior a 50% relativamente ao número de exemplares monetários observados face ao reinado anterior. Tal também poderá ser explicado pela desvalorização monetária ocorrida durante este reinado<sup>77</sup> e que levou igualmente a que o rei desistisse, por exemplo, da cunhagem que estava já em curso por volta do ano de 1261<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> *Mais alguns são os motivos que podem explicar o aumento de massa monetária circulante: "O desenvolvimento do comércio, o alargamento da rede de feiras, o crescimento das cidades, o pagamento em moeda de obrigações outrora pagas em géneros, não são alheias ao fenómeno."* (TEIXEIRA, 2002:30).

<sup>76</sup> *Titulatura observada em documentação real: "REX PORTVGALIAE E ALGARBII"* (ARAGÃO, [1966]:163). *Nas cunhagens deste monarca, porém, é rara a titulatura referente à conquista do Algarve. Pimenta Ferro, classifica, por exemplo, na colecção da Biblioteca Nacional, uma espécie com o título de rei do Algarve: ALFONSVS REX ALGARBII. Este último, foi aliás um facto, que determinou – face às condições em que se encontravam alguns dos dinheiros – a permanência de dúvidas quanto à atribuição deste ou aquele reinado a alguns dos exemplares de dinheiros em estudo.*

<sup>77</sup> *"Pela história monetária deste monarca se colige que a moeda de bilhão lavrada no princípio de seu reinado, devia ser de melhor lei do que aquela que mandou depois cunhar."* (IDEM, [1966]:164).

<sup>78</sup> *"Em 1261 terminou o prazo prometido, e o rei, aumentando o valor nominal da moeda antiga, fez cunhar outra de inferior qualidade. O povo, prelados e grandes do reino contestaram-lhe esse direito; convocando-se Cortes em Abril na cidade de Coimbra, depois de agitada discussão, se estabeleceu o seguinte acordo: que as moedas antigas seriam restituídas ao valor primitivo e que nunca mais nelas se fizesse alteração; as novas, que D. Afonso III começara a fabricar, de inferior liga, valessem, em relação às antigas, na proporção de 4:3, ou 16 das modernas iguais a 12 das antigas"* (IBIDEM, [1966]:162). *Tal não parece ser a opinião de outro colega (TEIXEIRA, 2002:30-31) – embora tal se possa dever a algum erro interpretativo, uma vez que parece que nas Cortes de Coimbra de 1261, as três ordens pretendiam valorizar a moeda antiga face à nova e aos custos que uma tal cunhagem poderia trazer para todos eles. Custos a que aparentemente e habilmente se alhearam nobres e clero: "Os ricos ficavam assim quase isentos de contribuir para a remissão da moeda,*

O rei de Niebla e emir do Algarve, para obstar às conquistas perpetradas pelos Portugueses nos seus territórios, fez-se vassalo de D. Afonso X de Castela (o qual passou por isso também a usar o título de Rei do Algarve entre as suas múltiplas conquistas), cedendo-lhe o domínio do Algarve português. Assim, muito provavelmente, a intitulação de D. Afonso III de Portugal serviria como reacção a esta tomada de posição pelo vizinho castelhano, destinando-se a fortalecer os direitos do monarca português sobre a região em causa (pois que, como já foi dito, à intitulação e ao estatuto de reino não correspondia nem foros nem privilégios nem autonomia própria) – antes que o monarca de Castela reivindicasse como suas aquelas terras, D. Afonso III toma uma vez mais a iniciativa de hábil estadista. A concessão de carta de privilégios aos mouros residentes são prova também da importância de povoações de maior relevo, casos de Faro, Silves e Tavira por aquela altura (COUTINHO, 2008:25).

A temática da disputa pelo direito de posse do Algarve português também parece encontrar ecos na numária em apreço, uma vez que também nos surgem 6 exemplares perfeitamente identificáveis de Afonso X, perfazendo um total de 1,9% dos exemplares.

Note-se que são os primeiros exemplares destas épocas em estudo que não foram claramente cunhados por um monarca português. Também poderão os factores mercantis estar por detrás desta presença de numária de D. Afonso X em Faro. O que é um facto é que os numismas lá estão. Uma das questões futuras que seria de interesse responder seria a do mapeamento de numismas de D. Afonso X encontrados no território português e verificar se os mesmos apenas estão confinados a espaços de fronteira terrestre entre ambos os reinos, ou se por outro lado, nas cidades portuárias (da costa algarvia ou outras) tais numismas estão presentes.<sup>79</sup> A sua presença poderia comprovar essa existência de contactos entre os reinos, fossem eles de que géneros fossem.

O diferendo sobre o Algarve acabou por ser dirimido entre os soberanos de Castela e de Portugal, pelo tratado de Badajoz de 1267; o rei Afonso X desistia das suas pretensões

---

*e além de tão monstruosa injustiça, ainda conseguiram privilégios de exclusão absoluta o arcebispo, bispos, etc.*” (IBIDEM, [1966]:162-163).

<sup>79</sup> “As cidades costeiras do Algarve, beneficiando ainda da defesa costeira instalada durante a época islâmica, terão mantido uma autonomia total (Garcia, 1986, p. 72), em permanente ligação marítima com o exterior. Caracterizou-se este período pela vitalidade e importância dos centros urbanos com funções portuárias, enquanto o comércio externo por terra ficou sempre muito aquém do comércio marítimo, chegando a utilizar-se a via marítima até mesmo na maior parte do comércio com Espanha (Verlinden, 1989, pp. 113-114)” (BLOT, 2005:214).

sobre o antigo Gharb al-Ândalus, fazendo do seu neto D. Dinis o herdeiro do trono do Algarve, o que ditava a sua incorporação a prazo na coroa portuguesa. Reservava, porém, a utilização do título por si e pelos seus descendentes, dado ter adquirido em 1262 os restos do reino de Niebla/ Algarve, situados já além do Odiana – os demais reis de Castela, e depois da Espanha, até à subida ao trono da rainha Isabel II (1833), continuaram a usá-lo entre os seus diversos títulos.

Também para fazer face à crise agrícola que em época anterior se abateu sobre Portugal (1252 ou 1253) assistimos assim a uma remodelação da administração régia, que se fez notar conjuntamente no plano económico.<sup>80</sup> A política de centralização real dá os seus frutos em todos os aspectos. Ainda com relação ao que é conhecido, pelo menos na região algarvia, o monarca reserva para si os rendimentos da pesca do sal, pisões, lagares, fornos e dos banhos públicos. Ao monarca deveria prestar-se vassalagem e não a nenhum outro tipo de senhor, tal atitude é bem clara em todas as suas acções concertadas e centradas em objectivos bem delineados, que constituiriam em última análise o já exposto anteriormente reforço do poder Real – igualmente através da estabilização dos rendimentos da coroa.<sup>81</sup>

Ao longo de 46 anos a governar o Reino de Portugal e o Reino do Algarve, D. Dinis I foi um dos principais responsáveis pela criação da identidade nacional e o alvor da consciência do reino de Portugal enquanto tal<sup>82</sup>.

A sua política centralizadora<sup>83</sup> foi articulada com importantes acções de fomento económico - como a criação de inúmeros concelhos e feiras. D. Dinis ordenou a exploração de minas de cobre, prata, estanho e ferro e organizou a exportação da produção excedente para outros países europeus (COELHO, 2004:440). Em 1308 assinou o primeiro acordo

---

<sup>80</sup> “As medidas tomadas por Afonso III para superar a crise agrícola que provavelmente se abateu sobre o País em 1252 ou 1253, e que levou ao já mencionado tabelamento de preços, à proibição de exportar cereais e metais preciosos, assim como às tentativas de desvalorização da moeda, consistiram, além disso, numa severa política de organização administrativa (...)” (MATTOSO, 1993:139)

<sup>81</sup> De notar, que com D. Afonso III, se introduzem novas unidades de conta no país, estas de origem europeia – a libra e o soldo (TEIXEIRA, 2002:31).

<sup>82</sup> “Foi o rei Dinis (1279-1325), filho de Afonso III, o primeiro a afirmar nas moedas a soberania portuguesa sobre o Algarve: DIONISII REGIS PORTVGALIÆ ET ALGARBI lê-se na moeda tornês, que mandou cunhar, e na moeda dinheiro: D REX PORTVGL ALGARBI. Mais de cinco séculos de ocupação islâmica no Sul de Portugal tinham, assim, acabado por delimitar e fixar o nome Algarve à faixa de terra, de uns 40km de largura, que do Guadiana, abaixo do Vascão, vai até ao mar que se estende a Sul do rio Seixe (Odeceixe)” (MARINHO, 1997:477).

<sup>83</sup> “(...) as instituições e a economia do Sul davam um contributo muito mais decisivo para a centralização régia do que as do Norte, onde imperavam as concepções feudais. “ (IDEM, 1993:215).

comercial português com a Inglaterra (RODRIGUES, 2000:44). Em 1317 nomeou o genovês Manuel Pessanha como comandante da frota real, “ a quem foram dadas as condições para organizar uma armada militarmente eficaz, o que revela a dinâmica que tinha adquirido o comércio marítimo na vida do país.” (IDEM, 2000:45).

A moeda que manda cunhar mantém-se estável, conseguindo este monarca custear assim várias despesas, nomeadamente as guerras com seu irmão D. Afonso, com Castela e com seu filho. Inclusive efectuou vários empréstimos a seu genro Fernando IV e a seu cunhado Jaime II – a fazer fé nos informes da *Crónica de 1419* (PINA, 1945:8-9).

Conforme o afirma José Mattoso na sua História de Portugal, entre 1210 e 1325 (fim do reinado deste monarca), criam-se as condições de implantação no país de uma economia monetária (MATTOSO, 1993:252-253).

A similaridade de cunhagens, não só de legendas, como iconográfica torna-se muitas das vezes um óbice quanto à determinação de cronologias. Veja-se o caso dos dinheiros de D. Dinis I e de D. Pedro I (e que já foi atrás abordado no ponto relativo às questões metodológicas). Por este facto é que não ousaríamos afirmar que a partir de D. Sancho II há uma quebra no número de numismas representados até D. Afonso IV e depois um crescendo entre este monarca e D. Afonso V, com uma pequena quebra no reino de D. Duarte I, mas também este monarca apenas reinou aproximadamente cinco anos, logo não teve tempo para mandar cunhar numismas em quantidades semelhantes aos demais monarcas, que reinaram mais anos do que ele. Os vinte e nove numismas acima distinguidos e que não são atribuíveis de uma forma inequívoca constituem um óbice à constatação do que parece ser um facto no Quadro 1 dos anexos.

Porém, os dados presentes no Quadro 4 e vislumbráveis no Gráfico 4<sup>84</sup>, comprovam inequivocamente que, e apesar das dúvidas acima enunciadas há um claro crescendo entre os séculos XII e XIII, uma diminuição entre os séculos XIII e XV e um “boom” no século

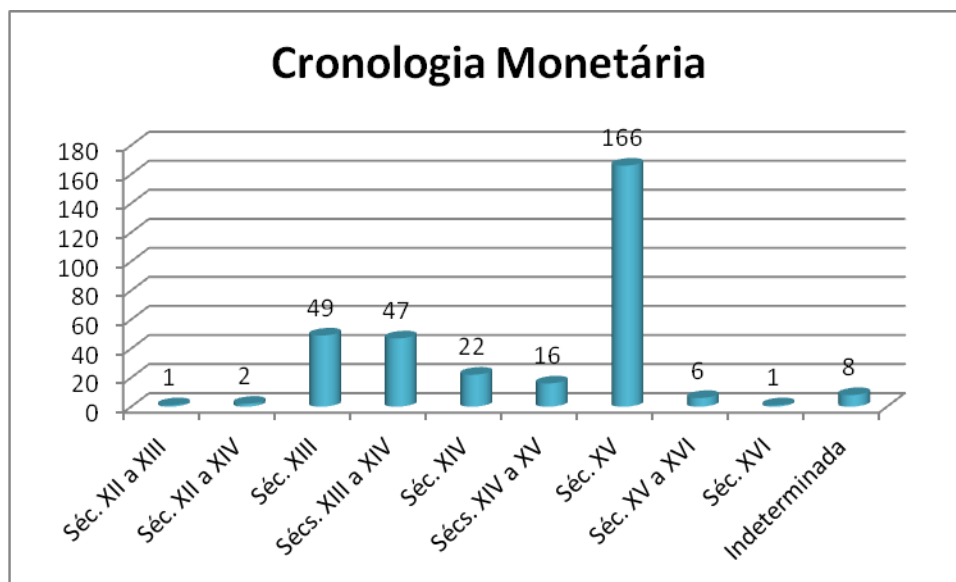
---

<sup>84</sup> *Optamos por manter os referidos Quadro 4 e Gráfico 4 também nos anexos do volume II, para facilitar a leitura dos mesmos quando comparados e/ou analisados conjuntamente com as fichas do inventário presentes no dito volume. Temos a perfeita consciência que os dados (conforme a apresentação, quer no Quadro 4, como no Gráfico 4) podem ser confusos, mas prendem-se apenas e somente com a duração do reinado de determinados monarcas, aos quais não nos foi possível a atribuição de uma qualquer data precisa quanto à cunhagem de certos tipos monetários. Visto que alguns reinados abarcaram dois séculos distintos (p.ex. casos de D. Sancho I, D. Dinis I e D. João I), e no caso de alguns dinheiros não ser possível determinar qual o monarca responsável pela cunhagem, abarcando vários séculos (p.ex. XII a XIV), esta pareceu-nos ser a forma menos confusa para a sua representação. Efectuamos, por isto mesmo, o presente esclarecimento, de maneira a não confundir o leitor.*

XV, muito por “culpa” dos numismatas de D. Afonso V, nomeadamente os ceitis do dito monarca.

<b>Cronologia Monetária</b>		
Séc. XII a XIII	1	0,3%
Séc. XII a XIV	2	0,6%
Séc. XIII	49	15,4%
Sécs. XIII a XIV	47	14,8%
Séc. XIV	22	6,9%
Sécs. XIV a XV	16	5,0%
Séc. XV	166	52,2%
Séc. XV a XVI	6	1,9%
Séc. XVI	1	0,3%
Indeterminada	8	2,5%

**Quadro 4**



**Gráfico 4**

Também nos parece relevante mencionar que os dinheiros de D. Dinis são bastante mais frequentes que os de D. Pedro<sup>85</sup>. Este facto poderá ter algum peso probabilístico, mas, como é evidente, não é decisivo.

A metrologia dos dinheiros manteve-se muito constante desde D. Afonso III (altura em que foi feita a desvalorização do soldo de 12 para 9 dinheiros) até D. Afonso IV. Só com D. Fernando é que as moedas de dinheiro voltaram a sofrer mais alterações (mesmo assim não muito significativas) no peso e no estilo gráfico.<sup>86</sup>

Como rei, D. Afonso IV é lembrado como um comandante militar<sup>87</sup> corajoso, daí o cognome de *Bravo*.<sup>88</sup> A sua maior contribuição a nível económico e administrativo foi a importância dada ao desenvolvimento da marinha portuguesa. D. Afonso IV subsidiou a construção de uma marinha mercante<sup>89</sup> e financiou as primeiras viagens de exploração Atlântica. As Ilhas Canárias foram descobertas no seu reinado. Fica este monarca como o primeiro que deu assim início à exploração portuguesa para além do continente europeu.

---

<sup>85</sup> Isto, segundo informações prestadas por colegas numismatas, nomeadamente o Sr. Manuel Faria, estudioso numismata do Porto.

<sup>86</sup> Demos conta disto atrás, já quando abordamos a extrema dificuldade em identificar inequivocamente Dinheiros de D. Pedro I dos de D. Dinis I, em face às suas semelhanças gráficas e metrológicas. Tal ocorre entre os reinados em apreço, uma vez que essas características similares se mantêm. A questão dos Dinheiros de D. Fernando I serem mais facilmente identificáveis face aos monarcas precedentes, deve-se ao facto de se ter verificado tal diferenciação, mormente no seu estilo gráfico. Tal pode ser exemplificado quando observamos um Dinheiro de D. Dinis I (n.º 151 do inventário) face a um Dinheiro de D. Fernando I (n.º 188 do inventário). É perceptível o aprimorar na arte de “bater” o exemplar monetário, mesmo aos olhos de um leigo.

<sup>87</sup> Para além da terrífica Peste Negra (1348-49), o reinado deste monarca fica também marcado por constantes conflitos bélicos. Guerra com seu pai, D. Dinis, que dura quatro longos anos. Com Afonso Sanches pela sucessão no trono português, três anos. Pleito com Castela por questões familiares e sucessórias, quatro anos. Nos últimos anos da sua vida, guerra civil com seu filho, o futuro D. Pedro I.

<sup>88</sup> De acordo com informação prestada pelo Prof. Luís Filipe Oliveira: como foi sugerido por Bernardo Vasconcelos e Sousa na biografia do monarca, o cognome pode ter origem, não na sua coragem, mas no seu temperamento (SOUSA, 2009).

<sup>89</sup> O comércio em alguns pontos do território português revelava-se cada vez mais proveitoso em termos económicos, levando a um arrastar de conflitos pela posse de territórios específicos, nos quais os impostos devidos pela actividade comercial constituíam assim alvo de cobiça. Nomeadamente o sucedido no Porto: “A questão reacendeu-se no tempo de D. Afonso IV que, logo no primeiro ano do seu reinado (1325), suscitou o protesto do Bispo e Cabido, ao mandar construir umas casas dentro da área que estes reafirmavam pertencer ao Couto. Pouco depois, em 1329, os representantes do Bispado apresentaram nova queixa contra o Corregedor por, em nome de El-Rei, ter comprado umas casas, hortas e almoinhas, destinadas à construção da Alfândega. O monarca não atendeu às reclamações e mandou, efectivamente, construir o seu armazém. Os problemas não desapareceram, pois, passados vinte e cinco anos, D. Afonso IV sentiu-se obrigado a elaborar um extenso memorando de resposta, no qual argumentava que esses terrenos ficavam fora do domínio da Mitra e que as casas eram necessárias para a defesa dos direitos da Coroa, como até do próprio Bispo (que beneficiava da redizima de todos os bens importados).” (DIAS, 1989:5-6).

Silves foi capital do governo das armas do Algarve desde D. Sancho I até D. Afonso IV, que a mudou para Lagos. Em Faro a Torre de Atalaia de Santo António do Alto foi mandada edificar em 1352 por D. Afonso IV. Localizada no ponto mais alto da cidade, permitia visionar toda a área circundante, fazendo parte da rede de atalaias que vigiavam e protegiam a costa. Não existem numismas claramente atribuíveis a este monarca. De referir, também, que neste reinado se observa que a Honra é reconhecível pelo dinheiro que se possui, conforme o afirmou António Borges Coelho<sup>90</sup>.

D. Pedro reinou durante dez anos, conseguindo ser extremamente popular, ao ponto de dizerem as gentes, segundo Fernão Lopes, "que taes dez annos nunca ouve em Portugal como estes que reinara elRei Dom Pedro". Durante o seu governo, foi este o único deste século XIV em que o reino de Portugal não conheceu guerras (LOPES, 1986:202). Deste monarca identificamos claramente quatro exemplares monetários, cerca de 1,3% do total de numismas estudados.

D. Fernando I foi cognominado O Formoso, O Belo (pela beleza física que inúmeras fontes atestam) e, alternativamente, como O Inconsciente ou O Inconstante (devido à sua desastrosa política externa que ditou três guerras com a vizinha Castela, e até o perigo, após a sua morte, de o trono recair em mãos estrangeiras).

D. Fernando após a morte violenta dada a Pedro I de Castela (o Cruel), vê os seus anteriores partidários oferecerem-lhe a sua coroa – arvorando a sua bandeira Carmona, Samora, Cidade Rodrigo, Alcântara, Tui, Padron, Arrocha, Corunha, Salvaterra, Baiona, Alhariz, Milmanda, e outras terras (ARAGÃO, [1966]:177) – mas também movido pela rivalidade comercial e marítima entre Lisboa e Sevilha, interveio nesse episódio peninsular (LOPES, [1992]). As enormes despesas da guerra, a perda de tanto dinheiro com o rei de Aragão<sup>91</sup>, as largas mercês concedidas aos fidalgos castelhanos haviam reduzido o fisco

---

<sup>90</sup> "No cume, os ricos-homens e prelados cujos haveres não são quantificados (...) No segundo patamar, a lei irmana os cavaleiros fidalgos com mais ou menos 1000 libras, os escudeiros com mais ou menos 3000 libras e os cidadãos com 5000 libras e mais. No terceiro patamar, ficavam os homens que moravam nas vilas e que não haviam quantia para terem cavalos e os escudeiros que de nós ou de algum rico-homem não tiverem maravedis." (COELHO, 2004:464).

<sup>91</sup> "O apoio formal de Aragão custara, entretanto, ao tesouro de Portugal 4000 marcos, cerca de 18 quintais de ouro." (IDEM, 2004:477).

português a tais dificuldades que D. Fernando se viu obrigado a recorrer à medida da alteração das moedas (IDEM, [1966]:177).

Era um recurso fictício, de que resultou a carestia de tudo, tendo o rei de fixar taxas ao preço dos géneros, vexame que fez desaparecer os géneros do mercado, e produziu a fome.

As três guerras com Castela custaram a Portugal o preço de três derrotas e de três tratados de paz com cláusulas de vencido.

Contudo, durante os períodos de paz, D. Fernando mostrou-se hábil com a sua política interna. São de salientar as suas medidas de fomento, como reparações de muitos castelos, a construção da nova muralha de Lisboa a do Porto, a criação do cargo de condestável, renovações de armamento, a promulgação da lei das Sesmarias, para defesa da agricultura, defesa da marinha mercante, numa série de medidas de grande alcance, o grande impulso dado à Universidade que foi transferida para Lisboa, além de outras que o revelaram como um rei de excelente visão administrativa. Apesar disto, o facto é que herdou um reino em paz e com um erário muito rico e no final do seu reinado o tesouro encontra-se exausto, a moeda a desvalorizar e os preços a subir.

Deste monarca temos doze exemplares distintamente identificados, que correspondem a 3,8% do total a estudo. Nomeadamente 11 Dinheiros<sup>92</sup>. Quanto aos dinheiros de D. Fernando I, convém referir que o mapeamento dos achados arqueológicos poderá produzir resultados quanto à determinação de centros de cunhagem, uma vez que estes últimos são de todo desconhecidos, visto que não existe nos exemplares cunhados por este monarca, qualquer letra identificativa de centro emissor<sup>93</sup>. Também identificamos a presença de 1 Pilarte ou Coroado.

Relativamente a esta última tipologia monetária podemos apresentar as seguintes informações:

---

<sup>92</sup> *Convém aqui frisar mais uma diferença tipológica determinante para diferenciar os dinheiros dos seus predecessores dos de D. Fernando I: “No anverso, em campo limitado por legenda inscrita em bordadura, cruz equilateral, alternadamente cantonada de crescentes e de estrelas, que, nas moedas emitidas por D. Fernando, aparecem substituídas por rosetas.” (MARQUES, 1996:73).*

<sup>93</sup> *“Quanto à cunhagem dos dinheiros sabemos pelo «Regimento e Ley que El-Rei Don Fernando fez sobre moedas» (...) datado de 1378, que também foram cunhados no Porto. Relativamente a estas espécies levantar-se, contudo, o problema da sua individualização, pois nenhum dos tipos conhecidos possui letra monetária indicativa do centro emissor. Só o estudo e a respectiva cartografia dos achados monetários levarão à resolução do problema.” (DIAS, 1989:19). Tal não significa, porém, que estes 11 exemplares tenham sido emitidos em Faro. Mas a cartografia dos mesmos inserida num estudo mais amplo poderá dar respostas face aos centros de emissão conhecidos em tempos de D. Fernando I. O presente estudo poderá assim fornecer o seu contributo no que a esta problemática diz respeito.*

“O *pilarte* ou *coroado* representa a tradução objectiva de um primeiro esforço de saneamento monetário, levado a cabo por D. Fernando no momento em que o tratado de Alcoutim veio criar razoáveis esperanças de uma redução substancial das despesas públicas. Assim, o combate a uma inflação que culminara com a cunhagem dos *graves* começou pela emissão de uma nova moeda, sem dúvida hipervalorizada ainda, mas que, de qualquer modo, já fazia regressar o valor da prata amoedada para o nível a que se situara quando da cunhagem das *barbudas*. (...) Assim, o curso legal de cinco soldos, atribuído ao *pilarte* por ocasião do seu lançamento, representou o retorno da valorização da prata amoedada para o nível a que se situara quando da introdução da *barbuda* e que fora largamente ultrapassado com as primeiras emissões do *grave*. Este é um dos motivos que levam a crer que a criação do *pilarte* só teve lugar depois da assinatura da paz de Alcoutim, visto não ser crível que se tivesse verificado um saneamento monetário no período final da primeira guerra contra Henrique de Trastâmara, isto é, numa altura em que o erário estaria ainda a braços com o custo das hostilidades.” (MARQUES, 1996:104-106).

Verificamos assim que este Pilarte ou Coroado, cunhado nas oficinas de Lisboa, representaria então o retorno da valorização da prata amoedada<sup>94</sup>. De referir ainda, que o estudo dos exemplares monetários deste monarca, assim como relativamente ao seu sucessor, ainda oferece muitas dúvidas com relação à tipologia dos grafismos utilizados.

Referimo-nos aos sinais ocultos, que para ambos os monarcas, por exemplo, ainda não encontram explicação totalmente satisfatória por parte dos estudiosos na matéria.<sup>95</sup> O número total de numismas de D. Fernando I, presentes no espólio a estudo, seriam porventura reveladores da importância estratégica do Algarve durante esses períodos conturbados de constantes guerras<sup>96</sup> pela posse do trono de Castela – motivados e

---

<sup>94</sup> Outros autores corroboram o facto de o Pilarte ou Coroado ter sido uma tentativa de saneamento financeiro da parte de D. Fernando I, ocorrida “possivelmente antes de Julho de 1372” (TEIXEIRA, 2002:44).

<sup>95</sup> No volume II da presente tese, apresentamos as explicações mais plausíveis, propostas por Alberto Gomes, face à presença destes ditos sinais ocultos. No inventário em si, o exemplar n.º 76 de Dinheiro de D. Fernando I, assim como os n.ºs 136, 243 e 244 de exemplares de Real Branco de D. João I, ou ainda o n.º 202 de Meio Real de Dez Soldos, também de D. João I, apresentam alguns desses sinais ocultos. Fica aqui o registo para quem se debruçar mais atentamente sobre essas matérias. Uma questão, que no nosso entender, ainda irá ficar durante muito tempo em aberto – a não ser que se venha a encontrar documentação inédita que explicite taxativamente, qual o porquê da utilização dos ditos sinais ocultos.

<sup>96</sup> Uma vez que nos contextos de guerra, a contínua desvalorização monetária, que não raras vezes observamos, conduziria a um aumento dos exemplares monetários circulantes, salvaguardados os devidos contextos, claro está.

enquadrados também esses episódios bélicos e essencialmente políticos, à luz de um âmbito mais lato, como o foi o da Guerra dos 100 anos, que também na Península Ibérica alcançou as suas repercussões, em virtude das alianças estabelecidas entre Portugal e Inglaterra, assim como Espanha e França.

#### 5.4 O século XV

D. João I, com o objectivo de aumentar a receita para fazer face às grandes despesas com as guerras com Castela<sup>97</sup>, às crises internas e à conquista das primeiras colónias em África, o monarca promoveu o enfraquecimento da moeda<sup>98</sup>, primeiro aumentando a percentagem de metal vil na liga<sup>99</sup> e depois pela redução do seu peso (caso p. ex. do Real Branco).

José Mattoso considera terem existido duas fases distintas no seu reinado: uma até 1411 ou 1412, marcada pela guerra da independência e fortalecimento da nação. Com a paz de 1411, mercadores e criadores de gado viam assim as suas actividades mais protegidas, constituíam “gente que estava disposta a pressionar as forças do poder para continuar com a sua actividade” (ARAÚJO, 2009:80) comercial. A segunda, até 1433, assinalada pela guerra expansionista de Marrocos e inícios das explorações atlânticas.<sup>100</sup>

É o terceiro monarca mais representado no espólio numário deste sítio arqueológico, não sendo alheio o facto de ter reinado 48 anos. Com vinte e cinco exemplares, a que corresponde um valor de 7,9% do total de numismas. O crescente número de numismas deste monarca, assim como de D. Afonso V são também provas factuais da importância do Algarve na expansão ultramarina portuguesa.

---

<sup>97</sup> *Guerras tais que, para além das despesas com homens e possíveis actos indemnizatórios, também acarretavam consigo perdas económicas, mormente para os habitantes locais das zonas raianas, onde os prejuízos eram naturalmente mais elevados* (ARAÚJO, 2009:65).

<sup>98</sup> *“É patente a degradação do numerário no decorrer do reinado de D. João I. Para ela contribuiu, em primeiro lugar, a longa guerra de independência, depois, as pesadas despesas inerentes à conquista de Ceuta e, finalmente, uma má política administrativa pautada por critérios económicos e monetários pouco saudáveis, com a distribuição de benesses e aumento de despesa não controlada a favor de uma nova clientela política.”* (DIAS, 89:19).

<sup>99</sup> *Para aferirmos desta possibilidade – que permitiria fornecer dados quantitativos ao estado da questão – a liga metálica dos exemplares teria de ser alvo de análises detalhadas, de forma a comprovar ou questionar o estado da arte relativamente a esta problemática específica.*

<sup>100</sup> *A região algarvia, durante o século XV, é vista como “uma área, centrada em algumas localidades, destinada ao degredo, sinónimo de afastamento e de alguma segregação em relação à capital.”* (MARTINS, 2007:85). *Após a conquista de Ceuta “a região é considerada a porta de saída para as praças do Norte de África e da descoberta de novas terras, onde se procuravam os cereais e tantas outras mercadorias para consumo interno.”* (IDEM, 2007:85).

<b>Tipologia Monetária</b>				
A	D.Sancho I	Mealha (Meio Dinheiro)	1	0,3%
B	D.Sancho II	Dinheiro	28	8,8%
C	D. Afonso III	Dinheiro	13	4,1%
D	D. Dinis I	Dinheiro	5	1,6%
E	D. Pedro I	Dinheiro	4	1,3%
F	D. Fernando I	Dinheiro	11	3,5%
		Pilarte coroadado (7 Dinheiros)	1	0,3%
G	D. João I	Meio Real atípico	2	0,6%
		Meio Real branco	2	0,6%
		Meio Real cruzado	2	0,6%
		Meio Real de dez soldos	1	0,3%
		Quarto de Real cruzado	6	1,9%
		Real de dez soldos	3	0,9%
		Real branco	3	0,9%
		Real preto	3	0,9%
		Real de três e meia libras	1	0,3%
Quarto de Real cruzado	2	0,6%		
H	D. Duarte I	Meio Real preto	2	0,6%
		Real preto	2	0,6%
I	D. Afonso V	Ceítal	148	46,5%
		Chinfrão (12 Reais brancos)	1	0,3%
		Cotrim (5/6 de Real branco)	1	0,3%
		Meio Real preto (1/20 de Real branco)	5	1,6%
J	D. João I / D. Afonso V	Real preto e Ceítal	1	0,3%
L	D. João III	Ceítal	1	0,3%
M	D. Enrique III de Castela e Leão	Cornado	1	0,3%
N	D. Enrique IV de Castela e Leão	Dinero	2	0,6%
O	D. Afonso X de Castela e Leão	Dinero	5	1,6%
		Maravedi preto	1	0,3%
P	Indeterminado	Indeterminadas	60	18,9%

**Quadro 5**

D. João I é o monarca com mais tipos monetários, observáveis no Quadro 5<sup>101</sup>, com um total de dez tipos monetários diferentes. Como esta é a situação à qual nos parece deva ser dado mais algum destaque, optamos por descrever sucintamente cada um desses exemplares, com base na bibliografia conhecida e nos ditos exemplares por nós inventariados na presente colecção em estudo:

- **Meio real atípico** – usualmente estes numismas são assim designados porque não se enquadram em qualquer outra das categorias dos meios reais existentes, porém, é de opinião de colegas numismatas (e que já foi aqui referida), que com o contínuo estudo dos exemplares deste monarca os atípicos deixariam porventura de o ser e passariam a ser enquadrados, numa ou mais categorias monetárias. Mas de momento, estes enquadramentos são apenas especulativos, mesmo que os estudos de Ferraro Vaz tenham sido tendencialmente abrangentes. Possuímos dois exemplares na colecção em análise: um cunhado em Évora (n.º 81 inventário) e outro cunhado em Lisboa (n.º 162 inventário);
- **Meio Real Branco** – apresentam uma tipologia homogénea, semelhante à do seu múltiplo, diferindo na dimensão e nas legendas. Possuímos, aparentemente, dois exemplares. Um deles um pouco duvidoso (n.º 23 inventário), pois aparenta ter sido recunhado posteriormente ou mal batido nesse mesmo reinado (possuindo assim dois anversos, ao invés de um anverso e um reverso, como é usual). O outro (n.º 113 inventário), foi cunhado em Lisboa, quase indubitavelmente<sup>102</sup>;
- **Meio Real Cruzado** – esta espécie também foi sofrendo uma notável depreciação ao longo das diversas emissões, reflectida quer no toque, quer no peso (TEIXEIRA, 2002:52). O exemplar (n.º 66 inventário) foi cunhado em Lisboa, e não é perceptível a sua atribuição inequívoca a um dos dois tipos determinados por Mário Gomes Marques, uma vez que a tipologia é determinada em virtude da coroa vislumbrável no seu anverso. Embora nos pareça uma coroa sem arcos da 2ª emissão. O exemplar (n.º 96 inventário) terá

---

<sup>101</sup> Optamos por manter o referido Quadro 5 também nos anexos do volume II, para facilitar a leitura do mesmo quando comparado e/ou analisado conjuntamente com as fichas do inventário presentes no dito volume.

<sup>102</sup> “As fontes escritas são omissas quanto ao meio real branco, que, (...) nunca foi objecto de estudo metrológico pormenorizado.” (MARQUES, 1996:123).

sido cunhado em Lisboa ou Porto e também nos pareceu ser enquadrável nessa 2ª emissão;

- **Meio Real de Dez Soldos** – “No seu submúltiplo, *o meio real de 10 soldos*, o formulário utilizado nas legendas é o mesmo, apenas diferindo na sua extensão, condicionada pelas diferentes dimensões dos exemplares. A legenda do anverso +ADIVTORIVM NOSTRVN Q, inscrita numa linha servindo de bordadura ao motivo central – a abreviatura do nome do monarca (**IhnS**) encimada por uma coroa e ladeada por dois anéis; por baixo, a letra monetária, que poderá estar isolada ou ladeada por dois aneletes, duas cruzetas ou duas rosetas. Com frequência aparecem pequenos símbolos (genericamente conhecidos por sinais ocultos) inscritos no campo, com características, posição e em número variáveis.” (TEIXEIRA, 2002:49). O exemplar existente neste conjunto (n.º 202 inventário), cunhado em Lisboa, apresenta sinal oculto no anverso do dito;
- **Real de Dez Soldos** – “Ao longo do período em que foi produzido (...) *o real de dez soldos* sofreu quebras sucessivas do peso e da lei, que as fontes escritas mencionam em termos sumários, nem sempre concordantes, e sem caracterização tipológica das moedas metrologicamente diferentes.” (MARQUES, 1996:108). Dos três exemplares existentes – um cunhado em Lisboa, outro no Porto e o último de local de cunhagem desconhecido – apenas gostaríamos de destacar este (n.º 24 inventário). Pelo facto de se apresentar cerceado a meio, com as marcas dos cortes bem visíveis. Desconhecemos se existem outros exemplares existentes deste género monetário com vestígios de cerceio;<sup>103</sup>
- **Real Branco** – “Do ponto de vista da tipologia, *o real branco* foi uma moeda homogénea ao longo de toda a sua existência, embora a qualidade do trabalho de abertura dos cunhos e a da própria cunhagem tenham sofrido deterioração progressiva. O tema central do anverso foi sempre a sigla real coroada (Y com D. João I, E com D. Duarte e A com D. Afonso V), em campo limitado por legenda bíblica, desenvolvida em duas coroas de círculo concêntricas. O tema

---

<sup>103</sup> Por este facto cumpre-nos destacar este exemplar, pois não conhecemos outro igual. Porventura com a publicação e o desenvolvimento de estudos da amoedagem ocorrida durante o reinado deste monarca, e no caso específico dos Reais de Dez Soldos, se possam traçar novos panoramas interpretativos.

do reverso é constituído por cinco quinas postas em cruz, dentro de moldura gótica, por sua vez circundada pela legenda, desenvolvida em bordadura e declarando, sob formas abreviadas, o nome e títulos do monarca.” (MARQUES, 1996:120). Na colecção possuímos três exemplares. O n.º 136 do inventário foi cunhado em Lisboa e apresenta sinal oculto no seu anverso. Aparenta ter sido alvo de cerceio, mas no seu caso é duvidoso, uma vez que poderá ter perdido duas partes de si, apenas em virtude de fragmentação durante o tempo em que se encontrou no subsolo, prévio ao seu achado. Um outro exemplar (n.º 243 inventário), foi cunhado no Porto, apresentando aparentemente, dois sinais ocultos no seu anverso. Por último, o exemplar n.º 244 do inventário, foi cunhado em Lisboa e apresenta um sinal oculto no seu anverso<sup>104</sup>;

- **Real Preto** – “O *real preto*, cuja emissão se iniciou em data incerta, (...) foi a primeira moeda portuguesa de cobre. (...) A ausência de análises metalográficas associada à extrema identidade entre os exemplares de *real de 3,5 libras* e os de *real preto*, traduziu-se numa acrescida dificuldade na distinção das duas espécies.” (TEIXEIRA, 2002:55). No espólio a estudo temos dois exemplares cunhados em Lisboa (n.ºs 286 e 128 inventário). O terceiro exemplar, cunhado em Lisboa ou no Porto (n.º 149 inventário), foi batido duas vezes (conforme pode ser observado claramente no seu anverso);
- **Real de 3 ½ Libras** – “A crescente depreciação da moeda, resultando no seu total descrédito, levou à emissão de um novo numerário (...) as dificuldades internas não permitiriam a emissão de boa moeda de prata (...) Como a instabilidade económica e a inflação continuassem, cedo o soberano se viu forçado a desvalorizá-los (...) Tipologicamente, apresentam alguns elementos comuns aos *reais de 10 soldos*, quer a nível dos motivos cunhados, quer a nível das legendas, embora neste caso sejam mais breves.” (IDEM, 2002:51). Na colecção apenas surge um exemplar cunhado em Lisboa (n.º 239 inventário);

---

<sup>104</sup> Verificamos, no caso destes Reais Brancos de D. João I, que todos apresentavam sinais ocultos no seu anverso, os dois de Lisboa, um sinal oculto e o do Porto aparentemente dois. Com o mapeamento destes exemplares e a sua correcta interpretação, talvez possamos associar futuramente (mesmo com a ausência de outros elementos), a quantidade de sinais ocultos nos exemplares, com os seus centros de cunhagem, só para dar um exemplo.

- **Quarto de Real Cruzado** – Constituem todas as denominações atribuídas a este monarca, de uma maneira geral, factor de dúvida e discórdia em termos interpretativos, o que causa alguma confusão: “Como já se disse, as emissões do *real de dez soldos* foram acompanhadas da produção de pequenas quantidades de moedas divisionárias pertencentes à mesma série, habitualmente classificadas pelos numismatas como *meios reais* e *quartos de real*. Todavia, ainda que os espécimes conhecidos da fracção maior pareçam ser, de facto, *meios reais*, a verdade é que tanto eles como os ainda mais escassos exemplares representativos da fracção menor nunca foram objecto de estudo metrológico cuidado. Deste modo, não é possível afastar a hipótese de que estes últimos não sejam *quartos* mas sim *quintos de real*, que talvez correspondam aos *reais de dois soldos*, que se encontram mencionados em alguns documentos da época.” (MARQUES, 1996:110). Dos exemplares presentes na colecção em análise, tirando os exemplares n.<sup>os</sup> 169 e 281 que foram cunhados no Porto, todos os restantes foram cunhados em Lisboa.

Todos os exemplares transactos constituem sinais do enfraquecimento da moeda que surge documentado, provas factuais e cabais do dito. O estudo não só deste como dos demais monarcas busca suprir alguns hiatos de conhecimento, nomeadamente no que diz respeito ao simples elaborar de um inventário, com as características específicas observáveis em cada um dos exemplares, pois só assim poderemos ter cada vez mais resultados e certezas quanto ao que ainda nos nossos tempos é encarado apenas como mera hipótese<sup>105</sup>. Deste monarca, apenas surgem exemplares cunhados em Bolhão e em Cobre<sup>106</sup>.

Convém destacar também, um numisma

---

<sup>105</sup> Como já o afirmava um colega em 1989: “É de salientar o grande número de achados de moedas de D. João I que nos chega ao conhecimento, embora sem que nenhum deles tenha sido estudado na íntegra, facto que dificulta o estudo da já complicada cunhagem deste rei, com longas emissões, muitas variantes e com inúmeros sinais ocultos ainda por esclarecer.” (DIAS, 1989:20).

<sup>106</sup> “Durante o reinado de D. João I não foi cunhada qualquer espécie em ouro, estando a produção de moeda limitada às espécies em prata e cobre ou liga destes dois metais. Com efeito, numa primeira fase, a instabilidade política obrigava a canalizar todos os recursos para os esforços da guerra com Castela, reflectindo-se nos níveis de inflacção (SIC). As posteriores tentativas de recuperação económica, traduzidas nas campanhas de expansão para o norte de África, particularmente na conquista de Ceuta, e os consequentes e inevitáveis investimentos financeiros, também desaconselhavam a produção de moeda em metal de maior valor e qualidade. Por outro lado, as espécies de ouro estrangeiras que circulavam no mercado interno, iam (SIC) suprimindo as necessidades de moeda nos negócios de maior volume. Mesmo as emissões de moeda de prata, sofreram, em pouco tempo, os efeitos da forte inflacção (SIC), o que levou à sua crescente depreciação.” (TEIXEIRA, 2002:47).



**Fig. 7 – Numisma de D. João I recunhado em época de D. Afonso V**

A Fig. 7 apresenta no plano superior o anverso do dito numisma n.º 13 do inventário, ladeado ao centro por um desenho figurativo do anverso de um real preto de D. João I e no canto superior direito podemos observar o anverso de um ceutil de D. Afonso V. São estes dois tipos monetários que se encontram batidos sobre o anverso deste exemplar. No plano inferior observamos o reverso do dito numisma, ao centro reverso de real preto de D. João I e no canto inferior direito o reverso de um ceutil de D. Afonso V. Estes também são os dois tipos monetários que se encontram batidos sobre o reverso deste exemplar<sup>107</sup>.

De igual período, mas proveniente do lado oposto da fronteira surge também um exemplar de D. Enrique III de Castela (evidência das guerras / trocas comerciais com Castela?).

<sup>107</sup> *De facto, parece-nos ser caso único, o deste exemplar monetário. Porventura, com o evoluir dos estudos numismáticos de achados de escavações e de outro tipo de contextos e colecções, possamos obter uma visão mais esclarecedora quanto ao porquê da existência de tal exemplar. Para já, tudo o que digamos são meras suposições (p.ex. erro de cunhagem, prática comum, caso único). Mas o facto de ter sido identificado tal exemplar também foi proveitoso, pois deu azo a tais especulações e abriu novos trilhos interpretativos e campos de estudo.*

D. Duarte I sucedeu a seu pai em 14 de Agosto de 1433, e subindo ao trono um dos seus primeiros cuidados foi o de reduzir as despesas da Casa Real, porque o erário estava muito debilitado em consequência das continuas guerras com Espanha.<sup>108</sup> Apesar de ter reinado apenas cinco anos, ainda surgiram neste local quatro exemplares cunhados durante o seu reinado, correspondendo a 1,3% do número total de numismas. Dois reais pretos (n.ºs 134 e 245 inventário), o primeiro dos quais possuindo corte que parece indiciar uma tentativa de cerceio. Dois meios reais pretos (n.ºs 103 e 246 inventário). Todas foram cunhadas em Lisboa, apenas o n.º 103 é duvidoso se tenha sido cunhada em Lisboa ou no Porto.

“Seguiu uma política monetária centrada por ideias de consolidação de um sistema coerente e de cumprimento, tão rigoroso quanto possível, das normas legais vigentes nessa matéria à data da sua subida ao trono.” (MARQUES, 1996:184). São todas moedas de uso corrente nas transacções económicas.<sup>109</sup>

O reinado de D. Afonso V ficou marcado pela expansão portuguesa no Norte de África, que valeu a este monarca o cognome de “O Africano”. Para responder à chamada de Calisto III, querendo ser o primeiro dos últimos cruzados. Convoca Cortes<sup>110</sup> para obter dinheiro, amnistias para obter guerreiros e cunhagem nova<sup>111</sup> para obter moeda forte<sup>112</sup>. A expansão portuguesa é indissociável da escravatura. O seu móbil não foi a difusão do cristianismo, nem tão pouco se centrou no ouro ou marfim, mas sim nos escravos. Eles eram a mão-de-

---

<sup>108</sup> *Mesmo apesar das guerras, nomeadamente do diferendo acerca das Canárias que vinha já do tempo de D. Afonso IV “a actividade comercial mantinha-se, tanto por terra como por mar e quase ignorando ou querendo ignorar aquele conflito latente” (ARAÚJO, 2009:102).*

<sup>109</sup> *“foi introduzido o meio real preto, sem dúvida destinado a colmatar as carências que se fariam sentir de espécies utilizáveis nas pequenas transacções.” (IDEM, 1996:184).*

<sup>110</sup> *Nunca na região algarvia se realizaram Cortes, nem mesmo “com as várias visitas realizadas ao Algarve, durante o século XV, sobretudo, aquando da fase Henriquina dos Descobrimientos Portugueses, não devemos pensar que, por esse facto, os reis do período de Quatrocentos tiveram uma extraordinária atenção pelo Reino do Algarve.” (MARTINS, 2007:40). Por questões de logística e de segurança talvez: “Assim, a vila de Faro (local privilegiado de partida e de chegada de homens que iam para a praça de Ceuta) e a vila de Tavira, constituíram os locais com maior índice de documentos associados a crimes aí praticados, totalizando quinze Cartas de Perdão.” (IDEM, 2007:50).*

<sup>111</sup> *A moeda de D. João I recunhada durante o reinado deste monarca também parece indiciar que às cunhagens mais antigas se pretendeu atribuir valor durante este reinado, servindo todos os numismas para empregar na empreitada tida por D. Afonso V. Só um numisma não o evidencia, mas talvez o que faltem sejam mais estudos aprofundados de numismas desta época que possam vir a comprovar esta teoria. Estudos futuros o dirão.*

<sup>112</sup> *Será que no processo de nova cunhagem se processaram às recunhagens de espécies anteriores, como o parece indiciar o n.º 13 do inventário (numisma de D. João I recunhado em época de D. Afonso V e já aqui referido anteriormente). Também o n.º 262 do presente inventário é um numisma recunhado, ou batido duas vezes (pelo menos) em tempos de D. Afonso V, mas do mesmo tipo monetário das duas vezes que foi batido (ceitil).*

obra que geravam a riqueza.<sup>113</sup> O próprio Infante D. Henrique, em 1443, chama a si o monopólio da sua exploração.

No século XV, os escravos destinavam-se sobretudo a abastecer os trabalhos em Portugal, ou as explorações da cana do açúcar na Madeira (escravos canários, os Guanches), mas também a serem vendidos para Espanha. Em Lisboa, Alcácer do Sal e Lagos estabelecem-se florescentes mercados de escravos. No Algarve, em 1444, forma-se a primeira companhia moderna para o tráfico, designada “Companhia de Lagos”, formada pelo almirante-mor Lançarote Pessanha. Muitas outras lhe seguirão pela Europa (COUTINHO, 2008).

Os portos do Algarve desempenharam um papel preponderante na expansão e expedições ultramarinas – daí, talvez, o tão elevado número de numismas de D. Afonso V presentes na Horta da Misericórdia<sup>114</sup>. O Algarve era uma região importante por essa altura em termos comerciais<sup>115</sup>, e não só.

Referências comerciais a Faro encontramos a seguinte, relativamente ao comércio de frutas<sup>116</sup> (figos e frutos secos, nomeadamente uvas passas), e que demonstram que os

---

<sup>113</sup> *Nos capítulos especiais às Cortes de 1451, na informação que diz respeito a Faro deparamo-nos com duas situações que indiciam pormenores relativos à escravatura e à concorrência comercial. Quanto ao aspecto da escravatura, efectuava-se um pedido “para que não houvesse assaltos e roubos pelos navios da Andaluzia, nomeadamente os de Sevilha, que roubavam os mouros do Algarve e os iam vender em Castela, causando muitos prejuízos ao concelho de Faro.” (IBIDEM, 2007:82) Por aqui se vê que Faro dispunha então do tráfego de mercadorias cobiçáveis pelos Andaluzes, especialmente os de Sevilha. E a mão-de-obra escrava de mouros era de tal maneira necessária ao concelho de Faro que aqueles (Andaluzes) a vinham também roubar para si ou para tráfico em Castela. Uma vez que esta minoria social se dedicava ao cultivo das terras e aos produtos de sequeiro, tão importantes para a exportação. (IBIDEM, 2007:87). Também se dá voz ao apelo de proibição de venda de panos entre mercadores estrangeiros entre si, ou de nacionais a estrangeiros. Tal indicia que ao porto de Faro acorriam estrangeiros em número suficiente para poderem competir com os mercadores nacionais, constituindo por isso uma ameaça digna de menção nas ditas Cortes de 1451.*

<sup>114</sup> *Com D. Afonso V, a presença de numária é abismal, traduzida num total de 155 exemplares, o que perfaz 48,7% do total de 318 numismas, ou seja quase 50% do total.*

<sup>115</sup> *“Realmente, a política expansionista de D. Afonso V, ao contrário da da regência, tirou os olhos do mar e dos contactos mercantis pacíficos na África Negra. (...) Se neste capítulo alguma coisa se fez entre 1448 e 1475, nomeadamente em matéria de navegação atlântica, deveu-se à iniciativa de particulares, mercadores concretamente, porque as navegações davam lucros.” (MATTOSO, 1993:506).*

<sup>116</sup> *Relações de interdependência entre dois ou vários concelhos para favorecimento mútuo: “No caso específico de Loulé, este concelho recebia peixe da sua vizinha vila de Faro, tendo esta, em troca, legumes, favas, cereais, bem como uma variedade de outros produtos.” (MARTINS, 2007:54). Mesmo que para o cumprimento de alguns contratos, as ditas Cartas de Composição, se recorressem por vezes a meios pouco lícitos. “Apresentamos, como exemplo, uma «Carta de Composição celebrada entre os concelhos de Santa Maria de Faro e Tavira, pela qual restabeleceram entre si o antigo compromisso, feito nesta última vila, sobre o comércio marítimo de exportação da fruta, figos, passas e vinhos (...) a vila de Tavira que não se escusava a meios menos próprios para conseguir cumprir o anteriormente acordado, nem que para isso, os seus homens tivessem de assaltar os barcos de abastecimentos dirigidos a Loulé, para os entregar ao concelho de Faro.” (IDEM, 2007:53).*

contactos comerciais alcançavam paragens tão longínquas como Kiev ou Trebizonda, contactos estes já estabelecidos em épocas anteriores:

“Ainsi, entre septembre 1375 et mars 1376 un marchand appelé Guilherme a acheté de très grandes quantités de figues à la municipalité de Loulé. Encore en 1376, au mois de juin, la même municipalité a vendu des fruits de la région à «*miçe Lonbardo* » et à «*miçe Bernaldo* », les deux marchands se trouvant à Faro. Or, la renommée des figues et des raisins secs de l'Algarve remontait au temps où les Musulmans étaient les seigneurs de la Péninsule Ibérique, quand s'est formée la tradition commerciale de ces produits sur les principaux marchés de la Méditerranée, comme Venise, Alexandrie et Constantinople, s'étendant même jusqu'aux foires de Trébizonde et Kiev.”<sup>117</sup>

Colonos do Algarve também partiram para povoar as ilhas atlânticas que iam sendo descobertas, mormente Santiago em Cabo Verde, colonizada pelo Capitão António da Noli.<sup>118</sup>

Faro teve, na época medieval, uma judiaria que se destacou por ter sido o berço da imprensa em Portugal, com a edição, em 1487, por Samuel Gacon, do Pentateuco em hebraico. Em 1540, por ordem de D. João III, Faro tornou-se sede da diocese algarvia, determinação que, conjugada com o violento incêndio de 1596 causado pelo ataque de piratas ingleses, originou as grandes obras dos períodos maneirista e barroco.

Surgem também dois numismas de Enrique IV, de Castela e Leão (n.<sup>os</sup> 32 e 79 do inventário). Podem evidenciar trocas comerciais<sup>119</sup> ou serem testemunho das guerras com Castela. Decorrente de escavações tidas na fortificação de Santa Olalla del Cava em Huelva, surgiu num nível descontextualizado de entulhos associados à época em que este monarca reinou um numisma (Blanca de Enrique IV, 1454-1474), que parecia indiciar o que a documentação referia – que neste reinado se teriam reformado as muralhas não só

---

<sup>117</sup> COSTA, Marisa - *Du Rivage Méditerranéen à la Façade Atlantique. Gens du Sud au Portugal Medieval. Medievalista* [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-atlantique.htm>]. N.º 3 (2007). [Consultado 13.09.2009].

<sup>118</sup> Esta diáspora de meios humanos também poderia explicar a proveniência e presença de numismas de outras áreas do globo na região algarvia, mormente em Faro. Mas para tal ainda vão faltando estudos mais globais, se bem que os encetados pelos nossos colegas Luís Fraga da Silva e Eduardo Mendonça Vargues, mereçam ser aqui citados.

<sup>119</sup> O numisma n.º 32 teria sido cunhado possivelmente em Sevilha, o n.º 79 indubitavelmente. “As relações do Algarve com a sua vizinha Andaluzia, no quadro das relações externas com outros Países, constituíram, desde cedo, um factor de desenvolvimento sócio-económico das populações que habitaram o extremo Sul de Portugal (...) entreposto de variadas culturas, onde o comércio assumiu um papel muito importante na vivência dos seus habitantes e no desenvolvimento do País, durante a Idade Média.” (MARTINS, 2007:73).

desta como de outras fortificações nas proximidades por motivos das guerras com D. Afonso V de Portugal e das revoltas internas pela posse da coroa que se faziam então sentir.<sup>120</sup>

Sabemos, para épocas anteriores – nomeadamente entre os séculos VIII a XI – que as relações de interdependência observáveis no mapa geopolítico português, se enquadravam entre as cidades de Faro, Silves e Mértola. Às quais se juntavam no quadro ibérico peninsular os centros urbanos de Sevilha, Córdoba e Badajoz (FERNANDES, 2006:24).

Ora, dos dois numismas de Enrique IV, um foi cunhado certamente em Sevilha e o outro também o aparenta ter sido. As relações entre Faro e Sevilha, pelo menos no campo da numismática, parecem manter-se neste século XV<sup>121</sup>, afinal Sevilha esteve para ser capital de Espanha, ao invés de Madrid.

De referir por último que os numismas de D. Afonso V presentes em tão elevado número, face aos restantes reinados e exemplares são indícios da importância que o Algarve tem durante esta época (e não só) nos descobrimentos e expansão portuguesa. Quer-nos parecer que assim o é de facto. Também queríamos destacar o facto de apenas uma moeda de prata (Chinfrão de D. Afonso V), com o n.º 251 de inventário e uma outra possivelmente de prata de um possível quarto real de dez soldos de D. João I (?) – n.º 18 inventário – corresponderem a apenas 0,6% do total dos numismas cunhados (ou menos). O Cobre e o Bolhão, moedas de maior giro nas transacções usuais do dia-a-dia (segundo autores como Mário Marques, Filipe Teixeira e Ana Dias, entre outros), de acordo com a documentação da época, constituem, previsivelmente a maior percentagem de metal amodado (54,4% de Cobre e 44,7% de Bolhão), o que perfaz um total de 99,1% dos numismas presentes na Horta da Misericórdia. No âmbito cronológico da presente tese, claro está. Quanto a 82,4% dos numismas, não conseguimos estabelecer claramente o seu local de cunhagem. Lisboa, Ceuta, Porto, Sevilha e Évora, são as oficinas monetárias mais representadas, por esta ordem decrescente de quantificação.

---

<sup>120</sup> *Comunicação proferida durante o V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, tido em Almodôvar a 20 de Novembro de 2010. “Análisis de una fortificación medieval de la banda gallega: el castillo de Santa Olalla del Cava (Huelva)”*: Eduardo Romero, Timóteo Rivera e Inmaculada Jimenez.

<sup>121</sup> *Não nos esqueçamos, que ao longo deste século XV, ocorre nas regiões algarvias, um reforço dos “pedidos de autorização para se venderem mercadorias no exterior, tanto no Norte de África (onde Mazagão se apresenta como um dos locais citados) como nas terras da Andaluzia.” (MARTINS, 2007:86). Ontem, como hoje, as áreas geográficas confinantes à região algarvia, desempenhavam um papel preponderante face às suas actividades económicas, nomeadamente a Andaluzia (GAMITO, 2004:133).*

## 5.5 Numismas cerceados (proposta de trabalho)

No caso específico dos cerceios de numismas (que demonstram o seu uso comercial)<sup>122</sup>, temos a destacar o que podemos observar na seguinte listagem.

Listagem de cerceios e possíveis cerceios numismáticos:

- 1 Dinheiro de D. Afonso II ou D. Sancho II (n.º 283 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Afonso II ou D. Sancho II (n.º 290 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 39 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 48 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 102 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 158 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 182 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 218 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II (n.º 291 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II dobrada e cortada parcialmente (tentativa de cerceio? n.º 301 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Sancho II ligeiramente dobrada (tentativa de cerceio? n.º 140 do Inventário)
- 1 Dinheiro, aparentemente de D. Sancho II ligeiramente dobrada (tentativa de cerceio? n.º 187 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Afonso III aparentemente com um ligeiro cerceio (n.º 168 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Afonso III ligeiramente dobrado (tentativa de cerceio? n.º 82 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Afonso III dobrado a meio (tentativa de cerceio? n.º 299 do Inventário)

---

<sup>122</sup> Já em épocas islâmicas se recorria a tal prática, sendo os primeiros estudos referentes a esta temática específica, executados em Silves. “Pelo ano 230H. (844/5 d.C.), no ocidente do Ândalus, começou a população a cercear os dirhames, isto é, a cortar fraudulentamente uma tira da sua orla. Dez anos mais tarde a maioria das moedas aparecia com a orla cortada, o que terá levado o poder central a estabelecer o valor da moeda pelo peso que esta tivesse.” (MARINHO, 1997:471).

- 1 Dinheiro D. Afonso III a D. Pedro I (n.º 1 do Inventário)
- 1 Dinheiro D. Afonso III a D. Pedro I (n.º 88 do Inventário)
- 1 Dinheiro D. Afonso III a D. Pedro I dobrada sensivelmente a meio (tentativa de cerceio? n.º 109 do Inventário)
- 1 Maravedi Preto de D. Afonso X de Castela com remoção de pequena parte da legenda na orla (tentativa de cerceio? n.º 309 do Inventário)
- 1 Dinheiro D. Dinis I Sécs. XIII-XIV aparentemente com um ligeiro cerceio (n.º 110 do Inventário)
- 1 Dinheiro D. Dinis I a D. Pedro I (n.º 213 do Inventário)
- 1 Dinheiro D. Dinis I a D. Pedro I (n.º 316 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Dinis I a D. Pedro I dobrada a meio (tentativa de cerceio? n.º 296 do Inventário)
- 1 Dinheiro de reinado indeterminado da 1ª Dinastia (n.º 17 do Inventário)
- 1 possível Dinheiro da 1ª Dinastia (n.º 78 do Inventário)
- 1 Dinheiro de D. Fernando I ligeiramente dobrado (tentativa de cerceio? n.º 287 do Inventário)
- 1 Real Branco D. João I (n.º 136 do Inventário)
- 1 Real de Dez Soldos de D. João I (n.º 24 do Inventário)
- 1 Real Preto de D. Duarte dobrada e com um ligeiro corte (tentativa de cerceio? n.º 134 do Inventário)
- 1 Chinfrão de D. Afonso V (n.º 251 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V (n.º 27 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V (n.º 42 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V (n.º 262 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V com remoção de pequena parte da legenda na orla (n.º 266 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V dobrado a meio (tentativa de cerceio? n.º 31 do Inventário)
- 1 Ceitil de D. Afonso V dobrado a meio (tentativa de cerceio? n.º 231 do Inventário)

- 1 Ceutil de D. Afonso V com um ligeiro corte na orla, no espaço da legenda (tentativa de cerceio? n.º 150 do Inventário)
- 1 Ceutil de D. Afonso V com dois ligeiros cortes na orla, no espaço da legenda (tentativa de cerceio? n.º 155 do Inventário)
- 1 Ceutil de D. Afonso V com corte na orla, no espaço da legenda do reverso (tentativa de cerceio? n.º 223 do Inventário)
- 1 Ceutil de D. Afonso V ligeiramente dobrado e tentativa de remoção de parte do dito? (tentativa de cerceio? n.º 180 do Inventário)
- 1 Ceutil aparentemente de D. Afonso V (n.º 260 do Inventário)
- 1 Ceutil de reinado indeterminado Sécs. XV-XVI (n.º 11 do Inventário)

Sendo assim temos que destes cerceios os tipos monetários e metálicos são os seguintes:

Prata	1 Chinfrão
Bolhão:	1 Real Branco
	1 Real de Dez Soldos
	25 Dinheiros
	1 Maravedi Preto
Cobre:	1 Real Preto
	12 Ceitis
Total:	42 numismas

Quanto a metais mais nobres (casos da prata e do ouro), apenas verificamos da existência de um aparente cerceio num exemplar – mas como este era o único exemplar em prata de todo o universo observável, as conclusões nunca poderão ser extrapoladas para âmbitos mais generalistas.

Nomenclatura	Metal	Monarca	N.º Inventário
Chinfrão	Prata	D. Afonso V	251

Constituirá, mesmo assim, prova do cerceio em metais mais nobres, em tempos d'O Africano. Mesmo tendo em conta que para alguns investigadores de numismática, tal moeda nunca tenha sido, ou dificilmente tenha sido alvo de cerceio. Porém, não conseguem

dar uma explicação plausível para esse facto.<sup>123</sup> Talvez futuramente, com o avanço no estudo e classificação rigorosa destes espécimes monetários se consigam obter conclusões mais plausíveis.

No que diz respeito a metais menos nobres, no caso do cobre, podemos observar então o seguinte:

<b>Nomenclatura</b>	<b>Metal</b>	<b>Monarca</b>	<b>N.º Inventário</b>
Real Preto	Cobre	D. Duarte I	134
Ceítíl	“	D. Afonso V	27
“	“	“	42
“	“	“	262
“	“	“	266
“	“	“	31
“	“	“	231
“	“	“	150
“	“	“	155
“	“	“	223
“	“	“	180
“	“	Indeterminado	260
“	“	“	11

Observamos assim, que com as moedas de cobre, assim como anteriormente com as de bolhão – que eram moedas de troca – o cerceio é prática comum.<sup>124</sup> Esta temática terá de ser desenvolvida em estudos futuros e em comparação com estudos de outros colegas, uma

<sup>123</sup> “A amputação da parte periférica das legendas, *que se verifica na maioria dos chinfrões hoje existentes, só com dificuldade poderá ser explicada por um cerceio quase sistemático que terá incidido sobre estas moedas. No entanto, também não é fácil encontrar um motivo lógico para que os cunhos usados no seu lavramento tivessem sido abertos, quase sempre, com diâmetros superiores aos dos discos.*” (MARQUES, 1996:136).

<sup>124</sup> Obtemos para o reinado de D. Afonso V elevados números de cunhagens de exemplares, o que também explica a presença em tão grande número de numismas deste monarca no conjunto em apreço. Mas também não nos podemos esquecer que D. Afonso V obtém imensos lucros a partir das elevadas taxas de amoedação praticadas na sua altura (IDEM, 1996:29).

vez que não está documentado (pelo menos não o encontramos na nossa pesquisa) o cerceio de espécies em cobre.

Com relação às moedas em bolhão, podemos verificar esta situação:

<b>Nomenclatura</b>	<b>Metal</b>	<b>Monarca</b>	<b>N.º Inventário</b>
Maravedi preto	Bolhão	D. Afonso X (Castela)	309
Real Branco	“	D. João I	136
Real de Dez Soldos	“	“	24
Dinheiro	“	D. Fernando I	287
“	“	D. Dinis I	110
“	“	D. Afonso III	168
“	“	“	82
“	“	“	299
“	“	D. Sancho II	39
“	“	“	48
“	“	“	102
“	“	“	158
“	“	“	182
“	“	“	218
“	“	“	291
“	“	“	301
“	“	“	140
“	“	Indeterminado	283
“	“	“	290
“	“	“	187
“	“	“	1
“	“	“	88

“	“	“	109
“	“	“	213
“	“	“	316
“	“	“	296
“	“	“	17
“	“	“	78

Ao termos para além dos 24 (25) possíveis dinheiros cerceados, também ceitis em cobre, reais, um maravedi<sup>125</sup> e um chinfrão em prata, parece comprovar que todas estas moedas poderiam ser alvo de cerceio para trocos ou uma qualquer outra finalidade e não apenas no caso dos dinheiros, como a documentação em muitos dos casos parecia fazer crer.

De ressaltar também que no caso de alguns ceitis, alguns terão sido certamente mal batidos, como no caso do n.º 72 do Inventário, o que não parece ser o caso dos acima expostos. No caso de alguns dos Dinheiros e inclusive Ceitis, a fragilidade de alguns dos suportes numismáticos também pode explicar alguns dos casos acima listados (alguns, voltamos a fazer a ressalva, não todos). A ocorrência de incêndios – quer devido a causas naturais, como humanas – também pode explicar o facto de alguns dos exemplares se encontrarem dobrados. Se bem que o dobrado em virtude de fogo seja diferente do dobrado por acção humana com o intuito de cercear o numisma, como também parece ser este o caso de muitos dos numismas acima listados.<sup>126</sup>

O facto de termos num universo de 319 numismas cerca de 42 cerceados (13,16 % do total) ou com indícios de cerceio, também corrobora a sua utilização em trocas comerciais.

De destacar entre estes o reinado de D. Sancho II, em termos quantitativos, mas também o de D. Afonso V, no caso dos ceitis (que importaria comprovar em estudos futuros). Acentuamos assim que, ainda com relação às questões de cerceio, tal também

<sup>125</sup> No caso deste Maravedi de D. Afonso X de Leão e Castela, observamos que o dito exemplar foi assim usado em trocas comerciais, daí o seu cerceio.

<sup>126</sup> Ou seja, dos numismas acima listados, todos aparentam ter sido alvo de cerceio. Os numismas suspeitos de terem sido alvo de acção do fogo estão discriminados na Introdução do vol. II da presente tese. Apenas com relação aos numismas n.ºs 134, 180, 231 e 260, subsiste a dúvida se terão sido alvo de acção pelo fogo. O que não impede de terem sido também alvo de cerceio, como as nossas suspeitas o parecem indicar.

parece suceder em exemplares de cobre, nunca é demais frisar, nomeadamente no caso dos ceitis. É uma questão que fica em aberto, para complementar com análise de outros locais futuramente, ou com contributos de outros colegas que se dediquem a esta temática.

## 6. Conclusão

Da observação dos dados presentes nos quadros e gráficos do volume II, pretendemos apresentar as seguintes conclusões:

No Quadro 1, conjugado com o Gráfico 1, pretendemos apresentar uma visão dos monarcas representados nos numismas por nós identificados. Se bem que haja um grande número de exemplares indeterminados (porque não se produziram certezas a 100%, quanto ao reinado em que teriam sido cunhados), neste caso sessenta, equivalentes a 18,9% do total, a amostra perfeitamente identificável permite-nos traçar uma série de afirmações. Desde logo, para além do pico causado pelos numismas indeterminados, três reinados surgem com mais algum destaque: D. Sancho II, D. João I e claramente D. Afonso V. Se para todas as questões arqueológicas e historiográficas a numismática fosse a resposta, muitas dúvidas se esbateriam peremptoriamente.

Contudo, destacamos novamente, a numismática e os seus dados não podem ser entendidos isoladamente. Pois dos reinados de D. Afonso II e D. Afonso IV não possuímos nenhum exemplar, o que poderia indiciar uma quebra na importância do Algarve nestes dois reinados – se bem que o reinado pouco ou nada belicista de D. Afonso II o pudesse deixar antever. Mas, também de época islâmica não identificamos nenhum exemplar (dos 604) e os dados obtidos pelas várias intervenções da Professora Teresa Júdice Gamito na Horta da Misericórdia provam exactamente o contrário. Aquela zona seria uma das mais ricas de então. Que conclusões tirar então?

Com D. Sancho II o processo da Reconquista ganha novo ímpeto, constituindo evidência de tal facto, no campo da numismática, a injeção do seu numerário em territórios do Sul peninsular – casos de Mértola, Tavira, Castro da Cola, Faro entre outros locais. Mas também temos presente, que os dinheiros de bolhão deste monarca, nomeadamente os nove numismas cerceados por nós identificados na presente colecção, apontam para o seu uso em trocas comerciais.

As querelas pela posse do Algarve (entre Portugal e Castela e Leão), ou talvez contactos económicos observáveis em Faro, precisamente no sítio da Horta da Misericórdia, no tempo do reinado de D. Afonso III, parecem confirmar tais hipóteses, ilustrando as ditas (hipóteses) através da presença de seis numismas perfeitamente identificados de D. Afonso X de Castela e Leão. Manutenção de contactos comerciais com a zona da Andaluzia, uma vez que a casa de moeda (ceca) identificada em três dos

numismas cunhados fora do território português é a de Sevilha? Para além disso, temos na colecção, um exemplar de Maravedi Preto deste monarca, alvo de cerceio, ou seja, prova do seu uso em trocas comerciais.

Já D. João I e as guerras com Castela que conduzem também à desvalorização do numerário, encontram porventura ecos na numária do sítio da Horta da Misericórdia, sobretudo, com relação a este último aspecto, da dita desvalorização do numerário. Mas, também deste reinado, temos presentes dois numismas cerceados em bolhão, evidência mais de trocas comerciais. O reinado que o precedeu de D. Fernando I também foi de várias guerras, estas com resultados diversos das de D. João I face a Castela. E, também aqui, vislumbramos um exemplar cerceado. Com D. Afonso V, a presença de numária é abismal, traduzida num total de 155 exemplares, o que perfaz 48,7% do total de 318 numismas, ou seja quase 50% do total. As razões apontadas anteriormente na breve descrição do seu reinado poderão constituir explicação suficiente para esta constatação.

Facto curioso e único (pelo menos não temos conhecimento de mais nenhum caso assim, o que não quer dizer que não os haja) é o facto de um numisma de D. João I ter sido recunhado em tempos de D. Afonso V. Fruto do acaso ou acto propositado?

Este facto acima constatado, aliado ao facto de um tão elevado número de numismas de D. Afonso V ter sido identificado no presente estudo levou-nos a colocar a seguinte hipótese: estaremos na presença de uma oficina de cunhagem aqui em Faro, mesmo que temporária, para fazer face, quiçá à necessidade premente de numerário para campanhas militares d'O Africano? Não é do nosso conhecimento mais nenhum local onde tenham surgido tantas espécies de D. Afonso V. Para além disto, possuímos, aparentemente cerca de dez numismas em cobre cerceados deste monarca (ceitis), para além da única moeda em 318, para estas épocas abarcadas no presente estudo, cunhada num metal nobre – um Chinfrão em prata. Fortes indícios, novamente, aliados aos restantes atrás descritos da presença de actividade comercial neste local da Horta da Misericórdia<sup>127</sup>.

Estudos futuros ou cruzamento de dados com estudos que possam estar actualmente a decorrer poderão proporcionar mais algumas respostas com relação à presente constatação – que pode ser observada na ficha n.º 13 do catálogo presente nos anexos.

Pareceu-nos estar também na presença de um numisma recunhado, ou batido duas vezes (ressalto do cunho em ceitil de D. Afonso V), ao observarmos o numisma da ficha

---

<sup>127</sup> *Prova da passagem da comunidade judaica por este espaço, uma vez que só a eles estava destinada a prática da usura? Sabemos que a Judiaria ficaria situada no espaço do Convento de Nossa Senhora da Assunção, uma vez que o dito só é edificado a partir de 1519 e os numismas estudados são de épocas precedentes.*

n.º 262 do presente inventário. O numisma de D. João III está aqui representado apenas a título de exemplo, conforme mencionado nos anexos do presente estudo.

Abordando a questão da tipologia metálica, podemos observar que os metais ditos nobres quase não estão aqui representados, de acordo com o observável nos quadro e gráfico com o número 2, apenas temos presentes dois numismas em prata (0,6% do total).

O Cobre é o metal aqui presente numa maioria não muito notória (54,4%) face ao bolhão (44,7%), liga metálica de baixo valor. Temos aqui presentes numismas que abundavam no que às trocas comerciais que se efectuavam usualmente diz respeito. Ou seja, 99,1% dos numismas presentes neste local e a estudo eram comumente utilizados na compra de produtos correntes.

Quanto aos locais de cunhagem, as conclusões a tirar não estão alicerçadas em fundamentos e percentagens tão maioritárias, uma vez que 82,4% dos numismas não apresentaram marcas evidentes das casas de moeda onde teriam sido cunhadas (quadro 3). Pese embora saibamos, pela base probabilística, que destes 262 numismas muitos terão sido cunhados em Lisboa. Lisboa, Ceuta e Porto são as oficinas monetárias mais representadas, por esta ordem de grandeza, se bem que encontremos aqui um exemplar de Évora e três de Sevilha, estes últimos aqui presentes por razões anteriormente definidas como hipóteses mais prováveis (gráfico 3).<sup>128</sup>

O quadro 4, assim como o gráfico com igual número, permitem consolidar a hipótese levantada aquando dos comentários proferidos com relação aos monarcas representados nos espécimes numismáticos. A de que a um pico no século XIII, sucede um decréscimo mais visível no século XIV e entre este e o século XV, e finalmente o pico exponencial do século XV, que se deve sobremaneira aos numismas do reinado de D. Afonso V.<sup>129</sup>

No referente à tipologia monetária (gráfico 5) podemos obter algumas confirmações. Quanto à primeira dinastia, os dinheiros são o tipo mais usual, quase que e mesmo

---

<sup>128</sup> *Nunca nos esquecemos ou esqueceremos, ao longo desta nossa ainda curta carreira de arqueólogo, das palavras da Professora Susana Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, segundo a qual – e esperamos não estar a trair em muito o seu sentido, uma vez que não são as originais – “Não podemos jamais ambicionar encontrar a verdade histórica que conduziu a um determinado contexto arqueológico, poderemos contudo apresentar e divagar, isso sim, sobre as verdades mais plausíveis.” É o que sempre procuramos efectuar. Decifrar as verdades mais plausíveis que se encontram e por vezes escondem no registo arqueológico.*

<sup>129</sup> *Em alguns casos teremos de relacionar o número de moedas de cada reinado ou período cronológico, com a quantidade de moeda emitida, visto que, “os reinados de D. Sancho II, de D. João I e de D. Afonso V são épocas de moeda abundante” (GUIMARÃES, 1995:198).*

único, no que diz respeito a alguns reinados, logo são aqui o mais representado. Os dez tipos monetários de D. João I, assim como os quatro de D. Afonso V (presentes no Quadro 5) são esclarecedores, quanto à desvalorização monetária ocorrida nesses reinados, explicada em grande maneira pelos conflitos bélicos aí ocorridos. Mais uma vez, os tipos monetários correspondem a numária de uso comum, como já foi anteriormente frisado. Às trocas comerciais diárias. Quer-nos parecer que os episódios bélicos e o registo da actividade comercial são os campos de actuação privilegiados da numismática, para estas eras em apreço. Outro factor que se prende com a actividade mercantil deste espaço é o elevado número de numismas nele encontrado. Mesmo que todos, ou quase, os exemplares tivessem sido perdidos, ou ocultados no local, tal significaria, porventura, que muitos mais teriam passado por aquela área em concreto.

Deste modo, será que poderíamos aventar a hipótese de estes numismas, pelo menos no que diz respeito às épocas em estudo na presente tese, atestarem a presença da comunidade judaica, empreendedora e mercantil no local?

O espaço em estudo reflecte o que poderemos observar no restante espaço citadino (e que as escavações de Dália Paulo e Nuno Beja na antiga fábrica de cerveja parecem comprovar) no que à numismática diz respeito? Poderemos transpor esta realidade ou contrapô-la face ao restante território algarvio e mesmo nacional? Os espaços de fronteira terrestre e/ou marítima apresentam as mesmas leituras, ou similares entre si, no que a estas épocas e ao campo da numismática dizem respeito? São necessários estudos de fundo, que poderão comprovar ou questionar apresentando novas leituras, as constatações obtidas através deste nosso primeiro inventário e estudo exaustivo destes 319 numismas (e fivela).

Estas são algumas das questões que ficam em aberto, e que futuramente poderão encontrar alguma resposta ou conduzir a novas questões, pois o campo da numismática, tal como as restantes áreas do saber, está sempre envolto num constante e mutável processo de registo, inventariação e investigação que se quer sempre interdisciplinar.

## 7. Bibliografia consultada

### Catálogos e Dicionários

- **AMARAL**, C. M. Almeida do (1977) – Catálogo descritivo das moedas Portuguesas Museu Numismático Português. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa
- **BLANCO**, Esther Cruces (Coord.) (1997) – Moneda andalusí en la Alhambra. Archivos y Publicaciones Scriptorium, S.L. (S/l.)
- **CASTÁN**, Carlos (2002) – Las Monedas Imperiales Romanas y Bizantinas Sila 138 a. C. a Constantino XI 1453. (S/e.). Madrid
- **CASTÁN**, Carlos; **CAYON**, J. R. (1991) – Monedas Españolas desde los Visigodos hasta el quinto centenario del descubrimiento de America. J. R. Cayon y Carlos Castán (ed.). Madrid
- **COSTA**, Américo (1938) – Diccionario Chorographico. Typographia Privativa do Diccionario Chorographico Azurara. Vol. VI. Villa do Conde. pp. 568-614
- **DIAS**, Ana Cristina Guimarães (1989) – Moedas portuguesas cunhadas no Porto na colecção do gabinete de numismática. Casa Tait Divisão de Museus da Câmara Municipal do Porto. Porto
- **FOLGOSA**, J. M. (s.d.) – Dicionário de Numismática. Livraria Fernando Machado. Porto
- **GOMES**, Alberto (1996) – Moedas Portuguesas e do Território Português Antes da Fundação da Nacionalidade. Ed. autor. 2ª ed. Lisboa
- **GOMES**, Mário Varela; **GOMES**, Rosa Varela (Coord.) (2001) – Palácio Almoada da Alcáçova de Silves. Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves / Museu Municipal de Arqueologia Silves. Lisboa
- **LEAL**, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho (1874) – Portugal Antigo e Moderno: Diccionario Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias. Livraria Editora de Mattos Moreira. Vol. 3. Lisboa. pp. 140-151

- **LOPES**, Maria Conceição (2005) – Moedas do Museu Municipal de Tavira. Câmara Municipal de Tavira
- **LOYN**, H. R. (1990) – Dicionário da Idade Média. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro
- **MACIAS**, Santiago (2005) – Mértola O último porto do Mediterrâneo. Campo Arqueológico de Mértola. III vols. Mértola
- **MAGRO**, Francisco A. Costa (1986) – Ceitis. Instituto de Sintra. (S/l.)
- **MOTA**, Vitor Silva (1994) – Museu Eng. António de Almeida Catálogo da Coleção Numismática. Fundação Eng. António de Almeida, II vols. Porto
- **PARENTE**, João (2002) – As moedas romanas do Museu da Guarda. IPM. Guarda
- **TEIXEIRA**, Filipe (coord.) (2002) – Catálogo de Moedas da Monarquia Portuguesa (1185 a 1640). Câmara Municipal do Porto. (S/l.)
- **VAZ**, J. Ferraro (1973) – Livro das Moedas de Portugal. (S/e.) Braga

### **Livros, artigos, capítulos, volumes de livros, revistas e actas**

- Actas do 6º Congresso do Algarve. Montechoro (1990). Albufeira: Racal Clube, n.º 1
- **ANTUNES**, Miguel Telles (2011) – Castelo de Castelo Branco. Notas numismáticas e arqueozoológicas. In O Arqueólogo Português. Série V, 1. pp. 727-738
- ----- (1999) – Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações de Azóia (Sesimbra). In, Arqueologia Medieval, n.º 6. Edições Afrontamento. Porto. pp. 133-137
- **ANTUNES**, Miguel Telles; **SIDARUS**, Adel (1991-1992a) – Moedas árabes de Beja invocando Ibn Qasi Nova leitura e interpretação histórica. In NVMMVS, vols. XIV-XV, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 25-40
- ----- (1991-1992b) – Fracção de Dinar de Ibn Wazir de Évora invocando o Emir almorávida Ishaq Ibn'Ali (significado histórico e político). In NVMMVS, vols. XIV-XV, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 41-51

- **ARAGÃO**, A. C. Teixeira de ([1966]) – Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal. Livraria Fernando Machado. 2ª edição, vols. I e II. Porto
- **ARAÚJO**, Julieta (2009) – Portugal e Castela na Idade Média. Edições Colibri. Lisboa
- **ARROCHA**, Jesús Manuel Lorenzo (2006) – El escudo de España en la moneda (II) Los Reyes de Aragón. In Cronica Numismatica, II epoca, año XVII, n.º 179. Publiafinsa. Madrid. pp. 44-46
- **ARRUDA**, Ana Margarida, *et al* (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. In Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 8, n.º 1, (S/1), pp. 177-208
- ----- (1997) – Os núcleos urbanos litorais da Idade do Ferro no Algarve. In Noventa Seculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 242-255
- **BARBOSA**, P. G. (1990) – O Medievalista e a Arqueologia (Reflexões sobre o caso português). In Revista ICALP, vol. 19. (S/1). pp. 109-121
- **BELDA**, Doménech Carolina (2004) – De dinares a dineros: circulación monetaria en el Vinalopó. In, De la Medina a la Vila – II Jornadas de Arqueología Medieval. **JOVER**, Javier Francisco (coord.). Excma. Diputación Provincial de Alicante / Centre d’Estudis Locals del Vinalopó. Alicante. pp. 247-262
- **BELTRÁN**, Antonio (2005) – Las monedas de Granada y su seca en relación con las Capitulaciones de Santa Se. In Cronica Numismatica, II epoca, año XVI, n.º 167. Publiafinsa. Madrid. pp. 42-45
- **BLOT**, Maria Luísa P. (2005) – Problemáticas da Arqueologia Náutica e Portuária no quadro do estudo de portos antigos e medievais em Portugal. In Arqueologia Medieval, n.º 9. Edições Afrontamento. Porto. pp. 207-220
- **BRAGA**, Avelino (1974) – Um Dinheiro não referenciado de D. Fernando I. In NVMMVS, vol. X-2, n.º 33. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 51-52
- **BRU**, Josep Pellicer I (1981-1983) – Los ponderales antiguos de la Peninsula Iberica. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 293-306

- **CANTO**, Garcia Alberto; **IBRAHIM**, Tawfiq; **GONZALO**, Alvarado Manuel de (2001) – El Hallazgo Numismático de Trujillo. In, GARB – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular. Instituto Português do Património Arquitectónico / Junta de Extremadura. (S/l.). pp. 311-327
- **CARVALHO**, João Soares (1994) – A Metodologia nas Humanidades Subsídios para o Trabalho Científico. Editorial Inquérito. Mem Martins
- **CATARINO**, Helena (2002a) – O Algarve Islâmico. Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira. Comissão de Coordenação da Região do Algarve. (S/l.)
- ----- (2002b) – Fortificações do Período Islâmico e a Defesa Marítima e Fluvial no Algarve Oriental. In O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira. Edições Colibri. Lisboa. pp. 119-141
- ----- (2002c) – Castelos e território omíada na kura de Ocsonoba. In Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas/do Simpósio Internacional Sobre Castelos 2000. Colibri Artes Gráficas. Lisboa. pp. 29-44
- **COELHO**, António Borges (2008) – Portugal na Espanha Árabe. Editorial Caminho. Lisboa
- ----- (2004) – O Tempo e os Homens: séculos XII-XIV. In **MEDINA** (Dir.). História de Portugal. Vol. III. pp. 353-540
- ----- (1983) – Questionar a História (ensaios sobre a História de Portugal). Colecção Universitária. Editorial Caminho. Lisboa
- **COELHO**, António Domingos Simões (1972) – Numária da Lusitânia. (S/e.). Lisboa
- **COHAT**, Yves (1991) – Os Vikings, reis dos mares. Civilização/Círculo de Leitores.
- **COMNENO**, António Manuel de Guadan y Lascáris (1965) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. VIII-1 e 2, n.º 26-27. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 22-51
- ----- (1961) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. VI-3, n.º 22. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 123-138

- ----- (1959) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. V-3, n.º 19. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 123-130
- ----- (1954a) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. II, n.º 7. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 154-160
- ----- (1954b) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. II, n.º 6. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 81-89
- ----- (1954c) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. II, n.º 5. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 3-12
- ----- (1953a) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. I, n.º 4. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 215-224
- ----- (1953b) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. I, n.º 3. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 153-166
- ----- (1953c) – Ensayo sobre la Evolution Comercial y Monetaria en Byzancio. In NVMMVS, vol. I, n.º 2. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 92-96
- **CORDEIRO**, Valdemar (1981-1983) – O universo privilegiado dos moedeiros. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 351-362
- **CORREIA**, Fernando Branco (2002) – Fortificações Urbanas da Época Islâmica no Algarve. In Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comissão de Coordenação da Região do Algarve. (S/l.). pp. 80-90
- **COUTINHO**, Valdemar (2008) – Lagos e o mar através dos tempos. Câmara Municipal de Lagos. Lagos
- **COUVREUR**, Raul da Costa (1955) – Um grosso de D. Afonso V com os escudos de armas de Portugal e de Castela e Leão, com a letra P sobre cada

um. Separata de NVMMVS, vol. III-3, n.º 10. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática

- **CRUXEN**, Edison Bisso (2006) – Estudo comparativo entre estruturas arquitectónicas de fortificações medievais da Península Ibérica e Oriente Próximo: Portugal e Israel, Séculos XII e XIII. In Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Universidade do Algarve. Algarve
- **DUQUE**, Raul Soares (1966) – Dinheiros e mealhas dos nossos primeiros reis. In NVMMVS, vol. VIII-3, n.º 28. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 150-152
- **FARIA**, António José Marques de (1987) – Moedas de chumbo, da época romana, cunhadas no actual território português. In Numismática. Lisboa. pp. 24-28
- **FAGAN**, Brian (2006) – Writing Archaeology Telling Stories About the Past. Left Coast Press. California
- **FERDIÈRE**, A. (1980) – La Fouille, Pour Quoi Faire ?. In **SCHNAPP**, A. (Dir.). L'Archéologie Aujourd'hui. Ed. Hachette. Paris. pp. 23-60
- **FERNANDES**, Isabel Cristina Ferreira (2005) – Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus: os portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado. In Arqueologia Medieval, n.º 9. Edições Afrontamento. Porto. pp. 47-60
- ----- (2004) – O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão. Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela. Lisboa
- **FERNÁNDEZ**, Javier de Santiago (2004) – Expansion de la moneda Castellana en el siglo XVI (I). In Cronica Numismatica, II epoca, año XV, n.º 163. Publiafinsa. Madrid. pp. 42-44
- **FERREIRA**, J. A. Pinto (1968) – Algumas moedas cunhadas no Porto no reinado de D. João I. In NVMMVS, vol. IX – 1 e 2, n.ºs 29-30. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 69-79
- **FERREIRA**, Sérgio Carlos (2007) – O Preço do Vinho em Portugal na Baixa Idade Média. In Douro 22 Estudos & Documentos. pp. 113-143
- **FERRO**, Maria José Pimenta (1979) – Política monetária do regente D. Pedro (1439-1448). In NVMMVS, vol. II, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 15-26

- ----- (1976) – História monetária, um novo campo de pesquisa numismática. In NVMMVS, vol. X-3-4, n.º 34-35. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 27-36
- **FOURQUIN**, Guy (2000) – História Económica do Ocidente Medieval. Fernanda Barão (Trad.). Edições 70. Coleção Lugar da História, n.º 12. (S/l.)
- **FREITAS**, Judite Antonieta Gonçalves de (2012): O Estado em Portugal (séculos XII a XVI). Alêtheia Editores.
- **Fundación León de España (L.H.C.)** (2003) – La divisa del Emperador. In Cronica Numismatica, II epoca, año XIV, n.º 154. Publiafinsa. Madrid. pp. 38-42
- **GAMBETTA**, Agostinho Ferreira (1962) – Gil Vicente moedeiro. In NVMMVS, vol. VII-1, n.º 23. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 3-36
- ----- (1959) – Peso das moedas. In NVMMVS, vol. V-3, n.º 19. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 163-174
- **GAMITO**, Teresa Júdice (2007) – O Algarve e o Magreb (711-1249). Universidade do Algarve. Faro
- ----- (2004) – Ukxûnuba and its territory. In Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico: actas do Colóquio Internacional 2000. Universidade do Algarve. Faro. pp. 133-141
- ----- (2002) – O papel das torres de vigia na defesa de Faro. In Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas/do Simpósio Internacional Sobre Castelos 2000. Colibri Artes Gráficas. Lisboa. pp. 839-844
- ----- (1997) – A Cidade de Ossonoba e o seu Território Envolvente. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 342-359
- ----- (1996) – As muralhas de Faro e os vestígios Bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo. In Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro. Edições Colibri. Lisboa. pp. 259-268

- **GOMES**, Rosa Varela (2003) – Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova. Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia, n.º 35. Lisboa
- **GONÇALVES**, Ana, *et al* (2003) – A change of pottery style under Dom Sancho II ? A coin-dated pottery sequence from a medieval silo excavated in the cloister of the city museum of Évora (Alentejo, Portugal). In, Arqueologia Medieval, n.º 8. Edições Afrontamento. Porto. pp. 237-252
- **GOUBERT**, Paul (1946) – L'Administration de l'Espagne Byzantine. Influences Byzantines Religieuses et Politiques Sur l'Espagne Byzantine. Revue des Études Byzantines. Institut Français d'Études Byzantines. Paris
- **GOZALBES**, Carlos Cravioto (2006) – El urbanismo comercial de Ceuta en la Edad Media. In La Formacion de una Ciudad: Apuntes Sobre Urbanismo Histórico de Ceuta. VI Jornadas de Historia de Ceuta. Instituto de Estudios Ceutis. Ceuta. pp. 71-82
- **GUICHARD**, Pierre (2001) – La société d' al-Andalus a l'époque de la reconquête. In, Arqueologia Medieval, n.º 7. Edições Afrontamento. Porto. pp. 15-22
- **GUIMARÃES**, Joaquim António Gonçalves (1995) – Gaia e Vila Nova na Idade Média Arqueologia de uma área ribeirinha. Universidade Portucalense. Porto
- **HEERS**, J. (1977) – História Universal O Mundo Medieval. Teresa Aline Pereira de Queirós (Trad.). Círculo de Leitores. (S/l.)
- **IRIA**, A. (1982): O Algarve nas Cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história). Academia Portuguesa de História. Lisboa.
- **KEMNITZ**, Eva-Maria von (1996) – A construção de uma nova sociedade: o caso específico da minoria moura. In Revista de Guimarães, n.º 106. Sociedade Martins Sarmiento. pp. 159-174
- **KHAWLI**, Abdallah (2001) – Le Ġarb Al-Andalus à l'époque des Secondes Taifas (539-552 / 1144-1157). In Arqueologia Medieval, n.º 7. Edições Afrontamento. Porto. pp. 23-35

- **KOLESNITSKI, N.; GUREVITCH, A.; ABRAMSON, M.** (1978) – História da Idade Média. Franco de Sousa (Trad.). Editorial Estampa. III vols. Lisboa
- **LAMEIRA, Francisco** (1999) – Faro a arte na história da cidade. Câmara Municipal de Faro. Faro
- **LEMOS, Paulo Ferreira de** (1981-1983) – Moedas dos primeiros reis. Evolução dos seus tipos. Atribuição aos reinados e oficinas monetárias. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 197-202
- ----- (1979) – Nova oficina monetária do século XV Moedas de Afonso V com «A» não coroado. In NVMMVS, vol. II, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 27-35
- ----- (1976) – Desvalorização monetária Série dos vinténs e dos tostões. In NVMMVS, vol. X-3-4, n.º 34-35. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 51-63
- ----- (1968) – A quebra de escudos e de cunhos e as moedas híbridas. In NVMMVS, vol. IX – 1 e 2, n.º 29-30. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 95-96
- ----- (1965) – Dinheiros. In NVMMVS, vol. VIII – 1 e 2, n.º 26-27. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 53-57
- ----- (1961) – Contos para contar. In NVMMVS, vol. VI-3, n.º 22. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 158-162
- ----- (1954) – Moedas da 2ª dinastia não catalogadas. In NVMMVS, vol. II, n.º 7. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 161-169
- ----- (1953a) – Moedas de D. João I. In NVMMVS, vol. I, n.º 4. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 242-248
- ----- (1953b) – Contos para contar ou moedas para correr?. In NVMMVS, vol. I, n.º 2. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 97-106

- **LIMA**, Baptista de (1933) – Terras Portuguesas. Tipografia Camões Editora. Vol. 2. Póvoa de Varzim. pp. 397-409
- **LLOPIS**, Felipe Mateu y (1973) – “Auri Libras” y “Auri Uncias” en la Hispânia anterior a 711. In NUMMVS, vol. X-1, n.º 32. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 3-7
- ----- (1953) – Acerca da Política Monetária de João I de Castela. In NUMMVS, vol. 1, n.º 4. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 235-241
- **LOPES**, David (1895) – Algumas moedas árabes da Península encontradas no Algarve. In, O Arqueólogo Português, 1ª série, n.º 1. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa. pp. 97-103
- **LOPES**, Fernão (Prof. Salvador Dias Arnaut Introdução) [1992] – Crónica de D. Fernando. 4ª Edição. Livraria Civilização. Porto
- ----- (Prof. Damião Peres Introdução) (1986) – Crónica de D. Pedro I. Livraria Civilização. Porto
- **LOPES**, João Costa (1965) – Contos para contar Achegas para a sua classificação. In NUMMVS, vol. VIII- 1 e 2, n.ºs 26-27. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 61-66
- **MAN**, Adriaan De (2007) – Três Muralhas Urbanas e Alguns dos Seus Problemas. In Almadan. IIª série, n.º 15. Centro de Arqueologia de Almada. [Almada]. pp. 68-74
- **MANTAS**, Vasco Gil (1997a) – As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 282-309
- ----- (1997b) – Os caminhos da Serra e do Mar. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 310-325
- **MARINHO**, José Rodrigues (1998) – A moeda no Gharb al-Ândalus. In, Portugal Islâmico – os últimos sinais do Mediterrâneo. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa. pp. 175-184
- ----- (1997) – Testemunhos numismáticos do Algarve muçulmano. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 468-477

- ----- (1993-1997a) – Achados de moedas do Emirado e Califado Omíadas do Andalus. In, NVMMVS, 2ª série, vols. XVI-XX. Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto. pp. 259-264
- ----- (1993-1997b) – Também sobre a fracção de dinar com a menção de Ishaq Ibn' Ali. In, NVMMVS, 2ª série, vols. XVI-XX. Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto. pp. 265-276
- ----- (1993-1997c) – Achados de moedas do Emirado e Califado Omíadas do Andalus. In NVMMVS, vols. XVI-XX, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 259-264
- ----- (1991-1992) – Novas moedas de prata das oficinas muçulmanas de Beja e de Silves. In NVMMVS, vols. XIV-XV, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 169-171
- ----- (1989-1990) – As moedas Muçulmanas da colecção Francisco Inácio de Mira. In NVMMVS, vols. XII-XIII, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 59-78
- ----- (1983) – Uma prática singular em moedas do Emirato de Andalus. In, O Arqueólogo Português, 4ª série, n.º 1. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa. pp. 347-374
- ----- (1969) – Dois quirates de um tesouro encontrado ao sul de Beja em 1954. In, O Arqueólogo Português, 3ª série, n.º 3. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa. pp. 195-200
- ----- (1968a) – Moedas Muçulmanas de Beja e de Silves (um achado monetário no Concelho de Sesimbra). Câmara Municipal de Sesimbra. (S/l.)
- ----- (1968b) – Considerações sobre a notícia de um achado de quirates inserta em “Al-Andalus”. In, O Arqueólogo Português, 3ª série, n.º 2. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa. pp. 87-96
- ----- (1964) – Notícia de uma moeda almorávida cunhada em nome do amir Ali bem Iúçufe no ano 533 da Hégira (ano 1138 da era cristã). Imprensa Nacional de Lisboa. (S/l.)
- **MARQUES**, Mário Gomes (1996) – História da moeda medieval portuguesa. Instituto de Sintra. Sintra

- **MARQUES**, Mário Gomes; *et ali* (1986-1987) – Tipologia dos reais brancos de Dom João I. In NVMMVS, vols. IX-X, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 7-32
- ----- (1982) – Introdução à Numismática. Publicações Dom Quixote. Lisboa
- ----- (1981-1983a) – Alguns problemas da numária medieval portuguesa. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 253-270
- **MARQUES**, Mário Gomes; **SAMPAIO**, João Lopes de (1981-1983b) – Moedas de cobre de D. Duarte. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 219-251
- **MARQUES**, Mário Gomes; *et ali* (1981-1983c) – Subsídios para o esclarecimento de alguns problemas monetários da primeira metade do século XV. In NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 203-217
- **MARQUES**, Mário Gomes; **CABRAL**, João M. Peixoto (1980) – Cronologia da numária de Dom Fernando. In NVMMVS, vol. III, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 97-109
- **MARTINS**, José António de Jesus (2007) – O Reino do Algarve nos finais da Idade Média – os concelhos algarvios do século XV. (S/ed). (S/l.)
- **MATTOSO**, José (Dir.) (1993) – História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480). II Vol. Círculo de Leitores
- **MENDES**, José M. Amado (1989) – A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização. Coimbra Editora. [Coimbra]
- **MOLÉNAT**, Jean-Pierre (2004) – Mozarabes et Mudéjars du Gharb al-Andalus devant la conquête chrétienne. In Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico: actas do Colóquio Internacional 2000. Universidade do Algarve. Faro. pp. 207-212
- **NOBRE**, Idalina Nunes (2009): Albufeira da Idade Média ao Antigo Regime. Câmara Municipal de Albufeira. (S/l.)
- **NUNES**, J. O. de Sousa (1973) – Cunhos de Moedas Portuguesas Aproveitados para Novas Cunhagens. In NVMMVS, vol. X-1, n.º 32. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 27-33

- (2003) – O Sagrado al-Corão – Texto Árabe e Tradução Portuguesa. Islam International Publications Limited. Bath UK
- **PATROCÍNIO**, Manuel F. S. do (2006) – Um País Afortunado: descrições do Sul em fontes anteriores ao período romano. In Monumentos, n.º 24. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa
- **PAULA**, Rui M. **PAULA**, Frederico (1993) – Ossónoba, Faro, Santa Maria Ibn Harun. Faro, evolução urbana e património. Câmara Municipal de Faro. Faro
- **PAULO**, Dália (2001) – As Sondagens Arqueológicas Realizadas na Antiga Fábrica da Cerveja, Faro. Anais do Município de Faro. Vols. XXIX/XXX. Câmara Municipal de Faro. Faro
- **PERNOUD**, Régine (S/d.) – Luz sobre a Idade Média. António Manuel de Almeida Gonçalves (Trad.). Publicações Europa-América. Colecção Estudos e Documentos, n.º 190. (S/l.)
- **PICARD**, Christophe (2001) – De la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne. In Arqueologia Medieval, n.º 7. Edições Afrontamento. Porto. pp. 89-94
- **PINA**, Rui de (1945) – Crónica de D. Dinis. Livraria Civilização. Porto. pp. 8-9
- **PRESEDO VELO**, Francisco J. (2003) – La España Bizantina. Universidad de Sevilla. Sevilla
- **PROENÇA**, Raul (1927) – Guia de Portugal Estremadura, Alentejo, Algarve. Biblioteca Nacional de Lisboa. (S/l) pp. 231-241
- **RAMIRES**, Mário (1953) – Duas Moedas Portuguesas Híbridas. In NVMMVS, vol. I, n.º 3. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 171-178
- **RAPOSO**, Luís; **MARTINS**, Adolfo Silveira; **CORREIA**, Virgílio (2000) – Normas Gerais de Inventário de Arqueologia. Instituto Português de Museus. (S/l.)
- **RENFREW**, C. (1982) – Towards an archaeology of mind. Cambridge University Press. Cambridge

- **RIBEIRO**, Orlando (1994) – As Cidades de Portugal. Opúsculos Geográficos. Vol. V. Temas Urbanos. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- **ROCHA**, Manuel João Paulo (1991) – Monografia de Lagos. N.º 20. Coleção Temas e Estudos Algarvios. Algarve em Foco Editora. Faro
- **RODRIGUES**, António Simões (Coord.) (2000) – História de Portugal em Datas. Temas e Debates. (S/l.)
- **ROSA**, José António Pinheiro e (1990) – Fortificações de Faro. *In* Anais do Município de Faro. Câmara Municipal de Faro. Faro
- **SALGUEIRO**, Teresa Barata (1992) – A Espacialidade no Tempo Urbano, Penélope: Fazer e Desfazer História, n.º 7. Quetzal Editores. Lisboa
- **SANTOS**, Mariana (1965) – A praça-forte de Faro na Idade Média. *In* Bracara Augusta. Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval. Tomo III. Vol. XVIII-XIX. N.ºs 41-42 (53-54). Câmara Municipal de Braga. pp. 256-260
- **SOUSA**, Bernardo Vasconcelos e (2009) – D. Afonso IV. Coleção Reis de Portugal. Temas e Debates
- **TAVARES**, Maria José Pimenta Ferro (1981-1983) – Subsídios para o estudo da história monetária do séc. XV (1448-1495). *In* NVMMVS, vols. IV-V-VI, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 9-59
- **TELLES**, Antunes Miguel (1999) – Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações de Azóia (Sesimbra). *In*, Arqueologia Medieval, n.º 6. Edições Afrontamento. Porto / Mértola. pp. 133-137
- ----- (1988-1989) – Moedas portuguesas com legenda em árabe: nova leitura e discussão. *In*, O Arqueólogo Português, 4ª série, vols. 6 / 7. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa. pp. 287-306
- **TORRES**, Cláudio (2004) – La civilization andalouse, la tradition méditerranéenne et la tolérance. *In* Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico: actas do Colóquio Internacional 2000. Universidade do Algarve. Faro. pp. 107-111

- ----- (1997) – O Al Garbe. In Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. IPPAR. Lisboa. pp. 430-447
- **VAZ**, J. Ferraro (1963) – Numária medieval portuguesa. In NVMMVS, vol. VII-2, n.º 24. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 133-159
- ----- (1953) – Classificações e Achados. In NVMMVS, vol. I, n.º 4. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 225-234
- **VIANA**, Abel (1955) – Tesouro monetário de Vale de Açor. In Arquivo de Beja, n.º 12. Beja
- ----- (1952) – Ossónoba O problema da sua localização. Separata do Vol. LXII da Revista de Guimarães. Guimarães
- ----- (1939) – A Comemoração dos Centenários e os Castelos Algarvios. Grandes Oficinas Gráficas «Minerva». Vila Nova de Famalicão. pp. 22-27
- **VIDAGO**, João (1979) – A moeda virginal. In NVMMVS, vol. II, 2ª série. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. pp. 49-59

### **Teses, dissertações e outras provas académicas**

- **CARDONA**, Nuria Lledó (2003) – El uso de la moneda en las ciudades romanas de Hispania en época imperial: el área mediterránea. Universitat de València. Tesis Doctoral. València
- **PAULO**, Dália (2007) – O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória. Universidade do Algarve. Tese de Mestrado. Faro
- **VIEGAS**, Catarina (2011) – A ocupação romana do Algarve. Estudos & Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Lisboa

### **Documentos electrónicos**

- **Agência Lusa** – Casais agrícolas da Antiguidade e Idade Moderna descobertas – Unidades acrescentadas à Carta Arqueológica do Concelho de Faro. [Disponível

- em [www.cienciahoje.pt/index.php?oid=50450&op=all](http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=50450&op=all)]. [Consultado 15.06.2012].
- **COSTA, Marisa** – Du Rivage Mediterranéen a la Façade Atlantique. Gens du Sud au Portugal Medieval. Medievalista [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA3/medievalista-atlantique.htm>]. N.º 3 (2007). [Consultado 13.09.2009].
  - **FERNANDES, Maria Alice; et al** – A viagem de Ibn Ammâr de São Brás a Silves. Arkeotavira [Disponível em <http://arkeotavira.com/Estudos/>]. (Dezembro de 2006). [Consultado 17.12.2010].
  - **FERREIRA, Sérgio Carlos** – Os Preços em Portugal na Baixa Idade Média – Metodologia, Políticas e Práticas. [Disponível em [http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/SergioCarlosFerreira\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.pt/aphes29/data/5th/SergioCarlosFerreira_Texto.pdf)]. [Consultado 07.10.2010].
  - **GARCÍA SANJUÁN, Alejandro** – Caracterización Geográfica Del Garb Al-Andalus en las fuentes árabes medievales. Medievalista [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>]. N.º 6, (Julho de 2009). [Consultado 22.08.2010].
  - **GOMES, Saúl António** – Um registo de contabilidade medieval do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1257-1259). Medievalista [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\gomes1003.html>]. N.º 10, (Julho de 2011). [Consultado 24.08.2011].
  - **REI, António** – O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî. Medievalista [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA1/medievalista-andalus.htm>]. N.º 1, (2005). [Consultado 13.07.2009].
  - **SAMPAYO, Mafalda G. Teixeira de (2001)**: O modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas. ISCTE\_Mestrado em Desenho Urbano. [Disponível em <http://www.pluridoc.com>]. [Consultado 18.03.2009].
  - **SERRANO COLL, Marta** – Programas Ideológicos a través de la Imagem: algunos ejemplos de la Edad Media. Medievalista [Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9\coll9003.html>]. N.º 9, (Dezembro de 2010). [Consultado 27.01.2011].